

Maria da Conceição Tavares (Organizadora)
Francisco de Oliveira – José Luís Fiori – Juarez Guimarães
Maria Regina Nabuco – Tânia Bacelar – Wilson Cano

CELSO FURTADO E O BRASIL



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

“Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.”

CELSO FURTADO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

A obra de Celso Furtado pode ser caracterizada por sua preocupação recorrente com o tema da construção da nação diante das diversas formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação.

Coerentemente, a luta incansável pela verdadeira emancipação nacional tem sido a marca de sua vida como pensador e homem público. Em suas obras mais recentes – que resumem o esforço intelectual de uma vida altamente produtiva –, reflete novamente sobre o que considera a fonte primeira da dominação mundial – o controle das inovações tecnológicas – e aponta como elemento central de resistência e de possível superação da fratura social a própria formação e o desenvolvimento de uma cultura nacional.

Celso Furtado não desiste nunca da idéia da necessidade de um projeto nacional capaz de animar a reconstrução do Brasil, mesmo quando a atual conjuntura de desmantelamento do país parece deslocar os resultados desse processo para um horizonte cada vez mais longínquo. No Manifesto da Frente de Esquerda *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* (1999) – que ele assinou, como a maioria dos intelectuais que ainda continuam na luta de resistência às políticas neoliberais –, a epígrafe é uma frase sua, esclarecedora do estado de espírito do mestre: “Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distân-

cia entre o que somos e o que esperávamos ser”. Esta mágoa, que compartilho com paixão, decorre de nosso sentimento comum quanto à situação da nação em matéria de destruição das forças produtivas e da própria desorganização da sociedade.

Este livro é composto de ensaios escritos para o seminário Celso Furtado e o Brasil, realizado pela Fundação Perseu Abramo, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pelo Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, em Belo Horizonte no mês de novembro de 1999. Os temas apresentados e debatidos tomaram como ponto de partida alguns aspectos da obra do mestre Furtado que foram considerados importantes para esclarecer os problemas contemporâneos do país e retomados com o propósito de aprofundar nossa reflexão comum.

Esperamos que seja uma contribuição para o debate e a difusão das idéias do mestre Celso Furtado, a quem peço licença para reproduzir suas palavras e sua convocação: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Celso Furtado
e o Brasil

Maria da Conceição Tavares (Organizadora)
Francisco de Oliveira – José Luís Fiori – Juarez Guimarães
Maria Regina Nabuco – Tânia Bacelar – Wilson Cano

Celso Furtado e o Brasil



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação editorial

Flamarion Maués

Revisão

Candice Quinelato Baptista
Maurício Balthazar Leal
Márcio Guimarães de Araújo

Editoração eletrônica

Augusto Gomes

Ilustração de capa

Mário Pizzignacco

Fotos

Zeca Araújo

1ª edição: outubro de 2000

1ª reimpressão: junho de 2001

Tiragem: 1 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2000 by Editora Fundação Perseu Abramo

ISBN 85-86469-36-X

Sumário

Apresentação

Pe. Geraldo Magela Teixeira, 7

Introdução

Maria da Conceição Tavares, 9

A trajetória intelectual de Celso Furtado

Juarez Guimarães, 15

A propósito de uma “construção interrompida”

José Luís Fiori, 33

Estado e projeto nacional nas
obras iniciais de Celso Furtado

Maria Regina Nabuco, 59

A “questão regional” e a “questão nordestina”

Tânia Bacelar, 71

Celso Furtado e a questão regional no Brasil

Wilson Cano, 93

Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?

Francisco de Oliveira, 121

Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes

Maria da Conceição Tavares, 129

Cronologia – Celso Furtado, 155

Bibliografia de Celso Furtado, 161

Seminário Celso Furtado e o Brasil, 173

Crédito das fotos, 175

Caderno de fotos, 177

Apresentação

Pe. Geraldo Magela Teixeira

Reitor da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais (PUC – MG)

Foi com muita honra que a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais promoveu, juntamente com a Fundação Perseu Abramo e o Conselho Regional de Economia de Minas Gerais, o seminário Celso Furtado e o Brasil.

Celso Furtado, além de renomado intelectual, tem sido um batalhador incansável pela melhoria das condições de vida dos países subdesenvolvidos. Sua obra tornou-se obrigatória para todos os que postulam formas mais justas de desenvolvimento econômico. Ao prover seus leitores com evidências – teóricas e factuais – de um processo histórico que vem crescentemente reproduzindo a exclusão social, convida-os a um exercício permanente de compromisso com a ética humanista. Fazendo isto, Furtado enriquece a visão e a disposição daqueles que também buscam mais equidade social, baseados na fé.

A ética de Furtado, embora se baseie no respeito aos direitos da corporalidade, transcende à religiosidade em sua busca pelo direito do outro ou, melhor dizendo, na convicção de que os outros estão em nós.

Sua teoria do desenvolvimento dos povos só pode ser compreendida, a meu ver, muito além do subjetivismo de métodos hoje tão presentes nas análises sociais. A dialética de Celso Furtado propõe respeitar nos outros as necessidades e exigências que consideramos irrenunciáveis para nós. Sua obra é uma permanente exortação à promoção do bem comum, por meio da transmissão de conhecimentos e da confiança inquebrantável na continuidade da vida e da história.

É este encontro da razão, prudente e freqüentemente pessimista, com os anseios da moral e do imperativo da justiça que este seminário – que deu origem a este livro – buscou analisar. À luz de um crescente interesse no futuro, a atualidade desta obra nos revigora na esperança de se aprofundar a responsabilidade de todos nós em relação aos nossos semelhantes.

Introdução

Maria da Conceição Tavares

Este livro é composto de ensaios escritos após intervenções orais no seminário Celso Furtado e o Brasil, realizado em Belo Horizonte nos dias 22 e 23 de novembro de 1999. Os temas apresentados e debatidos tomaram como ponto de partida alguns aspectos da obra do mestre Furtado que foram considerados importantes para esclarecer os problemas contemporâneos do Brasil e retomados com o propósito de aprofundar nossa reflexão comum. A única exceção foi o trabalho de Juarez Guimarães, professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que abriu o seminário. O ensaio do professor mineiro, intitulado “A trajetória intelectual de Celso Furtado”, é uma pequena ode ao significado da vida e da obra do homenageado, contendo uma veemente adesão ao projeto central do mestre: a superação do subdesenvolvimento por meio de um projeto nacional. Nas palavras de Juarez: “Um projeto que prevê a superação de nosso quadro histórico de exclusão social em um quadro de aprofundamento dos fundamentos de nossa democracia política”.

O primeiro debate temático foi “Estado e projeto nacional: a construção interrompida”, cujas apresentações ficaram a cargo de Maria Regina Nabuco e José Luís Fiori. O artigo da professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais denomina-se “Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado”, no qual ela procede ao exame das idéias do mestre sobre essa matéria desde *Formação econômica do Brasil* (1959), passando por *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964). Tenta mostrar que as primeiras abordagens otimistas (sobre o papel do Estado no desenvolvimento) foram abandonadas com o golpe militar de 1964 e reformuladas durante o período da ditadura, predominando sua tese sobre a tendência à estagnação, e examina brevemente as modificações posteriores, nos textos *Um projeto para o Brasil* (1968), *Análise do “modelo” brasileiro* (1972) e no *Prefácio à nova economia política*, no qual, segundo ela, Furtado finalmente abandona as teses estagnacionistas.

O texto do professor José Luís Fiori, “A propósito de uma construção interrompida”, retoma a trajetória mais recente das obras de Furtado e sua própria reflexão depois da crise do “Estado nacional desenvolvimentista” da década de 1980, propondo uma análise comparada de longa duração das relações entre Estado e capitalismo. Inicia seu ensaio com uma citação do próprio mestre, extraída de *Brasil: a construção interrompida* (1992):

“A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente”.

A reflexão de Fiori sobre o casamento entre Estado e capitalismo originário introduz a competição político-econômica entre os Estados territoriais e sua inflexão decisiva na primeira metade do século XIX. Faz também uma análise estilizada da evolução do sistema interestatal que se desenvolve e consolida-se com a hegemonia inglesa e o surgimento dos capitalismo tardios europeus. São estes últimos que introduzem e se apóiam na ideologia da “construção nacional”, em sua marcha para se tornarem potências industriais e concorrerem no cenário

internacional. Passa depois ao exame do caso brasileiro, olhando-o do prisma de nossa inserção geopolítica no mundo, para mostrar, com Furtado, que a história de nosso capitalismo periférico é coetânea do capitalismo industrial, não participando, porém, da competição interestatal que formou o centro capitalista. Diz Fiori: “Salvo raros momentos, nossas elites econômicas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa e a acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular”. Este, se vier a ocorrer, requererá, como Furtado hoje reconhece, um comando político popular, e não burguês ou burocrático do tipo “via prussiana”.

A questão regional brasileira, um dos temas mais caros ao fundador da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste), foi também examinada e discutida no seminário por dois dos mais competentes especialistas em economia regional: Tânia Bacelar e Wilson Cano.

Tânia Bacelar trata da gênese da “questão regional” e da entrada em cena de Celso Furtado com a “questão nordestina” no relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN), que desmantelava a idéia de que “o Nordeste vai mal por causa da seca” e mostrava como a causa do atraso nordestino estava em sua formação histórica e nas políticas econômicas nacionais. Em seguida, examina brevemente o período de “modesta desconcentração”, que vai de meados de 1960 até mais ou menos a metade dos anos 80, em que se dá uma “atenuação da questão regional” e durante o qual, no entanto, a proposta de Celso Furtado para a Sudene não se realiza. Reexamina a “questão nordestina” à luz de sua própria experiência como intelectual e servidora pública, destacando sempre as novas idéias de mestre Furtado desde seu regresso do exílio e a sua capacidade de autocrítica em relação ao diagnóstico e às propostas do GTDN. Depois de examinar a dinâmica regional recente no quadro das políticas neoliberais dos anos 90, Tânia Bacelar termina seu texto abordando “O quadro atual e a visão do futuro”. No debate atual, diz ela, “a questão regional está fora da pauta oficial e tem sido tratada apenas nos debates da academia e da sociedade”. Em seguida, mostra qual é o problema do programa “Avança Brasil” do governo FHC e aponta uma nova abordagem sobre os regionalismos de Carlos Vainer. O texto se encerra com as citações mais estimulantes e corajosas da obra recente de mestre Furtado.

O trabalho do professor Wilson Cano, denominado “Celso Furtado e a questão regional no Brasil”, tem uma abordagem diferente e muito rica para iluminar outras dimensões da questão regional e do subdesenvolvimento brasileiro. Discute as contribuições do mestre em suas polêmicas com vários autores e com a própria Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) sobre as questões da agricultura brasileira (itinerante, de fronteira móvel e de baixos rendimentos) e as falsas respostas que têm sido dadas à questão da oferta e da demanda agrícolas. Passa à análise da formação do Complexo Nordeste, acompanhando os passos de mestre Furtado desde *Formação econômica do Brasil* até as análises econômica e ecológica do semi-árido presentes no GTDN. Sobre este relatório, Wilson Cano faz um enquadramento histórico-conceitual e uma análise detalhada do diagnóstico das propostas que conduziram à Operação Nordeste e deram lugar ao surgimento da Sudene. Finalmente, faz uma revisão dos problemas analíticos e dos impasses sofridos pela proposta original. Sua avaliação crítica dos mecanismos que teriam agravado a diferenciação Nordeste/Centro-Sul é um pouco mais detalhada que a de Tânia Bacelar, mas conclui que as propostas de Furtado, ao contrário do que disseram vários de seus críticos de esquerda, foram basicamente corretas, sobretudo no que se refere à reforma agrária.

Francisco de Oliveira e eu escolhemos o tema subdesenvolvimento, recorrente em nossas preocupações comuns, agregando-lhe nossas próprias reflexões, enriquecidas pelo animado debate que teve lugar entre os participantes do seminário. Estamos todos particularmente preocupados com os desdobramentos das marcas – até aqui permanentes – do subdesenvolvimento em nossa sociedade. Por isso me animei a repartir com Francisco de Oliveira, um cientista social heterodoxo – e, como eu, conhecedor antigo e profundo da obra do homenageado –, um tema tão complexo.

Seu texto chama-se “Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?”. Retoma a elaboração original do conceito e dá um rápido passeio pelas insuficiências nas interpretações marxistas. Sobre as teorizações da Cepal e de Celso Furtado, conclui que elas foram transformadas em ideologia, no sentido gramsciano, já que passaram a orientar a agenda de discussão e as pautas dos programas econômicos dos países da periferia capitalista. A segunda parte do texto, “Redefinindo o subdesen-

volvimento”, é uma proposta de retomada da discussão dos problemas da construção original. O próprio Francisco de Oliveira retoma o debate em termos questionadores, nos quais, depois das referências de praxe à “via prussiana”, à “revolução passiva” e à “modernização conservadora”, passa à discussão do “novo enigma”: “Subdesenvolvimento globalizado?”. Depois de várias provocações sugestivas, Francisco de Oliveira desvenda finalmente a sua visão. Segundo ele, talvez pela primeira vez na história, nós, os subdesenvolvidos, estejamos no mesmo andamento do núcleo dinâmico, e não com a “contemporaneidade defasada” mencionada por Caio Prado Júnior e retomada por Ignácio Rangel. Não haveria mais “mediações nacionais que fizeram a especificidade do subdesenvolvimento”, sendo a principal mediação suprimida a moeda nacional, vetor da violência, num contexto de “globalização financeira”.

Minha reavaliação do subdesenvolvimento é completamente diferente. Parto da visão de Celso Furtado e tento separar inicialmente a visão geoeconômica de centro-periferia da visão geopolítica do centro hegemônico. Reconheço que ambas, ordem econômica e ordem política, têm um elemento em comum: o dinheiro internacional. Vale dizer: tento reavaliar as relações centro-periferia, procurando manter a originalidade do pensamento de Furtado sobre subdesenvolvimento e tentando complementá-la com a visão geopolítica de Fiori. Depois faço uma releitura estilizada dos elementos endógenos de nossa estrutura de dominação interna. Esta releitura se desdobra em duas partes, nas quais tento alinhar analiticamente os elementos histórico-estruturais que levaram o pacto de dominação brasileiro a manter-se – desde meados do século XIX – apoiado no patrimonialismo econômico e político, apesar da rapidez da industrialização e da urbanização do pós-guerra. Não se trata de nenhuma “teoria geral” da “modernização conservadora”, da “via prussiana” ou da “revolução passiva”, mas apenas de uma reflexão sobre a constituição das classes no capitalismo tardio brasileiro. No sistema de poder nacional, as Constituições e os regimes políticos mudam muito rápido, mas o pacto de dominação fundamental permanece fortemente amarrado à Lei de Terras e ao Código Comercial de 150 anos atrás. A sagrada aliança entre os donos de terra, do dinheiro e do Estado não permite que “nossas transições democráticas” se completem. Na parte final, faço um breve esboço da luta de classes no Brasil,

mostrando o avanço recente das lutas populares e a importância da existência legal de um partido como o Partido dos Trabalhadores (PT), e concluo com as palavras de Furtado: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

Rio de Janeiro, agosto de 2000

A trajetória intelectual de Celso Furtado

Juarez Guimarães

Professor do Departamento de Ciência Política
da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Há certos homens cujas derrotas, pela grandeza ético-moral e pela inteligência do projeto que acalentam, são coletivas – ou de uma geração, da esperança de uma época e de todo um povo. Decerto foram muitos os derrotados em 1964, mas estamos nos referindo ao projeto nítido de Celso Furtado de democratizar os fundamentos econômicos e sociais do Brasil por meio de uma vontade nacional reformadora que refundasse as práticas de nossas instituições de democracia política.

Em sua trilogia autobiográfica¹, o belíssimo romance intelectual daquele que é, de nosso ponto de vista, o maior intérprete do Brasil neste século, Celso Furtado relembra aqueles anos sob o título *A fantasia desfeita*. Aos 44 anos, no meio-dia solar de sua trajetória, exilado da vida pública, do que dava sentido e dignidade a sua vida, sentia-se “exausto e desorientado, como alguém que despertasse de súbito sem o sentido da vista ou da audição”. “Ocorrera um terremoto e teria de passar algum tempo para que uma outra perspectiva se estabelecesse”, dizia ele.

Até então, Celso Furtado fizera o seu caminho de pioneiro intelectual alimentando-se do ciclo histórico caudaloso e vital do nacional-desenvolvimentismo. Agora teria que caminhar sozinho, “corazón, cabeza,/ en el aire del mundo”, como registra a epígrafe do terceiro volume autobiográfico – *Os ares do mundo* – sob a dicção do poeta Juan Ramón Jiménez.

Entre o nosso personagem e a história havia se criado uma cisão de longuíssima e ainda irresolvida resolução: o triplo exílio, político, histórico e projetual. A cassação dos direitos políticos, o encaminhamento dos impasses do capitalismo brasileiro nos anos 60 pela via da internacionalização e da concentração de renda, a remissão daquele que era um pensamento-síntese à condição de um passadismo do qual o dinamismo da história não cessava de se distanciar.

“Uma geração superada raramente percebe de imediato que a corrente da história mudou de rumo, que sua ação se transformou em pura gesticulação, que seu discurso tende a ser simples cacofonia para auditórios pouco atentos.”

“Nossa esperança”, dizia ele, “seria agora vista como devaneio idealista, hipótese sem substância, doutrina anacrônica”.

O exilado, este ser que flutua nos ares do mundo, poderia obter

“compensação simplesmente da luz do dia, de um horizonte que se ilumina diante do caminhante que repousa à beira da estrada, do respirar de alguém que dorme confiante ao lado. Mas também pode vir do ânimo de continuar uma luta para mudar a própria vida”.

Foi esta a opção de Furtado: travar no campo que lhe restou, o do pensamento e da cultura, sua ainda incerta liça contra o exílio a que foi submetido.

Superando os primeiros diagnósticos de regressão da sociedade brasileira sob regime militar a uma condição agropastoril e de estagnação econômica crônica e estrutural, Celso Furtado, já nos anos iniciais da década de 1970, nos livros *Análise do “modelo” brasileiro* e *O mito do desenvolvimento econômico*, reorganiza o seu campo teórico. Seu novo esforço intelectual é captar as linhas dinâmicas do capitalismo internacional (protagonismo das empresas oligopolistas do centro, cres-

cimento explosivo do mercado financeiro internacional, rápida industrialização de segmentos da periferia) e explicar o surto de crescimento da economia brasileira a partir do binômio internacionalização e concentração da renda. Mas, sobretudo, trata-se de colocar em questão um certo mito do desenvolvimento, mimético ao dos países capitalistas centrais e que conduz apenas à modernização, à adoção de padrões de consumo mais sofisticados sem fundamentos econômicos sólidos. É como se Celso Furtado respondesse ao surto de industrialização dependente, hipótese dissolvente da problemática cepalina original, radicalizando os fundamentos críticos de sua teoria do subdesenvolvimento.

As esperanças de reconciliação, de recomeçar a construção interrompida, não se confirmaram com a redemocratização do país na década de 1980. O ensaio “Entre inconformismo e reformismo”, escrito em 1987 a pedido do Banco Mundial, concluía afirmando:

“Há exemplos, na história de outros povos, de avanços rápidos no plano político após o despertar de uma longa noite de imobilismo, como se a sociedade fosse dotada de um inconsciente onde laboram forças criativas que ampliam o horizonte de possibilidades futuras”².

Não foi assim. Em setembro de 1999, em “A busca de novo horizonte utópico”, diagnosticava: “Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”³.

E, no entanto, não por uma lógica da identidade, mas pela força extraordinária da antítese, o pensamento de Celso Furtado, enriquecido e matizado por tantos anos de exílio, está retornando ao centro. O privatismo mercantil corroeu tanto o nosso pobre solo republicano que o que é público e universal requer ser refundado; a desnacionalização assumiu tal desfaçatez que a nossa identidade nacional recalcada reclama vir à luz; o elitismo dos governantes fez-se tão arrogante que ao que é generoso não se pode mais evadir.

Seria, pois, a hora e a vez de romper o terceiro exílio de Celso Furtado, aquele que se estabeleceu no plano da inteligência, dos valores da civilização e da cultura?

Mas qual é mesmo a envergadura do pensamento de Celso Furtado? Qual é seu lugar entre os clássicos brasileiros? Em que reside, enfim, sua centralidade para este final de século brasileiro?

Classicidade e romantização

Celso Furtado é, sobretudo, um clássico, no sentido de que sua obra contém uma narrativa coerente sobre as origens, a identidade e o destino do Brasil. Um pensamento que se instaura prematuramente em sua classicidade: *Formação econômica do Brasil* foi editado em 1959, quando Celso Furtado tinha 40 anos. Este livro, estimado por Fernand Braudel e que narra o tempo longo de nossa gestação, é nossa obra de economia mais traduzida no exterior e forma, segundo Francisco Iglésias, ao lado das obras de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, o tripé fundador de nossa historiografia econômica. Por meio dos ciclos da cana, da mineração, do café e da industrialização, analisa-se a gradativa superação da heteronomia de destinos em que fomos criados para uma situação histórica em que a internalização de decisões e a soberania se impunham como horizonte e promessa.

É um livro orgânico, no sentido de que é a expressão máxima da inteligência do nacional-desenvolvimentismo. Situado na centro-esquerda do espectro político ideológico, nos antípodas do liberalismo de um Eugênio Gudín e delimitado da esquerda socialista do período, era um pensamento vocacionado para a síntese de sentido universalizante. O pensamento de Celso Furtado nunca foi partidário e sua práxis sempre procurou se situar no ponto de uma “*intelligentsia* socialmente desvinculada” que “resume em si todos os interesses que permeiam a vida social”, na linha de Mannheim. Mas ele só foi possível porque é expressão, utilizando-nos de uma idéia de Guerreiro Ramos⁴, porque o ponto de vista nacional já havia amadurecido nessa época, em que o nosso sol nordestino, sol fundador de nossa civilização, estava em sua luz máxima.

Se a primeira geração de estudos clássicos sobre o Brasil foi de vocação sociológica, a ponto de Antonio Candido⁵ escrever que, na década de 1930, todo autor, para ser levado a sério, tinha que se prescrever uma tese de interpretação sociológica do país, o pensamento de Celso Furtado argumentava por uma lógica econômica. Mas não nos enganemos: se a angulação é econômica, a problemática é civilizatória e deriva, pois, para a sociologia (a formação social), para a política (centros de decisão e poder) e para a cultura (autonomia ou alienação). A obra de Celso Furtado é, aliás, toda ela, uma denúncia veemente do economicismo. Por exemplo, em *A pré-revolução brasileira* afirmava:

“[...] não acreditamos em ciência econômica pura, isto é, independente de um conjunto de princípios de convivência social preestabelecidos, de julgamentos de valor. Alguns desses princípios podem tender à universalidade, como a norma de que o bem-estar social deve prevalecer sobre o interesse individual. Contudo, no estágio em que nos encontramos, de grandes disparidades de graus de desenvolvimento e integração social – para não falar dos antagonismos que prevalecem com respeito aos ideais da convivência social –, seria totalmente errôneo postular para a economia uma equívoca idéia de objetividade, emprestada às ciências físicas”⁶.

Mas qual civilização? No confronto das tradições, entre ibéricos e americanistas, onde Celso Furtado funda o seu projeto de civilização? Não é ibérica a sua fonte de valores; a projeção analítico-normativa de Celso Furtado não é de tonalidade tradicionalista como é limpidamente em Gilberto Freyre e problematicamente em Oliveira Vianna. Ao contrário, visa deslegitimar o peso das estruturas arcaizantes e tradicionais. Certamente vem daí o grande desencontro intelectual dos dois maiores pensadores nordestinos deste século, Furtado e Freyre. Ambos perdem: Freyre, mantendo-se apático ou até mesmo hostil diante do grande movimento político-cultural que reinseriu o Nordeste no imaginário nacional e que resultou na criação da Sudene; Furtado, ao não desenvolver, mesmo criticamente, as ricas pistas sobre a formação da identidade nacional e sobre a problemática racial contidas na obra de Freyre.

Mas também não é americanista:

“Nenhuma questão me obcecou tanto como esta: por que eles encontraram o caminho certo, o do desenvolvimento, e nós, o errado, o do subdesenvolvimento? Não há melhor método para compreender a regra do que estudar a exceção. Eu não teria escrito *Formação econômica do Brasil* se não me houvesse sido dada a oportunidade de estudar a colonização francesa e a inglesa nas terras do Caribe e da América do Norte”⁷.

A obra de Celso Furtado argumenta em favor da tipicidade do Brasil e de um caminho próprio para o desenvolvimento, seguindo as pegadas de Raúl Prebisch, o fundador da Cepal e aquele a quem chamava reverencialmente de mestre. Mas, em Prebisch, o conceito-chave é o da “deterioração das relações de troca”, por meio do qual se questiona-

va o teorema liberal clássico das vantagens comparativas no comércio internacional, peça-chave da legitimação do destino ou vocação agrícola dos países latino-americanos. Em Celso Furtado, a problemática é ampliada com o conceito de subdesenvolvimento, entendido como espaço e temporalidade próprios das nações da periferia do mundo, fugindo a qualquer noção fásica ou linear da história.

Mais além de recusar a viabilidade de um caminho analógico ao dos Estados Unidos, Furtado é crítico do liberalismo norte-americano como horizonte civilizatório. Para ele, mesmo com todo o avanço do racionalismo científico, “continuava a prevalecer na América uma antropologia filosófica que legitimava a divisão entre eleitos e excluídos” e “estimulava a dominação [...] e identificava esta com o bem”. Esta contradição, de ter derivado de

“uma visão do mundo fundada no dogma da graça divina, vale dizer, numa antropologia de base medieval que se fez à contracorrente da revolução cultural que surge com o Renascimento e está na base da modernidade”,

faz da cultura norte-americana

“um misto de supramodernidade e anacronismo, de pioneirismo e conservadorismo, de tolerância e suspicácia, de universalismo e tribalismo, enfim, essa mistura de futuro e de passado sem base sólida no presente”⁸.

Nem iberista nem americanista, a obra de Celso Furtado, nestes seus 50 anos, pode se qualificar no enquadramento do Brasil como “um outro Ocidente”, como uma vez o situou José Guilherme Merquior⁹. Se até 1964 Celso Furtado pensou a periferia desde a sua relação com o centro, no pós-64 toda a sua energia intelectual foi colocada a serviço de repensar a periferia desde as mudanças em curso no centro do mundo. Fugir à alienação “do tipo ptolomaico, ou seja, a incapacidade para pensar a própria posição em um sistema de forças”, sempre foi o esforço intelectual de Furtado.

Dá o segredo maior de seu método: a brasilidade, a nordestinidade de seu campo analítico-normativo não se fechou nunca ao mundo. Cer-

tamente, ele é o pensador brasileiro que mais se expôs em sua biografia intelectual à grande internacional da cultura, não como pendor cosmopolita, mas como exigência orgânica de ampliação do campo de visão: a experiência durante a Segunda Guerra na Itália, o doutoramento em economia no pós-guerra na França, a emergência da modernidade latino-americana no Chile com a criação da Cepal, o estudo em Cambridge junto à nata do nekeynesianismo, onde conviveu com Joan Robinson, Sraffa, Kaldor, Piero Garegnani, Amytia Sen, antes de voltar para o Brasil no final dos anos 50. E, ainda depois de 1964, a sua docência em Yale e na Sorbonne, em vários projetos das Nações Unidas.

Como compreender, em síntese, o campo analítico-normativo da reflexão de Celso Furtado? É certo que ele se formou em contato com a cultura do chamado liberalismo social do pós-guerra, que tinha na matriz keynesiana o seu centro configurador. Mas, em Furtado, o diagnóstico das imperfeições do livre funcionamento do mercado é radicalizado para a indicação de suas distorções estruturais na periferia do capitalismo e, neste contexto, o planejamento e a intervenção estatal, de remédios anticíclicos, ganham uma importância vital para a própria definição das bases do dinamismo econômico¹⁰. É igualmente nítida a raiz cepalina de sua reflexão, amadurecida simbioticamente ao despertar da autonomia de um pensamento latino-americano sob a liderança de Prebisch. Mas este nunca pôde ter em relação ao seu país de origem, a Argentina, a mesma dinâmica de enraizamento de Furtado em relação ao Brasil, o que forneceu a este o estímulo a uma ampliação da problemática, de diagnósticos e soluções, que não se faz presente na obra do mestre.

Se as categorias de keynesiano ou cepalino não são bastantes para enquadrar a riqueza da obra de Furtado, o expediente de nomeá-lo categoricamente como um autor eclético não faz justiça à coerência de seu campo analítico, à mútua configuração de seus conceitos-chave de interpretação.

O estruturalismo binário ou dualista de seu corte analítico – a heterogeneidade sistêmica constitutiva, opondo o “atrasado” ao “moderno” em várias configurações – foi desde sempre concebido dinamicamente, sob uma chave de interpretação histórica. Nas palavras de Furtado em *Análise do “modelo” brasileiro*,

“a partir de uma globalização histórica identificam-se os elementos estruturais que permitem, num corte temporal, ‘reduzir’ a realidade social

a um sistema a que se podem aplicar os instrumentos de análise econômica. O corte temporal torna-se necessário, a fim de que certos elementos ganhem suficiente invariância para que possamos considerá-los estruturais. A globalização histórica, por sua vez, permite continuar a observar tais elementos como variáveis, que mudam de significação quando se passa de um a outro corte temporal”¹¹.

Daí que a razão dualista de Furtado nunca tenha se fixado em uma leitura objetivista do Brasil ou em um prognóstico determinista de seu destino. As estruturas econômico-sociais, permanentemente atualizadas pela dinâmica centro-periferia, conformavam apenas o campo das opções estratégicas possíveis para os atores.

De um ponto de vista que acentuava o caráter técnico do planejamento, a reflexão de Celso Furtado foi se politizando em contato com a tramadíssima conjuntura do período que antecedeu o desenlace de 1964. Assim, a reflexão de Furtado desembocava na política, no processo de formação das vontades coletivas e dos choques de interesses, na tensão permanente entre tradição e mudança, entre autonomia nacional e heteronomia de destinos. Mas aí – na dimensão política – ele não desenvolveu propriamente um campo categorial e um alfabeto expressivo que permitisse potencializar as forças interessadas na mudança.

Celso Furtado é formador de uma geração de intelectuais brasileiros que se sentia em casa no continente, tendo servido em vários países como consultor de planejamento, o que lhe facultou sempre o exercício lúcido da análise comparativa. É um profundo conhecedor da história latino-americana. Para ele, a opção brasileira desdobrava-se coerentemente na opção latino-americana.

Foi assim que este intelectual, em cuja protoformação comparecem a vivência nordestina (em suas matrizes de brutalidade e misticismo) e a influência maçônica paterna que o incentivou ao cultivo da ciência e da razão, adotou o planejamento público menos como uma pretensão arrogante de uma razão ordenadora do mundo e mais como um “desejo de salvação pessoal”, como confessa aos olhos de hoje na autobiografia. Seja como for, o caminho intelectual de Celso Furtado parece-se mais com o de uma progressiva romantização de uma personalidade submetida precocemente às severas exigências da razão do que a classicização de um romantismo inaugural. Que as duas primei-

ras obras autobiográficas tenham se chamado *A fantasia organizada* e *A fantasia desfeita* parece um recurso auto-irônico, do estilo que Thomas Mann aplicava a suas próprias criaturas.

A refundação republicana

Mas qual o lugar deste autor clássico da interpretação do Brasil na cultura republicana de nosso país? A pergunta é propositadamente abrangente e voltada para distender a nossa reflexão para pensar a relação entre Celso Furtado e os destinos da democracia no Brasil.

Em um ângulo mais estrito, a localização de Celso Furtado no grande debate econômico sobre os rumos do desenvolvimento no país, travado entre 1930 e 1964, já foi brilhantemente perscrutada por Ricardo Bielchowsky em sua obra-síntese *Pensamento econômico brasileiro: O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*¹². No mapeamento de Bielchowsky, Celso Furtado está na antítese do pensamento neoliberal brasileiro de Eugenio Gudín e Otávio Gouveia de Bulhões. Configurado no grande veio do desenvolvimentismo, Furtado está situado como o representante mais lúcido do setor público nacionalista ao lado do setor público não-nacionalista, cuja figura mais expressiva é Roberto Campos. Ignácio Rangel é captado em sua dimensão de singularidade, enquanto os pensamentos socialistas de Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Júnior são configurados em um plano próprio.

O que há de limite na apresentação deste mapeamento, em si correto, de Celso Furtado resulta da delimitação da análise à dimensão econômica da problemática. Ora, em nossa opinião, a importância do pensamento de Celso Furtado, do complexo analítico-normativo por meio do qual interroga o passado e o futuro do país, está no fato de ele ser a primeira grande síntese de uma proposta de refundação republicana do Brasil. Isto é, em Celso Furtado amadurece pela primeira vez, em um campo teórico coerente, a solução de nossa problemática nacional mediante um projeto que prevê a superação de nosso quadro histórico de exclusão social em um quadro de aprofundamento dos fundamentos de nossa democracia política.

Nenhum outro pensamento republicano havia forjado antes tal síntese. Em nossa história política republicana, quando o problema nacional foi formulado, isto sempre aconteceu em uma chave antidemocrática, ambigualmente democrática ou insuficientemente democrática. Por sua

vez, quando o tema da democracia política aflorou, seja no discurso liberal crítico ao populismo, seja no período recente da redemocratização do país, ele não soube se fecundar pela centralidade de nossa problemática construção de nação. Em Celso Furtado, as três dimensões da República – o destino nacional, a cidadania social e a soberania popular – estão articuladas em uma lógica mutuamente configuradora.

Nesse sentido, qual é a relação da obra de Celso Furtado com os pensamentos de Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior que assentaram raízes na cultura brasileira já a partir da década de 1930?

Em relação a *Raízes do Brasil*, podemos notar a mesma problemática histórica de uma modernidade cindida entre o passado tradicional, agrário ou ibérico, e o futuro de uma sociedade urbana democrática. A mesma intuição de que a democracia, na ausência de uma ruptura de fundamentos com o passado agrário, “não passaria de um grande mal-entendido”. Uma idêntica recusa a orientar a crítica à tradição liberal brasileira a um socialismo conformado a partir de um viés dogmático e antipluralista. Mas, em Celso Furtado, o impasse civilizatório em que nos alçávamos no pós-guerra, pela própria força analítica de seu pensamento, descortina uma via de superação que deveria abrir caminho em meio ao terreno histórico minado de contradições do nacional-populismo.

Quanto à obra de Caio Prado Júnior, a relação é certamente mais complexa. De um lado, nenhum outro autor afirmou o tema de nossa construção nacional interrompida com tal vigor analítico como Caio Prado¹³. Nele, os temas do antiimperialismo e do socialismo fundiam-se à própria configuração do Brasil como povo-nação, concebida a partir de uma dinâmica popular. Mas, em Caio Prado, a partir de uma certa confiança própria da cultura de então do marxismo, apostava-se no potencial emancipatório da luta de classes – dos trabalhadores urbanos e de sua extensão aos trabalhadores rurais. O caminho da luta pela cidadania social faria emergir por sua própria dinâmica a emancipação política.

Em Celso Furtado, não: é a configuração de uma vontade nacional em torno de um projeto democrático de nação que deve abrir as portas para a mudança. Esta vontade certamente se relacionava com os movimentos sociais, urbanos e agrários, mas encaminhava-os projetualmente para uma dinâmica reformista estrutural da ordem. Aliás, há na obra de Furtado uma recorrente descrença na capacidade de os movimentos operários, pela via clássica da representação de interesses, exercerem uma

pressão reformadora eficaz sobre a ordem. Nos países periféricos como o Brasil, a existência de um elevado desemprego estrutural amorteceria o impacto das pressões de ordem sindical, minando a sua eficácia.

Para Caio Prado Júnior, o populismo é um momento de erro, de desconfiguração da autonomia classista dos setores sociais a quem designava a liderança de um projeto de emancipação. Para Celso Furtado, não: em um quadro em que o liberalismo transfigurou-se em puro autoritarismo e o socialismo transfigurou-se em populismo, “restava partir do populismo e conduzi-lo por etapas a um regime que conciliasse a busca prioritária do desenvolvimento com critérios de distribuição social”. O autoritarismo seria mais danoso que o populismo, pois restringe a participação da cidadania na atividade política e degrada o exercício do poder ao privá-lo de controle político. “Mantendo a sociedade aberta”, concluía, “o populismo seria suscetível de aperfeiçoamento”¹⁴.

Mas, se estamos corretos nesta interpretação, o que se perdeu em 1964 foi a possibilidade de uma refundação republicana do Brasil, e é a ela que devemos retornar, não em sua circunstância histórica, mas em seus fundamentos.

Na análise informada de José Murilo de Carvalho¹⁵, à proclamação da República não compareceu um projeto de país, mas três: o de um americanismo liberal, federativo, calcado em interesses sediados no moderno pólo cafeicultor paulista, vitorioso na República Velha; o de um jacobinismo democrático, que se apoiava em setores médios urbanos, que não tinha forças para se implantar; o da ditadura positivista, nacionalista e modernizante, presente na oficialidade militar, que alimentou o surto das rebeliões tenentistas e, mais importante, a tradição gaúcha da qual viria Getúlio Vargas.

Durante a República Velha foi se formando uma cultura crítica a este republicanismo cosmopolita e sem povo que alimentava as elites governantes da Primeira República. Sílvio Romero, Alberto Torres e Euclides da Cunha seriam expressões desta cultura crítica. A frase de Alberto Torres, da segunda década deste século, já soava a nota forte do desencanto com a nascente república: “Esse Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nós mesmos não são cidadãos”¹⁶.

No complexo cultural que emergiu naqueles anos, o problema nacional foi formulado em uma clave antiliberal, organicista, comunitarista,

fascistizante ou simplesmente antidemocrática, como em Francisco Campos, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Plínio Salgado ou mesmo por meio da grande tradição do positivismo gaúcho.

No primeiro ciclo Vargas, a contradição entre afirmação nacional e democracia foi levada ao limite durante o Estado Novo. No pós-45, a cultura política brasileira apresentava-se cindida em suas vertentes liberal e nacional-desenvolvimentista. Nesta última, seja pela herança varguista, seja pelos paradigmas stalinistas que continuavam, mesmo em crise após 1956, a nortear as perspectivas da esquerda dominante no período, o tema da democracia não alcançou desenvolvimento pleno e adequado.

É aí que incide a grandeza ético-moral do pensamento republicano de Celso Furtado. No livro *A pré-revolução brasileira*, de 1962, Celso Furtado, após reconhecer no marxismo, “em última instância”, “um estádio superior de humanismo”, refuta o “marxismo-leninismo”, uma técnica de revolução que crê universalizada a partir do modelo russo (stalinista, acrescentaríamos). E conclui:

“Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isto, facilmente explicamos por que as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo. Se o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa seria a probabilidade de que permanecêssemos livres. Tivéssemos de aceitar como real esta alternativa e estaríamos diante de um impasse fundamental, decorrente de uma contradição entre os objetivos últimos, isto é, as metas que orientam o nosso esforço de construção social [...] pois não se trata apenas do sacrifício de pessoas, mas também de valores e não podemos estar seguros de que os valores, destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã, a menos que aceitemos uma teoria linear, segundo a qual a cada grau de desenvolvimento material da sociedade corresponde necessariamente outro de desenvolvimento dos demais valores”¹⁷.

Diagnósticos e perspectivas

Celso Furtado previa três possibilidades de evolução da sociedade brasileira no pré-64: uma revolução socialista, que se basearia nas contradições acumuladas no campo, que impulsionaria o crescimento, porém

em detrimento dos valores da liberdade; uma ditadura de direita, retrógrada em sua perspectiva econômica e política; uma reforma das estruturas, a partir de uma pressão da opinião pública nacional sobre as estruturas políticas rígidas do Estado brasileiro.

A realidade que emergiu no pós-64, o grande surto de modernização conservadora, representaria um brutal desmentido às hipóteses configuradas pelo campo analítico-normativo de Celso Furtado. Este, em 1967, no número especial da revista *Les Temps Modernes*, dirigida por Sartre, havia prognosticado uma pastorização do Brasil sob o regime militar. No ensaio “De l’oligarchie a l’état militaire”, Furtado apreende como a ideologia dos militares vitoriosos havia feito a passagem, no quadro doutrinário da Guerra Fria, para uma ideologia de Poder Nacional, que colocaria em segundo plano o desenvolvimento em detrimento da estabilidade. Este “modelo de pastorização”, concebido originalmente pelos Estados Unidos para a Alemanha ao fim da Segunda Guerra Mundial, implicaria o encaminhamento da população subempregada nos centros urbanos para o campo, em um quadro de estagnação industrial. E diagnosticava:

“Se a paralisação dos investimentos industriais, efetivada a partir de 1964, for mantida até fins do presente decênio, não haverá dúvida de que o projeto de pastorização ter-se-á consolidado o suficiente para modificar o curso do processo brasileiro por uma ou duas gerações, certamente te muito mais tempo do que será necessário para que a doutrina da segurança ampliada seja enterrada pelos seus próprios mentores imperialistas”¹⁸.

Trata-se de um exemplo claro das falhas decorrentes das “virtudes excessivas” do campo analítico-normativo de Furtado. Em sua exaltação da necessária autonomia nacional de um projeto de desenvolvimento, Furtado não percebeu as dinâmicas inovadoras do capitalismo e as possibilidades de uma industrialização intensiva via associação com o capital estrangeiro. Em sua ênfase no dualismo das estruturas, considerado entrave fatal a uma dinâmica sustentada de crescimento, Furtado ignorou as possibilidades de uma acumulação capitalista que se nutria da combinação perversa das desigualdades.

Já vimos como Furtado busca atualizar seus diagnósticos do capitalismo internacional e brasileiro no início dos anos 70. Diante do surto de modernização conservadora, Furtado mantém o diagnóstico da per-

manência do subdesenvolvimento: o aumento da dependência com a internalização em massa dos oligopólios internacionais no setor industrial, a concentração de renda conformando um setor minoritário mas dinâmico de demanda e a persistência da estrutura agrária continuariam a aprofundar uma heterogeneidade sistêmica estrutural e o afrouxamento dos vínculos de solidariedade histórica do país.

A história dos impasses do capitalismo brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, no entanto, parecem repor o diagnóstico exaustivamente atualizado por Celso Furtado. É como se o método histórico estrutural de Furtado, apto a captar as dinâmicas nas temporalidades mais largas, estivesse cobrando as contas de seus polemistas. Chegamos ao final dos anos 90 submetidos à gravíssima perda de autonomia decisória, espoliados financeiramente, distanciados de uma sinergia positiva entre mercado interno e crescimento, em meio a uma gravíssima crise fiscal, com a seca assolando o Nordeste e os sem-terra batendo nas portas fechadas de nosso mundo agrário secularmente concentrado. Após as ruínas do mito do milagre econômico e das promessas frustradas da globalização, o que nos restaria senão voltar à nossa construção interrompida?

Razão e esperança

A atualidade da obra de Celso Furtado ancora-se, sobretudo, na permanência do subdesenvolvimento, que, “como Deus Jano, tanto olha para frente como para trás”¹⁹, verdadeiro impasse histórico que visita a nossa formação e espreita o nosso futuro. Furtado diferencia subdesenvolvimento de dependência, conceito mais geral, que revela a heteronomia de destinos, sempre atualizada, das nações diante do centro capitalista. O subdesenvolvimento não pode ser superado pela mera modernização do país, pois esta não é capaz de romper a assimetria estrutural na capacidade de introduzir e difundir o progresso técnico entre o centro e a periferia e, no interior desta, entre estruturas econômicas e sociais altamente heterogêneas.

Para Celso Furtado, o subdesenvolvimento é como a devastação de um país que foi submetido a uma guerra. Sua superação, mais do que uma política econômica, mais do que uma política de governo, exigiria uma verdadeira “reconstrução social”. Chamamos esta reconstrução social de “refundação republicana”, destacando, no plano da cultura

política, seus fundamentos. A nosso ver, a proposta de Furtado implica quatro dimensões fundamentais complementares e convergentes.

A primeira é a refundação ético-política dos fundamentos em que se assenta o contrato social do Estado brasileiro, dos princípios que definem os direitos e os deveres básicos dos cidadãos. Questiona-se, em primeiro lugar, o caráter absoluto que, em nossa cultura política, assumiram o direito de propriedade e o dos que detêm grandes massas de capital. É o caráter fundamentalista, inquestionado, sagrado destes direitos que bloqueia a reforma agrária, a reforma tributária, o respeito aos direitos do trabalho e o exercício de qualquer controle social das grandes corporações. Estas, como diz Furtado, por suas funções e pela grandeza das somas que operam, cumprem de fato funções semipúblicas na operação do sistema econômico, e como tais deveriam ser enquadradas.

Esta refundação ético-política implicaria fazer a crítica radical da racionalidade formal dos mercados, opondo-a às metas de uma comunidade nacional, que definisse democraticamente qual a prioridade dos bens a serem produzidos. Furtado é claro a este respeito:

“A luta contra as ambigüidades da doutrina monetarista exige uma crítica da prática do desenvolvimento periférico na fase de transnacionalização. O que está em jogo é mais do que um problema de desmistificação ideológica. Temos que interrogar-nos se os povos da periferia vão desempenhar um papel central na construção da própria história, ou se permanecerão como espectadores enquanto o processo de transnacionalização define o lugar que a cada um cabe ocupar na imensa engrenagem que promete ser a economia globalizada do futuro. A nova ortodoxia doutrinária, ao pretender tudo reduzir à racionalidade formal, oblitera a consciência dessa opção. Se pretendemos reavivá-la, devemos começar por restituir à idéia de desenvolvimento o seu conteúdo político-valorativo”²⁰.

Assim, a distribuição de renda passa da condição de hipótese resultante e sempre adiada à condição da retomada do crescimento econômico.

Em segundo lugar, esta refundação republicana exigiria a reconstrução de um setor público, nem privatista nem estatista. A ênfase de Celso Furtado na importância central do Estado para o desenvolvimento, decorrência da visão crítica que possuía sobre as debilidades congênicas da burguesia nacional e o desinteresse do investidor externo dian-

te da problemática nacional, incidia mais na necessidade de planejamento integral do que na defesa dos investimentos estatais diretos. Celso Furtado nos legou o exemplo da criação e definição dos parâmetros da Sudene em seus primeiros anos como paradigma de um planejamento regional democrático e, certamente, há em sua obra indicações preciosas para se repensar o lugar de um Estado democrático na reconstrução de um projeto de desenvolvimento.

Em terceiro lugar, a obra de Celso Furtado reclama a democratização dos fundamentos de nossa democracia política, em particular no que diz respeito à construção das bases sociais da ampliação da cidadania, da superação das distorções no sistema de representação, na retomada de uma dinâmica federativa. O grave e importante limite de Furtado é, certamente, a timidez na visualização das possibilidades de uma democracia participativa.

Por fim, a proposta de Celso Furtado sugere uma revisão das bases históricas de heteronomia em que se deram as relações do Brasil com o centro capitalista, em particular com os Estados Unidos. Autonomia sobre as decisões, criação de uma sinergia positiva entre acumulação e expansão do mercado interno, integração latino-americana, exploração das possibilidades do policentrismo e luta pela democratização dos fundamentos da ordem internacional são temas amplamente desenvolvidos em sua obra. Esta refundação republicana reivindica a formação de uma vontade nacional reformadora que solicita e, ao mesmo tempo, questiona as próprias tradições políticas brasileiras.

Aos liberais éticos, reclama a expansão de uma cultura de direitos de cidadania historicamente deprimida na tradição liberal brasileira em função do privatismo mercantil e das realidades do poder.

Aos que projetam um futuro social-democrata para o país, esclarece que a construção de um verdadeiro Estado de bem-estar social no Brasil passa por reformas estruturais e por uma revisão dos fundamentos que alicerçam toda uma gama de privilégios que advêm da fundação do Estado nacional.

Aos cristãos, propõe que protagonizem plenamente no plano político e social uma ética solidária comunitarista e afirmativa dos direitos dos pobres e oprimidos.

Aos socialistas, enfim, aos dirigentes dos movimentos sociais, esta refundação reclama a plena universalização de um projeto de transfor-

mação que maximize justiça social e pleno gozo das liberdades civis e políticas. Já em *O mito do desenvolvimento econômico*, Furtado lançava a hipótese de que no quadro da industrialização dependente da periferia, em uma direção oposta à das elites, a

“evolução das classes trabalhadoras se [faria] no sentido de crescente identificação com as sociedades nacionais a que pertencem, ou melhor, com um projeto de desenvolvimento social que pode ser monitorado a partir do Estado de cujos centros de decisão participam”²¹.

E, no mesmo livro, ao final do ensaio “Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais”, Furtado se coloca a questão de que

“é mesmo possível que ele [o subdesenvolvimento] seja inerente ao sistema capitalista; isto é, que não possa haver capitalismo sem as relações assimétricas entre subsistemas econômicos e as formas de exploração social que estão na base do subdesenvolvimento. Mas não temos a pretensão de poder demonstrar esta última hipótese”.

Está em Hegel o pensamento de que a palavra amor quando dita por um jovem não tem o mesmo valor expressivo do que quando formulada por um homem entrado na derradeira fase da vida. Chama-se *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*²² o livro de Celso Furtado editado em 1999. Aos 80 anos, ele volta a nos falar de esperança. Pergunto, então: que direito temos de recusar este apelo, partido de um homem desprovido de todos os poderes deste mundo e cuja secreta força moral de sua inteligência obstinada parece ser a confiança em nossa dignidade como brasileiros?

Notas

1. Esta trilogia é composta pelos livros *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989) e *Os ares do mundo* (1991), publicados pela editora Paz e Terra.
2. In: FURTADO, C. *Obra autobiográfica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, vol. III, 1997, p. 38.
3. In: FURTADO, C. *O longo amanhecer*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
4. RAMOS, A. G. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963.
5. CANDIDO, A. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v.2; 4, p. 27-36, abril de 1984.

6. FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962, p. 81.
7. FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 144.
8. Idem, *Ibidem*, p. 109.
9. MERQUIOR, José Guilherme. *O argumento liberal*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983, p. 227.
10. Uma rica pesquisa sobre a relação das reflexões de Furtado com a cultura do desenvolvimentismo no pós-guerra encontra-se em MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo, Ática, 1995. Ver também a brilhante análise de Francisco de Oliveira na Introdução à coletânea de ensaios de Celso Furtado (Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1983).
11. FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 3.
12. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996.
13. Para uma informada e brilhante síntese comparativa das contribuições de Furtado, Caio Prado e Florestan Fernandes ver *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*, de Plínio de Arruda Sampaio Júnior (Petrópolis, Vozes, 1999).
14. FURTADO, Celso. *Os ares do mundo*, op. cit., p. 160.
15. CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1998, p. 83.
16. TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1933, p. 297.
17. FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*, op. cit., p. 23.
18. FURTADO, Celso. De l’oligarchie a l’état militaire. *Les Temps Modernes*, Paris, Gallimard, nº 257, p. 596.
19. FURTADO, Celso. O subdesenvolvimento revisitado. *Economia e Sociedade*, nº 1, Campinas, Unicamp/IE, 1992, p. 19.
20. FURTADO, C. *A nova dependência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 132.
21. FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974, p. 58.
22. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

A propósito de uma “construção interrompida”

José Luís Fiori

Doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo (USP)
e professor titular de economia política internacional
na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

“A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisão. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente.”

Celso Furtado, *Brasil: a construção interrompida*, 1992

A maior homenagem que se pode fazer a um intelectual é reconhecer a atualidade e a fecundidade permanentes do seu pensamento, sua capacidade demonstrada de analisar e antecipar os acontecimentos, captando as tendências estruturais e de longo prazo da história, e de provocar, de forma permanente, o pensamento dos seus contemporâneos. Isto é o que se pode dizer da obra de Celso Furtado, que soube manter-se permanentemente fiel à sua própria concepção de que

“aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam

o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão”¹.

Tal consciência e tal compromisso dão seriedade ainda maior à sua preocupação com as conseqüências de longo prazo da nova estratégia econômica liberal dos governos brasileiros na década de 1990. Sua advertência, no livro *Brasil: a construção interrompida*, é muito clara:

“Na lógica da ordem econômica internacional emergente, parece ser relativamente modesta a taxa de crescimento que corresponde ao Brasil. Sendo assim, o processo de formação de um sistema econômico nacional já não se inscreve naturalmente em nosso destino nacional”².

Diagnóstico que o leva a concluir e advertir, no plano político, que

“num país ainda em formação, como é o Brasil, a predominância da lógica das empresas transnacionais, na ordenação das atividades econômicas, conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbção de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional”³.

Uma previsão frustrante, se tivermos presentes um conceito e uma hipótese que atravessam o trabalho teórico e as análises históricas de Celso Furtado e, ao mesmo tempo, reaparecem como condição essencial do seu projeto político-econômico: sua concepção e seu projeto de uma “formação econômica nacional”, e sua hipótese de que ela só se concluiria com a criação “dentro do território brasileiro, de um sistema econômico articulado e capacitado para autodirigir-se [por meio] de centros de decisão consistentes e autônomos”⁴.

Esta premissa sustenta sua convicção de que a formação de um sistema econômico nacional brasileiro teria três condições indispensáveis: a primeira seria a criação e o fortalecimento de “centros endógenos de decisão” capazes de dar-nos “a faculdade de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades estabelecidas por nós mesmos”⁵; a segunda seria que este processo fosse acompanhado por uma crescente

homogeneização da sociedade, capaz de abrir espaço para a realização do potencial da cultura brasileira; e a terceira, finalmente, que a própria idéia da “formação” se fizesse “vontade coletiva” e projeto político capaz de acumular a força indispensável para transformar a agenda das prioridades nacionais em dimensão política do cálculo econômico.

Para Celso Furtado, este era um processo em pleno curso – pelo menos desde os anos 30 – que foi atropelado pelas transformações mundiais que se aprofundaram a partir da década de 1970 e interrompido pelas políticas e reformas liberais levadas a cabo pelos governos brasileiros da década de 1990.

“A perda de controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram lugar a uma situação nova em que a própria idéia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo.”

Quando, na verdade, segundo Furtado,

“A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente”⁶.

E isto porque, como o próprio Furtado já dissera muito antes,

“debilitar o Estado como centro de decisões independente dos conglomerados internacionais não significa, na América Latina, fortalecer a iniciativa privada; significa, sim, renunciar à formação de um sistema econômico nacional, isto é, um sistema de produção articulado em função dos interesses da coletividade nacional”⁷.

Daí sua conclusão de que o Brasil, ao estar assistindo, neste final de século, ao desaparecimento de sua “esperança de desenvolvimento”, também está perdendo a expectativa e a vontade coletiva que foram decisivas para a construção e a preservação de sua unidade e – apesar de sua crise quase permanente – do seu próprio pacto federativo. Por

isso, não o surpreende a multiplicação recente dos conflitos verticais e horizontais que vêm erodindo, sobretudo na década de 1990, os laços de solidariedade inter-regional, indispensáveis ao funcionamento de qualquer república federativa.

A própria obra de Celso Furtado fornece os elementos que pretendemos utilizar para prolongar sua reflexão, rediscutindo alguns aspectos da “formação nacional brasileira”. Nosso objetivo é sustentar a hipótese de que existem contradições na forma de inserção internacional e de organização interna da sociedade brasileira que foram responsáveis por uma espécie de inconclusividade “originária e crônica” do projeto de construção da nossa autodeterminação econômica e política. Neste caso, se poderia dizer, inclusive, que foi um interregno desenvolvimentista – entre 1930 e 1980 – que despertou as esperanças e criou a expectativa de que já tivessem se fortalecido e autonomizado, durante esse período, “centros internos de poder” dispostos a completar e operar um “sistema econômico articulado e capacitado para autogerir-se”. Se esta hipótese for correta, também se poderia dizer que a década de 1990 não foi apenas uma interrupção de um processo lento, mas contínuo, de “formação” ou “construção nacional”, e sim o fechamento de um parêntese e o retorno aos trilhos de um caminho que começou a ser construído muito antes e que vem sendo percorrido pelo menos desde o

“advento do núcleo industrial, na Europa do século XVIII, [que] provocou uma ruptura na economia mundial da época, e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra”⁸.

Para refletir sobre esta hipótese, devemos partir da própria visão de Furtado sobre o desenvolvimento capitalista. Ele estiliza esta história, em vários momentos de sua obra, identificando a existência – como “tipos ideais” – de duas etapas fundamentais do “modelo clássico” de desenvolvimento histórico de longo prazo do capitalismo. A primeira, mais prolongada, deu-se quando a mão-de-obra era abundante e o progresso tecnológico lento, incremental e quase vegetativo; a segunda desenvolve-se a partir da revolução tecnológico-industrial que colocou o norte da Europa, definitivamente, no epicentro da economia capitalis-

ta mundial. O mesmo recorte histórico Celso Furtado utiliza para analisar a inserção internacional e a evolução estrutural da economia brasileira, sobretudo durante a sua “segunda etapa”, depois da “revolução industrial”. Sua tese já é clássica e bem conhecida, mas vale relembra-la como ponto de partida de nossa hipótese. No seu livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, publicado em 1984, Furtado nos ensina que “a história do capitalismo industrial está marcada pela formidável expansão geográfica do seu núcleo central ocorrida na fase inicial” e que “o sistema de divisão internacional do trabalho é fruto deste núcleo industrial original, em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes e de criar novas linhas de comércio”. Nesse processo,

“a iniciativa esteve com as economias que se industrializaram e geravam o progresso técnico; a acumulação rápida que nelas tinha lugar constituía o motor das transformações que iam se produzindo em todas as partes. As regiões que neste quadro de transformações tinham suas estruturas econômicas e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema”⁹.

Foi nesse mesmo momento que se formaram e se consolidaram, segundo Furtado, as condições originárias do subdesenvolvimento, que ele define como uma

“situação estrutural que reproduz permanentemente a assimetria entre o padrão de consumo cosmopolita de uns poucos (os modernos e modernizantes) que estão de fato integrados no mundo desenvolvido e as debilidades estruturais do capitalismo periférico”.

Dualidade responsável pela limitada difusão do progresso tecnológico, reforçada e reproduzida, permanentemente, pela dependência cultural de “elites” que sempre se apresentaram, através das gerações, como portadoras de projetos análogos de modernização da sociedade brasileira. Não nos interessa aqui retomar o debate nem subscrever a tese econômica e sociológica de Furtado sobre as relações entre o consumo suntuário e o subdesenvolvimento.

O que propomos é apenas acompanhar – naqueles dois momentos históricos estilizados e nos dois espaços hierarquizados por Furtado – uma história paralela à da inovação e da difusão tecnológica. A história da origem – extremamente complexa e prolongada – dos primeiros Estados territoriais europeus, ao longo da qual a formação dos mercados e do sistema capitalista – a um só tempo nacional e “global” – se combinou com “vocações territoriais” expansivas e competitivas. Esse nascimento ocorreu na Europa entre os séculos XV e XVIII: a chamada era mercantilista, ou também, parcialmente, manufatureira. Foram três séculos de luta intra-européia e de competição colonial. Mas foi também o período em que se consolidou, na paz e na guerra, a tormentosa aliança entre os príncipes e os detentores do capital, ao mesmo tempo que avançavam, com maior ou menor sucesso, os projetos de criação de “sistemas econômicos endógenos”. Também aqui se pode reconhecer uma ruptura, que ocorre entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, quando se alteram a natureza e a hierarquia do núcleo político responsável pela administração de uma “economia-mundo” capitalista, que passa a nos incluir na forma de uma economia periférica, tal como aparece descrita e analisada por Celso Furtado. Mas as regras básicas de relacionamento entre os Estados territoriais – e destes com o processo de expansão dos mercados e dos capitais privados – permaneceram e se prolongaram através dos séculos seguintes. Este é um ponto muito importante, não apenas porque introduziu o território brasileiro no “sistema colonial” português e, a partir daí, nos conflitos geopolíticos e econômicos europeus, mas também porque contém algumas lições decisivas sobre os processos originários de formação dos Estados e dos sistemas econômicos territoriais que lograram se autodeterminar; lições que podem ser úteis para a discussão sobre a hipótese da “inconclusividade nacional brasileira”.

Os limites de uma conferência impedem uma releitura mais extensa desta história e nos obrigam a uma síntese imediata e rápida do que consideramos mais importante para nosso objetivo. Referimo-nos a alguns ensinamentos sobre os aspectos mais permanentes das relações entre os Estados, os capitais privados e os processos simultâneos de “endogenização nacional” e expansão imperial do capitalismo e do seu núcleo europeu interestatal de gestão política. Quais as principais lições desta história?

A meu ver, a primeira é que o casamento do Estado com o capitalismo é originário e indissolúvel, mas foi sempre mais estreito e expansivo em alguns Estados do que em outros.

A segunda é que os dois, ao nascerem juntos, constituíram, a um só tempo, os territórios e as economias “nacionais” e os impérios coloniais. Isto vai numa direção oposta ao senso comum, que tende a considerar que os Estados territoriais foram um freio permanente e impotente ao movimento de mundialização do capital, quando, ao contrário, o que a história nos ensina desde o século XVI é que, se o capital sempre teve uma propensão incontida à globalidade, os Estados territoriais originários já nasceram movendo-se – ou muito pouco depois de haverem-se formado já se moviam – em direção à “extraterritorialidade” e à tentativa de constituição de impérios cada vez mais globais. Uma lei implacável com relação ao comportamento pelo menos dos que vieram a constituir-se no núcleo dominante do sistema interestatal. Lei de ferro que se manifesta de maneira originária e intensa durante todo o período de formação do sistema estatal: entre a guerra turco-veneziana que culmina na Paz de Buda, de 1503, “celebrada entre Turquia, Moldávia, Ragusa, Veneza, Papado, Boêmia-Hungria, Polônia-Lituânia, Rodes, Espanha, Portugal e Inglaterra, o primeiro grande acordo internacional dos tempos modernos”¹⁰, e a Guerra dos Trinta Anos que culmina na Paz de Westphalia, de 1648, em geral considerada data de nascimento do sistema interestatal. Período em que a expansão do domínio ibérico, em direção à África e à Índia, trouxe a América para dentro da história europeia. Mas, depois disto, esta lei de ferro segue atuante nas disputas intra-europeias pelos novos territórios e enclaves coloniais, conflitos que se mantiveram ativos, mesmo depois e muito mais à frente, empurrando e contendo a um só tempo a expansão do poder e da riqueza das Províncias Unidas, da França e da Inglaterra.

A terceira lição que podemos extrair, sobretudo do período “mercantilista” propriamente dito, é que a competição entre esses Estados originários não apenas incentivou políticas protecionistas e de monopolização comercial, mas, ao mesmo tempo, acelerou os processos internos de “desregulação” e integração que deram origem aos mercados internos e aos primeiros sistemas econômicos “endógenos”. Segundo Eli Hecksher, inclusive,

“a força indubitavelmente mais poderosa do mercantilismo se projetava para dentro e não para fora; dirigia-se contra os organismos sociais mais delimitados, contra as cidades, as províncias, os países e as corporações que haviam dominado na vida social ao longo da Idade Média. Assim considerado, o mercantilismo foi, antes de tudo, um sistema unificador”¹¹.

Em quarto lugar, a história nos ensina que – pelo menos até hoje –, se esta propensão à constituição de um império universal nunca se realizou, foi porque cada novo avanço destes poderes políticos e territoriais dominantes encontrou-se e confrontou-se com várias outras “vocações” iguais e contrárias. E foi a existência simultânea destas várias vocações iguais e contrárias que permitiu o surgimento de um sistema de “equilíbrio de poder” e de “hegemonia”, que foi sempre transitório e que acabou sendo chamado de “ordem mundial”. Foi por isto que Max Weber associou, de forma indissolúvel, a expansão capitalista à competição entre os Estados, de tal maneira que, se esta fosse substituída por um império universal, o capitalismo também acabaria. Uma hipótese radical e provocadora, mas extremamente interessante para aqueles que sonham ainda hoje com um capitalismo global, sem Estados e homogeneizador da riqueza mundial.

Em quinto lugar, a história nos ensina que a competição entre os Estados estimulou e estreitou, permanentemente, a aliança entre os mercadores, os banqueiros e os príncipes, na medida em que se transformou numa formidável alavanca de acumulação de riqueza, configurando o próprio espaço em que sempre se moveram os “grandes predadores” de que nos fala Fernand Braudel. O lugar onde – na expressão de Giovanni Arrighi –

“o dono do dinheiro encontra-se com o dono, não da força de trabalho, mas do poder político. E ali [...] desvendaremos o segredo da obtenção dos grandes e sistemáticos lucros que permitiram ao capitalismo prosperar e se expandir ‘indefinidamente’ nos últimos 500 ou 600 anos, antes e depois de suas incursões nos domicílios ocultos da produção”¹².

A sexta lição que nos oferece a história passada é que a relação de competição entre esses “blocos”, formados pela aliança entre Estados e capitais privados, acabou por gerar uma estrutura hierarquizada de po-

der e riqueza dentro do próprio núcleo central do sistema, no coração da Europa, e criar, ao mesmo tempo, um conjunto de territórios e economias – que às vezes são chamados semiperiféricos – dentro da própria Europa.

Por fim, a sétima lição que se pode extrair do casamento entre o capital e os Estados territoriais originários é que a competição de que estivemos falando se deu dentro de um conjunto muito limitado de Estados que, na sua origem, estavam no norte da Europa e cujo número e identidade se modificou muito pouco através dos séculos. Um pequeno número de jurisdições políticas autônomas que pode ser considerado o “núcleo orgânico” de gestão política do capitalismo, mesmo quando movido por longas e periódicas guerras. Núcleo de gestão cuja competição interna, na guerra e na paz, foi absolutamente decisiva para a expansão dos mercados, a difusão do progresso tecnológico, a acumulação e a distribuição da riqueza mundial. E, nesse sentido, foi igualmente decisiva para a criação das “janelas de oportunidade” que permitiram – quando bem aproveitadas – o aumento da participação na riqueza mundial de alguns poucos Estados e territórios situados fora do núcleo central do sistema.

Como no modelo seqüencial de Furtado, também nesta história da formação e da competição político-econômica entre os Estados territoriais ocorreu uma inflexão decisiva na primeira metade do século XIX. Trata-se de uma conseqüência da Revolução Industrial, mas também das revoluções políticas francesa e norte-americana e da vitória inglesa sobre as pretensões francesas, primeiro na Índia e depois na própria Europa. Foram estas vitórias que permitiram à Inglaterra transformar seu poder econômico ascendente numa nova forma do poder mundial – a hegemonia –, que lhe permitiu impor sua liderança à Europa e ao mundo com base na superioridade material, na força ideológica do seu projeto liberal e, sobretudo, no poder expansivo e articulador das suas finanças, exercido no contexto do primeiro sistema monetário internacional – o padrão ouro –, lastreado pela sua moeda, a libra.

Esta nova forma de supremacia inglesa – que começou de fato no século XVIII e prolongou-se pacificamente (na Europa), depois da derrota de Bonaparte, ao longo do século XIX – não impediu, entretanto, a recomposição do núcleo central do sistema e o retorno de uma compe-

tição econômica e política, que acabou por desembocar na corrida imperialista e nas duas guerras que destruíram a possibilidade de um império mundial inglês. É interessante notar que a própria expansão inglesa foi responsável pela constituição e pelo fortalecimento dos Estados e das economias que vieram a equiparar-se à Inglaterra e a lhe impor uma situação de equilíbrio e, mais tarde, uma nova hegemonia mundial. Neste segundo período desta história política – paralelo à segunda etapa do desenvolvimento de que nos fala Furtado –, que se encerra com a Primeira Guerra Mundial, mantêm-se, portanto, as mesmas regras fundamentais de funcionamento anterior do sistema interestatal. Mas, ao mesmo tempo, ocorrem três grandes novidades – paralelas à Segunda Revolução Industrial e ao nascimento do *modern capitalism* –, duas das quais têm importância decisiva para a discussão do problema brasileiro.

Em primeiro lugar, o núcleo europeu expande-se e abre suas portas, pela primeira vez, a dois Estados situados fora do seu território, os Estados Unidos e o Japão, ao mesmo tempo que se consolidava, dentro do seu território, um novo poder político capaz de impor sua supremacia na Europa Central, combinando sua unificação territorial com uma estratégia nacional de desenvolvimento capitalista que se transformou em paradigma entre os casos de industrialização tardia. Mais importante do que isto, para nós, entretanto, é a forma como se deu a legitimação das estratégias econômicas de tipo “neomercantilista” utilizadas por alguns Estados ou potências emergentes, em pleno auge da hegemonia ideológica do liberalismo econômico. É quando se constrói e se impõe uma nova idéia-força – pelo menos no plano simbólico –, que propõe a homogeneização, a unificação e a mobilização de populações que haviam deixado recentemente a condição da servidão: o nacionalismo. Foi neste momento e nos países atrasados, onde o Estado e o capitalismo se constituíram tardiamente – sobretudo no que se pode chamar de “semiperiferia” européia –, que o nacionalismo assumiu a forma de um projeto consciente e de uma vontade política coletiva e, portanto, também popular. Vontade que fez da homogeneização social e cultural, da “endogenização econômica” e da industrialização sinônimos de “construção nacional”. Se excluirmos a Itália, pode-se dizer que foi quase na mesma região em que já se dera a “segunda servidão” e onde Perry Anderson já identificara, no século XVII, a formação de um absolutismo original, em que a função do poder centralizado foi, sobretudo, a de

“defender a posição de classe da nobreza feudal ao mesmo tempo contra seus rivais do exterior e contra os seus próprios camponeses”¹³.

E onde, no século XVIII, o “despotismo ilustrado” de Pedro, o Grande, Catarina II e Frederico II espelhou-se no modelo europeu, transformando Voltaire no primeiro “consultor internacional” que se propôs a ajudar a modernização russa. É neste espaço, em particular na Rússia, na Hungria, na Polônia, na Boêmia, na Prússia e, depois, na Alemanha, que foi necessário traduzir – no século XIX – a visão e a linguagem “elitista” do mercantilismo sobre as relações do poder com a riqueza, para que as desigualdades sociais se dissolvessem numa estratégia comum de consolidação territorial e expansão das forças produtivas. Como diz Pierre Deyon, o mercantilismo originário foi

“amoral e a-religioso [considerando] a atividade econômica unicamente como uma fonte de riqueza e de poder e [despojando] as relações entre os indivíduos de todo idealismo cristão [sendo] difícil encontrar na literatura mercantilista uma preocupação pelos infelizes, e uma filosofia da felicidade terrena para a maioria”¹⁴.

Não é casual que tenha sido o austríaco Otto Bauer quem escreveu *A questão nacional e a social-democracia*, a principal obra marxista sobre a “questão das nacionalidades”, publicada em 1907, enquanto seu conterrâneo Rudolf Hilferding escrevia sobre o capital financeiro e iniciava o debate sobre a economia política do imperialismo. Tudo isto na mesma região que foi o berço do socialismo revolucionário e o epicentro político e cultural da “primavera dos povos” e da luta das novas “nações” contra o poder dos impérios que controlavam a Europa Central e dividiam o território que veio a se transformar na Itália.

A história mais recente do século XX é mais conhecida e difícil de ser sintetizada. Mas, apesar disso, em grandes linhas, pode-se afirmar que, depois de 1945, de novo, as regras básicas desta história de “longa duração” do sistema interestatal voltam a se manifestar na expansão imperial norte-americana. Expansão que esbarra na União Soviética, mantendo-se durante 25 anos uma competição interestatal bipolarizada, em que um dos competidores se colocava fora e contra as regras do próprio sistema econômico controlado pelos Estados Unidos. Mais re-

centemente, depois da década de 1970, começa uma lenta mudança do quadro econômico e político mundial, mudança cuja história e cuja complexidade escapam às dimensões desta conferência, mas que foi longamente tratada no nosso livro *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*¹⁵. O que parece cada vez mais claro, entretanto, e que acompanha e prolonga as tendências anteriores é que, primeiro na Europa ocidental, depois na Ásia e agora na Europa Central e na Rússia – à sombra de uma gigantesca supremacia imperial anglo-saxônica –, vai ocorrendo um lento processo de reconstrução daquilo que provavelmente virá a ser, no século XXI, o novo núcleo central de gestão político-estatal de um capitalismo que segue seu movimento implacável de centralização e globalização.

Como utilizar estas lições da história para retomar e repensar a questão proposta por Celso Furtado sobre a interrupção do processo de construção nacional no Brasil nas duas últimas décadas do século XX? Primeiro, sublinhando, junto com Furtado, a permanente excentricidade do nosso país em relação à dinâmica do núcleo central da economia capitalista e do seu sistema competitivo de gestão interestatal, uma posição periférica que pesou decisivamente no nosso desenvolvimento tecnológico, na evolução da nossa estrutura produtiva e na reprodução da nossa fragilidade financeira. Posição periférica que se consolidou no mesmo momento em que se dava a Segunda Revolução Industrial, junto com um processo de aceleradas centralização e monopolização do capital e de acirramento da competição imperialista. Uma excentricidade – e esse é o nosso ponto – que nos transformou numa peça secundária e quase passiva da geopolítica do núcleo central, deixando-nos à margem da competição interestatal que funciona há muito tempo – como vimos com Weber e Braudel – como um elemento estratégico da multiplicação da riqueza capitalista. Mas, por outro lado, nossa inserção como periferia econômica e geopolítica e a formação do nosso Estado imperial ocorreram simultaneamente – portanto sem “atraso gregoriano” – com a industrialização da semiperiferia européia, que estava impondo ao núcleo central do sistema alguns novos sócios; e estes utilizaram, como vimos – na contramão da hegemonia ideológica liberal – a idéia-força de “nação” como fundamento de um projeto de desenvolvimento econômico de tipo “neomercantilista”.

Já faz tempo que as análises comparativas, de tipo histórico-estrutural, tentam estabelecer e estudar as semelhanças e diferenças entre estes dois desenvolvimentos político-econômicos paralelos utilizando-se, sobretudo, dos conceitos de “via prussiana” e de “capitalismos ou industrializações tardias”. Mas não há dúvida de que a comparação mais rica ainda segue sendo aquela entre o desenvolvimento econômico, social e cultural do capitalismo na Rússia, depois da abolição da servidão, e o desenvolvimento do nosso capitalismo brasileiro, depois da abolição da escravidão. Isto porque a Rússia, ao contrário da Alemanha, além de ser tardia era semiperiférica em relação ao capitalismo do norte da Europa. Assim, do nosso ponto de vista, foram a analogia e o paralelismo com o desenvolvimento de uma economia russa dependente do Estado e do capital financeiro internacional – muito mais do que com a “via prussiana” alemã – que colocaram a tese de Gershenkron sobre o “capitalismo tardio” do Leste Europeu no centro do debate sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro. E foram a polêmica dos *narodniks* e as teses de Lenin e Trotski – sobre a fragilidade e a ambigüidade da burguesia “nacional” russa e o peso da massa camponesa e “subproletária” – que alimentaram as intuições centrais da teoria da “dependência associada” que aparece na América Latina, nos anos 60/70. E, finalmente, foi a história da *intelligensia*, entendida como o “lugar” em que se deu a tentativa mais nítida, sintética e combativa de definição da identidade da “mãe Rússia” – esta vista como fundamento de um projeto nacional e popular de revolução social –, que se transformou no paradigma de referência para análise do papel da nossa própria intelectualidade, que discute, desde a segunda metade do século XIX, sobre o que seja a “identidade nacional” brasileira e sobre como transformá-la em fundamento de um projeto de modernização econômica e social. Não há dúvida de que é na produção literária desta intelectualidade e no retrato que fazem da vida social dos seus povos que se pode surpreender, de forma mais nítida, o sentimento de “atraso” das elites destes países com relação ao núcleo europeu que define os parâmetros da “alta cultura” e da “correta temporalidade” social e econômica. Ao mesmo tempo, é aí que se pode reconhecer com mais facilidade a tensão permanente que divide tal intelectualidade entre o seu cosmopolitismo e o seu localismo, entre sua vida urbana e sua mitificação da vida rural, entre suas preocupações sociais universalistas e suas leal-

dades nacionais¹⁶. A existência, nestas duas distintas periferias do centro econômico e cultural da modernidade capitalista européia, de tensões similares entre o social e o nacional e entre o local e o internacional é que nos induz a pensar na utilidade da tese de Karl Polanyi – sobre o “duplo movimento” responsável pela grande transformação do capitalismo entre os séculos XIX e XX – para refletir sobre as semelhanças e especificidades do desenvolvimento destes países que fizeram suas intelectualidades viverem, desde sempre, um sentimento permanente de “inconclusividade nacional”.

Relembrando, apenas: Karl Polanyi identifica a existência de um “duplo movimento” na história do capitalismo industrial e liberal, movimento que seria o resultado histórico da

“ação de dois princípios organizadores da sociedade [liberal], cada um deles determinando os seus objetivos institucionais específicos, com o apoio de forças sociais definidas e utilizando diferentes métodos próprios. Um foi o princípio do liberalismo econômico, que objetivava estabelecer um mercado auto-regulável, dependia do apoio das classes comerciais e usava principalmente o *laissez-faire* e o livre-comércio como seus métodos. O outro foi o princípio da proteção social, cuja finalidade era preservar o homem e a natureza, além da organização produtiva, e que dependia do apoio daqueles mais imediatamente afetados pela ação deletéria do mercado – básica, mas não exclusivamente, as classes trabalhadoras e fundiárias – e que utilizava uma legislação protetora, associações restritivas e outros instrumentos de intervenção como seus métodos”¹⁷.

Polanyi reconhece, na sua história da “civilização liberal” do século XIX, a existência de uma hierarquia política e monetária internacional. Afinal, Karl Polanyi também era austro-húngaro e não podia ser insensível às desigualdades intra-europeias, mas, apesar disso, não consegue se desfazer completamente do quebra-cabeça colocado pela forma desigual e territorial como se manifesta o seu “duplo movimento”. Por isso, ao descrever as mudanças da segunda metade do século XIX, conclui que

“desde os anos 1870, porém, observou-se uma mudança emocional, embora não houvesse uma ruptura correspondente nas idéias dominantes. O

mundo continuava a acreditar no internacionalismo e na interdependência, enquanto agia sob os impulsos do nacionalismo e da auto-suficiência. O nacionalismo liberal se transformava num liberalismo nacional, com seus mercados se apoiando no protecionismo e no imperialismo na área externa e no conservadorismo monopolista na área interna. [...] Na verdade, o novo nacionalismo foi o corolário do novo internacionalismo”¹⁸.

Isto apesar de ele também perceber que foi a Alemanha quem teve que se separar “deliberadamente do sistema internacional de capital, mercadoria e moeda, de forma a diminuir a autoridade do mundo exterior sobre si mesma”¹⁹, e que, por outro lado, fora a Rússia, mais tarde, forçada

“a seguir, relutantemente, os caminhos da auto-suficiência [e onde o] socialismo em um único país foi originado pela incapacidade da economia de mercado em estabelecer uma ligação entre todos os países; o que parecia uma autarquia russa era apenas a morte do internacionalismo capitalista”²⁰.

Por isso, apesar de perceber especificidades históricas e desigualdades territoriais, Karl Polanyi acaba sempre concluindo que, a longo prazo, na Europa, o protecionismo interno e externo, social e nacional, tendeu a fundir-se.

Do nosso ponto de vista, os dois “princípios” de que fala Polanyi são universais porque são manifestações político-ideológicas de duas contradições essenciais – ou “materiais” – do próprio capitalismo: a contradição entre o capital e o trabalho e a contradição entre a globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. Esta não é sua maneira de ver e talvez por isso não consiga introduzir no seu modelo teórico o efeito do desenvolvimento territorial desigual do capitalismo, tanto quanto o efeito da competição e da hierarquização do poder dos Estados nacionais. Como consequência, Polanyi tampouco trabalha e desenvolve a hipótese de que seu “duplo movimento” pudessem se manifestar por distintos tempos e formas, produzindo efeitos igualmente distintos nas várias sociedades nacionais. E é exatamente este o ponto que nos interessa sublinhar: apesar de sua universalidade, estes dois princípios atuam de forma completamente diferente fora do núcleo

original (norte-europeu) do sistema. Entretanto, para poder introduzir esta dimensão histórico-territorial, é necessário primeiro clarificar, conceitualmente, algumas distinções básicas para nosso objetivo no raciocínio de Polanyi. A primeira é que o “segundo princípio” de Polanyi – o da “autoproteção social” – sempre teve duas faces, que ele mesmo reconhece, mas que não são necessariamente coincidentes ou convergentes. Por um lado, este segundo princípio atua e se identifica com os processos nacionais de auto-regulação progressiva das relações sociais internas de cada país, que resultaram, na história de Polanyi, de uma politização das relações de classe, forçando uma lenta democratização dos sistemas políticos europeus. Mas este mesmo princípio também se manifestou sob a forma da regulação estatal das relações econômicas externas de cada país, voltada para a proteção dos seus sistemas econômicos nacionais, autoproteção econômica que – quase sempre – assumiu a forma de políticas de tipo “neomercantilistas”. Mas atenção: deve-se notar que esta mesma autoproteção da economia nacional pôde ser feita, no caso da potência hegemônica – ou de seus “sócios” mais próximos dentro do núcleo central –, por meio da defesa do livre-cambismo e de políticas “liberal-internacionalizantes”. Esta diferenciação é que nos permite aceitar e analisar – ainda nos termos de Polanyi – a constatação histórica de que as várias faces dos dois “princípios” se manifestaram de forma completamente diferente, na segunda metade do século XIX, dentro do seu núcleo originário e dominante e na sua “semiperiferia”.

Essa é, do nosso ponto de vista, a explicação dessas assimetrias e arritmias intra-européias que nos reconecta com as “lições históricas” a respeito da competição entre os velhos Estados territoriais e os novos, situados na semiperiferia européia, mais Estados Unidos e Japão.

Juntando as duas pontas do nosso raciocínio (num exercício muito elementar de exemplificação), é possível ver que, mesmo mantendo-nos dentro do espaço ampliado europeu, a principal força de sustentação do “princípio liberal-internacionalizante” de que nos fala Polanyi sempre foi o poder material e cultural da potência econômica dominante ou, no máximo, de um limitado número de Estados situados no topo da hierarquia do que chamamos de “núcleo central” do sistema político-econômico capitalista. Por outro lado, o segundo princípio – de autoproteção social – só se manifestou na forma de uma democratização

progressiva das instituições políticas e de uma lenta regulação das relações sociais nestes mesmos países do núcleo central; enquanto que, também nos territórios situados na semiperiferia europeia, onde foi mais intensa a autoproteção econômica nacional, a regulação social ocorreu na forma de “surto”, mais concentrados no tempo e menos democráticos, até porque havia sido mais recente a desregulação dos mercados do trabalho e da terra e, portanto – como diz o próprio Polanyi –, “era a propriedade industrial e não mais a comercial que devia ser protegida, e não mais contra a Coroa mas contra o povo”²¹.

Também no Brasil os mercados da terra, do trabalho e do dinheiro começam a consolidar-se na segunda metade do século XIX, no mesmo momento em que se concluiu nossa incorporação econômica como periferia dos mercados europeus e da hegemonia inglesa – exatamente o processo estudado por Celso Furtado. Nossa hipótese é que, nesta periferia, também existiu e segue atuante – na medida em que é coextensivo com o capitalismo – o “duplo movimento” de que nos fala Polanyi. Mas a forma com que se articulam, se desenvolvem e se manifestam os seus “dois princípios” contraditórios – liberal-internacionalizante e de autoproteção nacional; e de desregulação dos mercados e autoproteção social – é completamente diferente da Europa, apesar de que, também aqui, as diferenças tenham muito a ver com a forma como se deu, depois da Independência, nossa inserção geopolítica e geoeconômica no mundo. São hipóteses muito incipientes e que estão no ponto de partida de uma pesquisa ainda por ser desenvolvida. Seria muito precipitado avançar além disso ou tentar evidenciar, de forma impressionista, o que estamos sustentando. Mas não é inútil nem impossível lembrar alguns pontos históricos que podem servir de orientação preliminar na construção da trilha futura dessa investigação histórico-comparativa.

I) Para começar, lembremos que, na clave de Furtado e Prebisch, nossa transformação em periferia econômica europeia – na segunda metade do século XIX – ocorreu como contraface da expansão europeia provocada pela Revolução Industrial. E, do nosso ponto de vista, esta expansão político-econômica do núcleo central do sistema foi liderada pela força hegemônica do “princípio liberal-internacionalizante” e empurrada pela força expansiva da competição interestatal dentro da Eu-

ropa. Uma conjuntura, portanto, em que a ação das forças liberais da potência hegemônica não apenas estimulou o aparecimento e o fortalecimento de forças e políticas protecionistas de tipo “neomercantilista” na semiperiferia européia como permitiu e promoveu a expansão desigual, mas conjunta, do território econômico dos novos e velhos Estados nacionais. Expansão que assumiu a forma, por um lado, da segunda grande onda colonial européia – na África e na Ásia – e, por outro, da constituição não-colonial da periferia econômica latino-americana.

II) Esta periferia, por sua vez, passa a ocupar um lugar *sui generis* dentro do sistema, porque já dispõe de um Estado territorial independente, mas onde a ação liberal-internacionalizante do *hegemon* e dos seus competidores não gera nenhum tipo de reação protecionista ou de expansionismo regional, como ocorreu com o Japão, no Sudeste Asiático, e também com os Estados Unidos. De maneira tal que os Estados nacionais deste novo tipo de periferia não só não participam da competição interestatal como tampouco sua competição regional ocupa lugar de destaque na multiplicação das suas riquezas nacionais. Como diz Charles Tilly,

“os Estados da América Latina, do Oriente Médio e da Ásia do Leste diferem grandemente no que diz respeito tanto à organização interna quanto à posição dentro do sistema universal de Estados [e] ao estender-se ao mundo não-europeu, o sistema de Estados não continuou simplesmente o mesmo”²².

Sendo que, no caso da América Latina em particular – acompanhando a sua tese central sobre a formação dos Estados originários –, os novos Estados independentes que nascem da decomposição dos impérios ibéricos jamais viveram, como na Europa, as “formas de guerra que temporariamente esmagaram os seus vizinhos, e cujo suporte gerou como produtos secundários a centralização, a diferenciação e a autonomia do aparelho estatal”²³.

III) O Brasil, por sua vez, acaba ocupando um lugar peculiar dentro desta periferia – e isto já no século XIX. Não apenas por ter um território mais extenso, mas sobretudo por haver evitado a sua fragmentação

– que ocorreu no caso hispano-americano – mediante a constituição, negociada com os ingleses, de algo extremamente original: nem república, nem Estado-nação, mas um novo império tropical que nasce sem guerras de conquista. Como diz Maria da Conceição Tavares,

“o novo império brasileiro, nascido à sombra de dois impérios, um decadente e outro no auge de sua expansão mundial, manteve sob seu domínio político a expansão das oligarquias regionais em sua ocupação do espaço e estabeleceu-se aos poucos sobre um território continental unificado. Em menos de um século, os espaços econômicos decadentes da exploração colonial [...] deram lugar a um espaço dominante de acumulação, tendo como centro interno o próprio complexo cafeeiro e como inserção internacional a economia mundial”²⁴.

IV) A partir de então, não é difícil acompanhar o impacto das grandes inflexões econômicas e geopolíticas internacionais nas crises e mudanças internas da economia e da vida política brasileiras. Mas há uma herança desta organização imperial que atravessará a história – tendo a ver com a competição e a hierarquização interna de suas províncias – e que dá origem a uma espécie de “núcleo central interno” do poder político e econômico. Competição e núcleo que se mantêm no período republicano, dando origem a um tipo peculiar de equilíbrio de poder inter-regional, decisivo na forma como se manifestam os “dois princípios” de Polanyi. Assim, não é difícil perceber que, desde nossa inscrição na periferia do capitalismo hegemônico pela Inglaterra, veio de São Paulo a principal força de sustentação do liberalismo econômico e de sua orientação internacionalizante, enquanto coube a uma coalizão dos demais Estados do núcleo dominante ou da sua semiperiferia, aliados aos militares, sustentar políticas protecionistas e desenvolvimentistas, mesmo quando elas viessem a favorecer prioritariamente São Paulo. Mas, mesmo que se reconheça a importância da inflexão de estratégia econômica que ocorre no país depois de 1930, não há dúvida de que ela foi viabilizada pela crise mundial e legitimada pelo princípio do direito universal à autoproteção dos desenvolvimentos econômicos nacionais, aceito e defendido pelas grandes potências, depois da Segunda Guerra Mundial. Além disso, haveria que reconhecer que o projeto desenvolvimentista de criação de um sistema econômico nacional jamais foi um

projeto nacionalista agressivo, nem esteve associado a qualquer idéia de potência, com exceção, talvez, de dois raros momentos nas décadas de 1930 e 1970, quando também estavam em curso mudanças no quadro geopolítico mundial²⁵.

V) Nestes 150 anos de história imperial e republicana, entretanto, o produto e a riqueza nacionais cresceram de forma continuada, realimentados periodicamente pelos ciclos de expansão do crédito, do investimento internacional e do endividamento externo do país. Os momentos de refluxo destes ciclos internacionalizantes, os ajustes e as “substituições de importações” sempre tiveram como objetivo fundamental a preservação da riqueza mercantil e patrimonial das nossas classes proprietárias. E, quando deram lugar – como depois de 1950 – a uma verdadeira expansão industrial, esta seguiu apoiando-se, basicamente, na intervenção do Estado sobre o crédito e/ou investimento externo. O que importa, no caso deste tipo de economia, é, por um lado, o papel central da questão do câmbio e do crédito externo, que se transformam na principal correia de transmissão econômica entre o que ocorre no núcleo orgânico e neste tipo de periferia capitalista: uma verdadeira porta de entrada ou saída para os países que descartaram as alternativas “neomercantilistas” ou nacionalistas e optaram por alguma variante do modelo de “desenvolvimento associado”. Por outro lado, destaca-se o papel central do controle do poder do Estado, como instrumento de preservação e multiplicação interna da riqueza – sobretudo mercantil e patrimonial.

“É sobre este pano de fundo que sobressai a natureza paroxística dos debates ideológicos que atravessaram a ‘era desenvolvimentista’ e cada uma de suas crises. Nacionalismo *versus* cosmopolitismo, estatismo *versus* liberalismo e estabilização *versus* crescimento, na verdade, foram sempre clivagens táticas no manejo da política econômica, só adquirindo dimensões ideológicas e estratégicas na cabeça de alguns intelectuais, dos militares e de um número reduzido de empresários industriais. Nos momentos de expansão e fuga para frente, todos estiveram juntos e o debate arrefeceu, mas o consenso se desfez em todas as reversões cíclicas. Nos primeiros momentos, agigantava-se a face desenvolvimentista, nos outros, reacendia-se a ira antiestatal e a força dos liberal-internacionalizantes...”²⁶.

VI) Nesse sentido, pode-se dizer que, apesar de alguns momentos isolados, nossas elites econômicas nunca tiveram necessidade de atrelar a defesa e a acumulação de sua riqueza mercantil e patrimonial a qualquer tipo de projeto nacional e popular. Pode-se dizer mesmo que a expansão da “riqueza brasileira”, ao não passar pela competição interestatal, tampouco precisou passar pela ideologia da nação, uma vez que nunca precisou e nem sequer se propôs integrar – ainda que fosse no plano simbólico ou ideal – o processo de desenvolvimento econômico com a homogeneização social ou cultural do território e sua população. Desde a nossa versão local e regionalista das “revoluções democráticas”, nas décadas de 1840 e 1850, o discurso republicano de nossas elites regionais, comprimidas entre o império e o medo da rebelião social, não pôde nem precisou transformar-se em discurso nacional. Como disse Tavares, “as nossas reformas burguesas sempre tiveram como limites dois medos seculares das nossas elites ilustradas: o medo do império e o medo do povo”²⁷.

VII) Uma trajetória que nos dá uma pista para compreender por que, pelo menos até a década de 1930, as iniciativas democratizantes e regulatórias das relações de trabalho e de proteção social só apareceram no campo político em alguns poucos países latino-americanos, semelhando uma espécie particular de domínios informais da Inglaterra, como foi o caso da Argentina e do Uruguai. Por sua vez, no Brasil, este mesmo princípio ou movimento de autoproteção social só se manifestou de forma tardia, depois da abolição da escravidão em 1888 e, sobretudo, depois de 1920. Se nos compararmos (do ponto de vista histórico, sem nenhum juízo de valor nem prescrição normativa) com a semiperiferia européia, veremos que, mesmo depois da década de 1920, só em dois rápidos momentos – nas décadas de 1930 e 1970 – pode-se dizer que houve uma certa convergência entre os movimentos de autoproteção nacional e de regulação autoritária das relações sociais. Na verdade, a ação do “princípio de autoproteção social”, no Brasil, foi extremamente lenta e não seguiu a trajetória das revoluções democráticas e socialistas européias, nem a das modernizações autoritárias e “pelo alto”, ficando mais próxima da evolução secular dos Estados Unidos, com quem nossas elites já haviam partilhado – em sua Inconfidência Mineira – o sonho da criação de uma república escravocrata.

VIII) Do nosso ponto de vista, passa por aí a explicação de por que, embora a “questão nacional” tenha sido tematizada no Brasil sem nenhum “atraso” em relação ao resto do mundo semiperiférico, este foi sempre um problema dos nossos intelectuais e militares, muito mais do que de nossas elites políticas e econômicas. Não é casual o fato de que a intelectualidade brasileira esteja há 150 anos se debatendo, sem sucesso, na tentativa de formular um conceito e um projeto de nação que pudesse dar conta dessa aparente “desconjunção” brasileira, enquanto o “país real” dos donos do poder e da riqueza expandia-se, de forma cíclica mas continuada, através das portas abertas pelo liberalismo internacionalizante e de costas para o povo. Na verdade, este “país real” nunca precisou da idéia de nação e sua vontade política dirigente nunca apontou efetivamente para a “construção de um sistema de decisões e produção capaz de definir e hierarquizar por si mesmo objetivos coletivos ou nacionais”.

Nesse ponto, pode ser de enorme importância e fecundidade – para discutir a base material da “desconjunção” – a separação que faz Fernand Braudel entre os planos e os tempos da vida material e cotidiana da maioria da população que constrói sua sobrevivência diária através do país, praticamente à margem da rede de trocas que o atravessa, desde o século XVIII. Construção marginal que faz do território brasileiro uma imensa economia de mercado, distinguindo-o do espaço em que se reproduz e se acumula a riqueza propriamente capitalista, articulada, desde sempre, às possibilidades abertas pelas sucessivas ordens mundiais “liberal-internacionalizantes”.

É por isso que no Brasil, como na Rússia, coube às suas *intelligentsias* um papel tão importante na tentativa de identificar as próprias raízes e encontrar uma identidade nacional em que pudesse se sustentar um projeto coletivo de modernização econômica, social e política e que culminasse na construção de uma nação. Mas é por isso, também, que este esforço impotente acabou por se transformar num sentimento permanente de “inconclusividade nacional”. Ela tem uma base material e social que se mantém e se manifesta de forma explícita na história intelectual brasileira, desde – pelo menos – nossa literatura romântica e a “escola cientificista” do Recife. É verdade que alcança um nível de rara densidade e beleza na obra de Machado de Assis,

como nos ensinou, há tempos, Roberto Schwarz. Entretanto, do nosso ponto de vista, foi nos “modernismos” dos anos 20 que se explicitaram de maneira mais transparente a ambigüidade e a dificuldade dos intelectuais para chegar a um consenso que fundasse um projeto nacional e popular para o país. Não cabe aqui entrar neste debate sobre a história intelectual do nosso conceito de “endogenia” e nação, mas a verdade é que, se olharmos com cuidado para a hegemonia do projeto liberal das nossas elites econômicas e políticas e dos seus intelectuais orgânicos da década de 1990, poderemos inclusive pensar que se trata, ainda, de uma das mais acabadas obras “modernistas”. E, nesta direção, pode-se levantar a hipótese de que o país, hoje, está sendo conduzido por uma aliança verdadeiramente “antropofágica” e bem-sucedida entre o “cosmopolitismo” dos jardins paulistas, atrelado às “altas finanças internacionais”, e o “localismo” dos donos do “sertão” e da “malandragem” urbana. Uma aliança de poder que estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras.

É bem verdade que também se pode pensar na hipótese de que a ambigüidade material e social e a fragilidade financeira do nosso capitalismo periférico se manterão, podendo, em algum momento, provocar uma reviravolta interna dentro das forças conservadoras, na direção de mais um ciclo de “fuga para frente”; ciclo que ainda seria sustentado pela abundância de crédito internacional, mas que se voltaria uma vez mais para a expansão da atividade produtiva. Neste caso, com toda certeza, deve retornar ao primeiro plano da agenda das oposições populares ao atual projeto liberal outra velha advertência de Celso Furtado, que já não tem a ver com a discussão sobre a viabilidade ou não do crescimento econômico, e sim com a da possibilidade de sua democratização. “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”.

Notas

1. FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, p. 30-31.

2. FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 13.
3. FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, op. cit., p. 35.
4. FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 79.
5. FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, op. cit., p. 108.
6. FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*, op. cit., p. 24.
7. FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, op. cit., p. 55
8. FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, p. 178.
9. FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, op. cit., p. 109 e 110.
10. TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 238.
11. HECKSHER, E. *La época mercantilista*. México, Fondo de Cultura Economica, 1943, p. 6.
12. ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto/Unesp, 1995, p. 25.
13. ANDERSON, P. *L'état absolutiste: Ses origines et ses voies*. Paris, François Maspero, 1978, p. 270.
14. DEYON, P. *O mercantilismo*. São Paulo, Perspectiva, 1973, p. 83 e 86.
15. TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.
16. SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1976;
- ARANTES, P. E. *O sentimento da dialética*. São Paulo, 1992.
17. POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 1980, p.139.
18. Idem, ibidem, p. 198.
19. Idem, ibidem, p. 239.
20. Idem, ibidem, p. 242.
21. Idem, ibidem, p. 223.
22. TILLY, C., op. cit., p. 278.
23. Idem, ibidem, p. 262.
24. TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 451.
25. FIORI, J. L. Sonhos prussianos e crises brasileiras. In: FIORI, J. L. *Em*

busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995; TAVARES, M. C., op. cit.

26. FIORI, J. L., op. cit., p. 81.

27. TAVARES, M. C., op. cit., p. 453.

Bibliografia

ANDERSON, P. *L'état absolutiste: Ses origines et ses voies*. Paris, François Maspero, 1978.

ARANTES, P. E. *O sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro, Contraponto/ Unesp, 1995.

DEYON, P. *O mercantilismo*. São Paulo, Perspectiva, 1973.

FIORI, J. L. Sonhos prussianos e crises brasileiras. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.

FURTADO, C. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HECKSHER, E. *La epoca mercantilista*. México, Fondo de Cultura Economica, 1943.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1976.

TILLY, C. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo, Edusp, 1996.

TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

Estado e projeto nacional nas obras iniciais de Celso Furtado

Maria Regina Nabuco

Professora do Departamento de Economia da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
e presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET)

É com muita honra que os economistas de Minas Gerais, por intermédio de seu Conselho Regional, acolhem este seminário sobre a obra de Celso Furtado, em promoção da Fundação Perseu Abramo e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Trata-se de analisar não só a importância de sua vasta contribuição às ciências sociais como também a atualidade do pensamento de um intelectual que se manteve permanentemente ligado às questões de seu tempo e de seu povo, sem perder de vista as questões mundiais e os processos mais amplos do desenvolvimento capitalista.

Em sua vasta e profícua produção intelectual há sempre um apelo, uma exortação aos economistas, estudantes de economia e intelectuais de maneira geral, para que nunca abandonem a responsabilidade de cidadãos para com seu país. E, na visão de Furtado, isto se faz fundamentalmente por meio de um movimento teórico e prático, num plano de

racionalidade mais elevado. Ele acredita que os cientistas sociais podem e devem contribuir para o processo de autoconhecimento do país e para sua derivação imediata: a construção do desenvolvimento econômico e social, que ampliará e distribuirá os frutos do progresso econômico e tecnológico. Segundo ele, o desenvolvimento econômico é um meio essencial para o desenvolvimento humano. A luta pelo domínio do mundo externo é o caminho da conquista do homem por ele mesmo. Dessa forma, o desenvolvimento tecnológico e econômico está fortemente ligado à realização das potencialidades integrais do ser humano. E a formulação e a implementação de um projeto de desenvolvimento nacional são conseqüências naturais dessa possibilidade de realização.

Não é sem razão, pois, que a obra de Furtado percorre vários territórios do saber, que vão da teoria econômica à história, da teoria do desenvolvimento à política e à cultura. Poder-se-ia dizer, no entanto, que o eixo que conforma esta vasta territorialidade é o direito de acesso, por parte de todos, aos frutos do desenvolvimento econômico, social e cultural. Este direito se instrumentaliza na luta pela independência e pela autonomia das nações, na equidade econômica e social, na formulação e na implementação de um programa de desenvolvimento econômico. Este programa pressupõe um projeto nacional de entendimento entre as classes sociais, expresso em uma agenda de políticas estatais de desenvolvimento. Esta é a base sobre a qual se assenta a definição de Estado e seu importante papel no projeto de desenvolvimento da América Latina. Desenvolvido a partir das raízes do Estado liberal-democrático dos países desenvolvidos, o Estado do subdesenvolvimento, no entanto, guarda suas especificidades. Estas vão desde a administração de uma economia com insuficiência estrutural da demanda – o que o aproxima das teses e políticas do Estado de bem-estar – às dificuldades de legitimação em uma sociedade dual, com profundas diferenças de interesses e um grande passivo social, gerando fortes dificuldades na resolução dos conflitos sociais.

Das análises propostas pelo Estado de bem-estar, a concepção de Estado de Celso Furtado mostra, de maneira geral, proximidade com relação às idéias de estabilidade da produção capitalista, por meio da acumulação de capital permanente; legitimidade do Estado, baseada na idéia de que o desenvolvimento é um objetivo coletivo e superior, do ponto de vista da racionalidade do planejamento; e confiança da socie-

dade (principalmente empresários) na estabilidade das expectativas de risco, via expansão do mercado consumidor.

Por outro lado, os conteúdos históricos e culturais de obra de Furtado, apontando as especificidades dos “modelos” brasileiro e latino-americano, introduzem complexidades crescentes ao “modelo” do Estado de bem-estar, reduzindo sua factibilidade e sua eficácia nestas regiões. Pode-se citar, neste caso, a visão furtadiana do subdesenvolvimento, como categoria e processo histórico, e as demais noções correlatas de cunho “cepalino”, tais como a deterioração nas relações de troca; a estrutura agrária arcaica; as relações entre a monocultura exportadora e o imperialismo internacional; e a dualidade da estrutura produtiva e das relações de trabalho. Estas especificidades latino-americanas dão a Furtado uma visão particular e realista das possibilidades e dos limites da construção local de uma sociedade moderna, justa e democrática. E é por isso que teses como a da “estagnação” são construídas e períodos de expansão econômica são considerados “milagres” ou mesmo “mitos”. São também estas especificidades que apontam para a impossibilidade de um crescimento econômico permanente, com redistribuição de renda e redução de desigualdades regionais e sociais, na ausência de um projeto político nacional.

É por isso que, para analisar os aspectos centrais dos conceitos de Estado e projeto nacional, devemos revisitá-los na obra de Furtado as análises que apontam para o que há de mais específico nas formações históricas das economias latino-americanas. São estes os aspectos que o diferenciam dos demais autores que trataram de temas correlatos, mas que, freqüentemente, por força de esquemas rígidos de pensamento/teoria, captaram pouco o que de original havia na realidade do subdesenvolvimento.

As idéias de projeto nacional e de Estado encontram-se profundamente ligadas na obra de Furtado. Sem o Estado e sua racionalidade superior, o projeto nacional não se implementaria. Ao mesmo tempo, este Estado deveria corporificar as demandas sociais de uma economia emergente, equacionando suas contradições e garantindo sua autonomia e sua sustentabilidade.

Em *Formação econômica do Brasil*, é este Estado que é analisado, em sua forma quase perfeita, administrando o problema da superprodução cafeeira no princípio do século XX. Apesar da crise econômica e

financeira que gerou, o problema da superprodução foi solucionado, tendo em vista a importância econômica dos cafeicultores, ainda mais fortalecidos pela descentralização republicana. Ademais, a capacidade multiplicadora de renda e emprego da atividade quebrava quaisquer possíveis resistências de outros grupos econômicos e da sociedade brasileira de maneira geral. Isto permitiu ao Estado financiar a destruição de parte da produção cafeeira, enquanto garantia a renda do setor. Na verdade, isto significava manter o nível de emprego da economia exportadora e, indiretamente, dos setores produtivos ligados ao mercado interno.

Para Furtado, apoiando-se na análise do multiplicador keynesiano,

“a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tinha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados”¹.

Para Furtado, portanto, o Estado brasileiro praticara uma política anticíclica, de manutenção do nível de emprego, que possibilitaria o processo de industrialização via substituição de importações. Isto se deveu não a um fator externo, mas a uma política de fomento, que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros, segundo ele.

Há nesta análise de Furtado um aspecto que deve ser ressaltado, do ponto de vista de sua concepção do Estado. O Estado deve apoiar políticas de manutenção/ampliação da renda no setor capitalista dinâmico, por suas inter-relações produtivas com os demais setores da economia. A questão da manutenção/expansão da renda/emprego em toda a economia é um objetivo a ser buscado pelas políticas cambiais, fiscais e de apoio aos investimentos. O objetivo restrito de apoio ao investimento no setor dinâmico leva à obtenção de objetivos macroeconômicos, de apoio a novos investimentos, mais emprego, mais renda. Nesse sentido, o Estado deve promover o desenvolvimento econômico, apoiando as frações mais avançadas do capitalismo nacional, contrariando forças externas e frações das classes proprietárias não identificadas com os objetivos do desenvolvimento mais amplo de todas as camadas sociais. A compreensão deste papel confere ao Estado uma racionalidade superior que o legitima como condutor/árbitro dos processos sociais.

A estes momentos ou possibilidades de atuação positiva do Estado, no entanto, contrapõem-se inúmeros outros, que apontam para profundas dificuldades nas relações entre a construção do projeto nacional e a implementação de políticas estatais.

Estas dificuldades, de maneira implícita, estão contidas também nas obras iniciais de Furtado, em que a idéia da necessidade das reformas econômicas e sociais aparece como solução/minimização destas dificuldades.

Em *A pré-revolução brasileira* (1962), Furtado já indicava um obstáculo à representação pluralista do Estado. Muito embora afirme sua convicção na liberdade dos indivíduos e da sociedade para a conservação dos objetivos do desenvolvimento (“é falsa a opção entre liberdade e desenvolvimento”), a possibilidade desta representação só se dará pela evolução material da sociedade, tendo em vista a completa ausência de direitos nos países subdesenvolvidos, especialmente no caso dos camponeses, que, embora constituindo metade da população brasileira, estão alheios aos benefícios do desenvolvimento². Daí o papel mais complexo que cabe ao Estado nestes países, onde se tornam imprescindíveis as chamadas reformas básicas, tais como as agrária, fiscal, bancária e administrativa.

Em *Dialética do desenvolvimento* (1964), os mesmos ingredientes são encontrados, compondo ainda ali uma visão confiante na possibilidade de ultrapassagem do subdesenvolvimento por meio das reformas básicas implementadas pelo Estado. O subdesenvolvimento, definido como uma etapa não necessária do capitalismo, mas própria de formações históricas específicas, relacionadas de forma subsidiária ao sistema colonial³, deve ser superado por meio de uma dialética possibilitadora, em que são atores sociais fundamentais os intelectuais, homens de pensamento, que dispõem de uma racionalidade mais elevada. Estes homens serão responsáveis pela concepção, pela formulação e pela implementação das reformas.

Esta é uma idéia recorrente na obra de Furtado, uma aposta na responsabilidade social e política de categorias profissionais cuja formação teórica seria colocada a serviço da nação, graças a sua presença, principalmente, em órgãos públicos de planejamento e administração. O planejamento aparece, pois, não só como uma agenda de programas e normas impessoais, mas principalmente como uma atividade intelec-

tual de pessoas e equipes identificadas com o bem comum, colocando à disposição suas elevadas capacidades técnicas em prol do desenvolvimento econômico e social. O desenvolvimento é definido aqui, por Furtado, como a luta pela racionalidade na política, por meio da superação das mitologias ideológicas.

Esta definição, que pode sugerir um determinado grau de idealismo em suas proposições, é combinada a uma outra interpretação, também esquematicamente classificada como idealista, de que o desenvolvimento é um processo que obedece a determinada lógica, em que a necessidade histórica causa/determina/exige a superação dos contrários. Combinados, pois, a visão finalista do processo de desenvolvimento econômico como superação dos obstáculos com a idéia teleológica do papel dos intelectuais, teremos o componente positivo ou otimista da “dialética do desenvolvimento” furtadiana.

A contradição a este componente provém da concepção de Furtado sobre o papel das inovações tecnológicas resultantes do avanço da ciência nos países subdesenvolvidos. Nestes, as inovações tecnológicas trazem ajustamentos insuficientes do ponto de vista da geração e distribuição de renda (baixos salários), que se traduzem em insuficiente vigor na demanda final para consumo ou investimento. A crise do subdesenvolvimento estaria, pois, na concentração de renda, gerando um problema na órbita da realização da produção. O problema central residiria na escassa demanda de bens e serviços, podendo-se atribuir pouca ou nenhuma efetividade aos avanços científicos nos países subdesenvolvidos.

A síntese desta dialética, representada enfaticamente pela “crise da demanda”, reside também nas soluções viabilizadas pelo Estado.

Influenciado pela análise de Marx sobre o Estado “bonapartista”, Furtado amplia sua abordagem sobre o Estado subdesenvolvido, justificando seu papel, não só pelas questões especificamente econômicas, mas também pelo fato de que as classes em luta, ao se enfraquecerem na disputa, abrem espaço para mais poder ao Estado. Este adquire certa independência, mesmo que momentânea, e se torna árbitro da sociedade em profundo conflito social⁴. Furtado faz aqui, evidentemente, uma análise conjuntural dos grandes conflitos sociais que se sucedem na América Latina no início dos anos 60, quando concentração fundiária e de renda, inflação e estagnação apareciam como os elementos mais destacados.

Segundo ele, nos países capitalistas desenvolvidos o aumento da instabilidade política vigente encontra estruturas políticas mais flexíveis. A necessidade de legitimação desse Estado, pressionado pela ampliação das necessidades coletivas, o leva a crescentemente buscar o atendimento dessas necessidades. Para tanto, reforma-se sempre que a pressão gerada pelos conflitos chegar ao ponto de ameaçar a convivência social. Estas reformas ampliam o aparelho de Estado, desenvolvendo a burocracia e aumentando a eficácia das políticas dentro de uma das organizações sociais de mais difícil destruição, segundo ele.

No subdesenvolvimento, porém, a eficácia do Estado é contrarrestada por um sempre presente dualismo de valores, consequência da dualidade estrutural da economia, em que o atraso convive com o moderno, sem ser adequadamente absorvido por este. Desenvolvimento/estagnação passa a ser o grande dilema colocado pelos interesses divergentes entre as classes progressistas e conservadoras. Para superar esta dicotomia, Furtado apresenta o nacionalismo como solução, tal como se deu na formação do Estado-nação, quando a defesa dos mercados nacionais tornou-se um objetivo conciliador das divergências entre as classes. Nos países subdesenvolvidos, este Estado integrador se faz ainda mais necessário, tendo em vista a fraqueza da classe dirigente em formular e promover um projeto de desenvolvimento nacional. Da mesma forma, a classe trabalhadora do setor industrial, por ser numericamente desimportante, desenvolveu de maneira insuficiente sua consciência de classe, enquanto os camponeses vivem apenas sua condição de massa. Com esta estrutura social, os automatismos do mercado não promovem a integração. Serão as políticas econômicas reformistas que poderão promovê-la, criando condições para o surgimento do verdadeiro empresário, vencendo a estagnação.

Em 1968, organizando a coletânea de artigos de vários autores em *Brasil: tempos modernos*, Celso Furtado volta ao tema da estagnação, criticando-a não só como valor econômico, mas também como valor aceito pelos militares brasileiros, desde a Guerra Fria, justificando a inviabilidade do país como projeto nacional⁵. O projeto de “segurança ampliada” ou “satelitismo”, com seu objetivo de estabilidade interna, era a alternativa aceita ao desenvolvimento. Seria a versão militar para a América Latina, semelhante à concebida pelos Estados Unidos para a Alemanha no imediato pós-Segunda Guerra, então chamada de

“pastorização”. Profética análise de Furtado que, à época, já criticava a escolha “estabilizadora” dos militares, objetivando a absorção do subemprego (fruto da estagnação) via migração do excedente “estrutural” de mão-de-obra para terras não ocupadas, mesmo à custa da redução da produtividade agrícola e da ampliação da produção de subsistência. Assim fazendo, Furtado rejeita a sujeição da América Latina aos interesses do capitalismo norte-americano, assim como o papel do Estado autoritário, que não realizou as reformas necessárias ao desenvolvimento com justiça social e distribuição de renda.

Um projeto para o Brasil (1968) introduz as primeiras revisões de Furtado sobre a tese da estagnação. Embora mantendo a tese do baixo dinamismo da demanda agregada no Brasil, ele coloca a noção de que os problemas da região advêm também da existência de grandes oligopólios no setor produtivo, que controlam o mercado por meio da capacidade de previsão e inovação de processos e produtos. Esta dominação dos conglomerados se dá por intermédio de sua presença nos setores mais avançados da economia, reservando-se para o empresariado nacional o mercado dos setores estagnados⁶. Dessa forma, Furtado admite a possibilidade da existência e da expansão de um setor capitalista dinâmico, do ponto de vista da ampliação dos investimentos na inovação de processos e produtos. Isto significa dizer que a insuficiência estrutural da demanda é menos limitadora do crescimento deste setor. O dinamismo se explica pela capacidade de aprofundamento das inovações tecnológicas. Na medida em que os conglomerados dominam a economia nacional, torna-se cada vez mais difícil para o empresário local captar o conjunto do sistema.

Essas observações sugerem o fortalecimento de novas teses, críticas à existência de uma burguesia nacional autônoma no Brasil. Esta burguesia seria, nas interpretações correntes prévias a 1964, a motivação subjetiva do nacionalismo, aquilo que põe em funcionamento um projeto coletivo. Segundo Furtado, no entanto, à burguesia brasileira faltava consciência de classe, o que lhe retirava força política, tornando-a “mais burguesia que nacional”. Esta falta de confiança na burguesia nacional como implementadora de um projeto de desenvolvimento vai gerar interpretações, no final dos anos 60, que atribuem a Furtado a intenção de implantar no Brasil o “capitalismo de Estado”. Os técnicos estatais, porém, partilhariam os valores da burguesia e invalidariam esta

proposta, que Hélio Jaguaribe chamou de nacional-trabalhismo. Ou seja, uma economia gerida por um Estado forte, aproximando interesses da burguesia aos do proletariado.

Outras críticas à existência da burguesia nacional autônoma acompanharam Furtado, enfatizando a solidariedade que existia entre ela e os exportadores, desde a sua criação nos anos 30. Ou seja, a burguesia nacional não tinha projeto próprio para o desenvolvimento. Apoiava-se na classe exportadora, mediante benefícios advindos do processo de substituição de importações que as beneficiavam conjuntamente. A burguesia brasileira seria economicamente dominante sem sê-lo politicamente. As oligarquias ainda teriam o domínio político, sendo combatidas apenas pelas classes médias, que não conseguem formular uma ideologia própria. Os seus interesses particulares são mais fortes que os gerais, relacionando-se com o Estado de forma clientelista. Esta posição, cujo maior expoente foi Francisco Weffort, é complementada por outras teses sobre a insuficiência da proposta coletiva da burguesia nacional.

A falta de hegemonia política das frações de classe da burguesia no Brasil é explicada por autores como F. H. Cardoso e Luciano Martins pela origem agrária da burguesia (imigrantes), por meio de alta mobilidade espacial e social. Ademais, o dinâmico processo de substituição de importações substituía também os empresários, marginalizando os ramos produtivos uns após os outros. Na realidade, segundo esta vertente, desde o governo JK o capital estrangeiro passou a dominar o Brasil. Aceitou o Estado, que apoiava o processo de acumulação, e não encontrou resistência dos operários, que viam nele a oportunidade de ampliação da base industrial.

Em *Análise do “modelo” brasileiro* (1972), Furtado se posiciona claramente a favor do argumento da fraqueza da burguesia brasileira, tendo em vista sua origem agroexportadora. No caso brasileiro, a burguesia industrial “depende das exportações para gerar capacidade para importar e ela é complementar ao setor importador”⁷.

Em *Formação econômica da América Latina* (1969), Furtado já insistira neste ponto de cooperação entre burguesia nacional e importadores, estes também beneficiados por várias políticas cambiais e fiscais⁸. Da mesma forma, em *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina* (1973), Furtado volta a insistir na importância desta cooperação, analisando o dinamismo dos conglô-

merados, via redução do risco dos investimentos, ampliação do poder financeiro, expansão via aquisições de empresas, preços administrados, ciclos curtos e grande liquidez. Ao mesmo tempo e surpreendentemente, porém, reafirma sua anterior tese da demanda como fonte de crescimento econômico no Brasil. A diferenciação de produtos e o progresso tecnológico não são aqui os fatores do desenvolvimento⁹.

Sofre aqui a mais forte contestação a esta tese. Ela vem de Maria da Conceição Tavares e José Serra, em *Allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente de Brasil* (1970), por meio da análise de que a demanda efetiva não se mede pelo número de pessoas (e de trabalhadores industriais, apenas), mas pela renda disponível para o consumo. Além do mais, segundo os autores, com o aumento da relação capital/trabalho, nem sempre se reduz a relação produto/capital. Isto seria uma análise de corte neoclássico, não se levando em conta o desenvolvimento tecnológico. Teria faltado ao Brasil o aumento do investimento e da eficácia marginal do capital, ou seja, das expectativas dos empresários. O Plano de Metas seria o melhor exemplo de solução para o crescimento¹⁰.

São estas críticas e o entendimento de que as burguesias internacionais se fundem cada vez mais que levam Furtado, em 1976, no *Prefácio à nova economia política*¹¹, a afirmar que as sociedades subdesenvolvidas podem crescer. Nas sociedades desenvolvidas, segundo ele, o excedente cresce menos que a produtividade social (em virtude da luta de classes), mas, nas subdesenvolvidas, “mesmo com pequenas taxas de acumulação, o excedente aumenta por causa do baixo custo de reprodução da força de trabalho”.

O conceito de excedente é ampliado, sendo sua extração obtida sob formas políticas de exploração, e não apenas econômicas. O crescimento do excedente nas sociedades desenvolvidas é reduzido pela luta de classes, quando os operários ampliam sua participação nos ganhos de produtividade. Nos países subdesenvolvidos, mesmo apresentando baixa potencialidade de crescimento econômico, a incapacidade de expansão política das classes trabalhadoras permite o crescimento do excedente e da acumulação de capital. Ademais, para Furtado, a “nova economia política” significa analisar a acumulação como dado de estoque (riqueza), e não de fluxo apenas (renda). A retomada do crescimento residiria na oportunidade de ampliar a relação produto/capital, que

estaria baixa, tendo em vista a forte capacidade ociosa dos investimentos, aliada ao baixo custo do trabalho.

Ao adotar a expressão “nova economia política”, Celso Furtado está abandonando ou minimizando sua anterior visão “subconsumista” da economia do subdesenvolvimento. Os baixos salários e a pequena representatividade numérica dos trabalhadores industriais não impedem a acumulação de capital, pelo lado da escassez de demanda. Ao contrário, são causa da ampliação do excedente. Até mesmo a capacidade ociosa, que poderia ser um sintoma da estagnação, pode ser usada para a volta ao crescimento, com baixa taxa de expansão de capital fixo.

Neste momento, ao incluir definitivamente a visão política na análise econômica da nova economia política, Celso Furtado mostra que o crescimento econômico é possível à custa da concentração de renda e da diferenciação dos produtos em direção a um mercado de consumo cada vez mais excludente. A desigualdade econômica reforça o crescimento, não o impede. O desenvolvimento que Furtado propôs, defendeu e buscou implementar não se viabilizara, mas o crescimento sim.

O Estado e sua tecnocracia cada vez mais poderosa e “indestrutível”, ao contrário de arbitrar os conflitos sociais e suplantar-se a eles, colocam-se a serviço da burguesia internacional, por meio do arrocho salarial, da modernização tecnológica e da concentração de renda. Segundo o próprio Furtado, quebra-se aqui o nacionalismo e surge o desenvolvimento associado – em que Estado, capital nacional e internacional assumem a volta ao crescimento. O Estado não é o árbitro da equidade, mas o agente modernizador e repressor com relação a qualquer movimento redistributivo e de ampliação de direitos civis. *O mito do desenvolvimento econômico* (1974) descreve as dificuldades para a reconstrução econômica e política do país, no sentido da ampliação da participação no sistema de decisões¹². Este foi e continua a ser o ideário democrático de Celso Furtado, para a “construção” de seu país e para todos aqueles que ainda não fundaram a “coisa pública”, possibilitadora de um desenvolvimento econômico com equidade social.

Notas

1. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959, p. 224.

2. Idem. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
3. Idem. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
4. Idem. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
5. Idem. *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.
6. Idem. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.
7. Idem. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
8. Idem. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia Editora, 1972.
9. Idem. *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
10. TAVARES, Maria da Conceição e SERRA, José. *Allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente de Brasil*. São Paulo, EAE, 1970.
11. FURTADO, Celso. *Prefácio à nova economia política*. São Paulo, Paz e Terra, 1976.
12. Idem. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

A “questão regional” e a “questão nordestina”

Tânia Bacelar

Economista e socióloga, especialista em economia regional.
Foi secretária de Planejamento e da Fazenda
do governo Arraes, em Pernambuco

Inicialmente, quero agradecer aos organizadores do seminário o convite para participar desta discussão e, sobretudo, a honra de partilhar com o professor Wilson Cano, um paulista que pensa o Brasil, desta mesa de trabalhos que tem como referência o professor Celso Furtado, inegavelmente um dos brasileiros que trabalharam com mais cuidado a questão regional no nosso país. Combinei com o professor Wilson Cano para que, na medida do possível, as duas intervenções se complementassem.

A minha intervenção sobre a questão regional será desenvolvida com uma visão a partir do Nordeste, e a idéia é que a discutíssemos em dois momentos. Primeiramente, até meados deste século, quando aparece com mais força a questão regional brasileira. E, atualmente, neste final dos anos 90, para ver o que está acontecendo com a dinâmica regional do país. E, então, examinar se está sendo redefinida a questão regional brasileira.

A gênese da “questão regional”

Começarei dizendo como se tem trabalhado com a questão regional brasileira, e que esta surge, de fato, no século XX. Francisco de Oliveira fez, na minha opinião, uma imagem muito ilustradora do nosso país durante quatro séculos: um arquipélago de regiões. Está certo. Na verdade, tínhamos ilhas regionais durante todo o período do Brasil primário-exportador. Essa foi uma grande primeira fase da formação do nosso país. Nessa fase, as “economias regionais” se articulavam muito mais para fora do que para dentro do espaço nacional.

Daí a idéia do arquipélago, do “ajuntamento” de ilhas regionais comandadas de fora e, portanto, cuja dinâmica regional era definida a partir dos mercados externos e da produção predominante de cada região. Ficava, assim, difícil caracterizar uma “questão regional” naquele momento, na medida em que as articulações econômicas dessas ilhas eram predominantemente para fora. Durante muito tempo foi possível assistir ao Sudeste ir muito bem, porque o café ia muito bem, e isso podia coincidir, no tempo, com o Nordeste indo muito mal, porque o açúcar ia muito mal no mercado externo. Quer dizer, as condições do mercado externo é que definiam o comportamento da dinâmica das “ilhas regionais” brasileiras. As ligações entre elas eram mais tênues do que as ligações de cada uma delas com o exterior. Deste ponto de vista, não se tinha exatamente o que depois se passa a chamar de uma “questão regional” brasileira. A questão regional, portanto, se coloca com nitidez, com força, no século XX.

É neste século que se faz uma importante mudança na vida do país. O Brasil passa da condição de país primário-exportador para a de país de base industrial importante. E, sobretudo, o mercado interno passa a comandar a dinâmica econômica do país. Internaliza-se o comando da acumulação. Não é mais o mercado externo uma variável estratégica de comando, o mercado interno é agora essa variável. Talvez tenha sido essa a mudança mais profunda que se operou no país no século XX. Essa internalização das bases de comando, de articulação da economia nacional e a hegemonia crescente do mercado interno projetaram o futuro do país. Nesse momento, Francisco de Oliveira diz que o país deixa de ser organizado com base em arquipélagos regionais para ter “uma economia nacional regionalmente localizada”. Estou repetindo, aqui, as palavras dele.

Quer dizer, essa mudança é muito importante, deixa-se de ser um arquipélago e passa-se a construir uma economia nacional, que, claro, se expressa regionalmente, mas tem uma dinâmica nacional, com o comando do mercado interno. E, nessa passagem, a mudança principal é que as articulações que eram predominantemente para fora passam a dar-se predominantemente dentro do país. Nesse momento, as diversas ilhas do Brasil começam a se articular entre si, a estabelecer relações cada vez mais intensas entre elas mesmas, e é quando começa a surgir a chamada “questão regional” brasileira. No momento em que essas articulações se montam é que a sociedade brasileira vai perceber que estava diante desse processo de construção, que é um processo de construção nacional, mas que há diferenciações regionais muito importantes, e evidencia-se que determinadas regiões têm uma dinâmica diferente de outras. Então, acho que esta colocação é o primeiro ponto importante da nossa discussão.

Nessa fase, tradicionalmente, distingo dois grandes momentos, com base na literatura sobre a questão regional brasileira. Costumo fazer um primeiro corte que iria dos anos 20 aos anos 70 mais ou menos. O que é que teria predominado nesse momento, nestes 50 anos que já têm essas características das quais falei? São anos em que predomina a tendência à concentração. Então, são 50 anos em que a dinâmica regional tem o comando da produção industrial, mas uma produção industrial que tendeu a se localizar, com muita força, numa das regiões do país, a região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo. Wilson Cano, na minha opinião, deu a principal explicação desse momento em seu livro *Raízes da concentração industrial em São Paulo*¹, em que mostra, justamente, o instante do nascimento das bases da concentração industrial naquele estado. Localizando-as primeiro na década de 1910 e, depois, na década de 1920, aponta onde estaria a matriz do grande marco desse momento – uma construção comandada por São Paulo. Por isso, comecei dizendo que é ótimo discutir com um paulista que pensa o Brasil, porque a partir daí os paulistas começaram a pensar que São Paulo era o Brasil. Com exceções brilhantes, como ele. Acho que Wilson Cano explicou, claramente, por que e em que condições isso se deu naquele estado, entre as décadas de 1910 e de 1920, e que será uma das matrizes do que se vai chamar, posteriormente, de “questão regional” brasileira. Em um livro recente², Evaldo Cabral de Melo

estuda o Brasil das últimas décadas do século XIX, com foco na política agrícola e na de infra-estrutura, para ver se nestas políticas existem germes desse processo de concentração. E conclui que sim. Os germes iniciais da concentração estavam plantados. Mas Wilson Cano tem razão. As decisões de maior força estão nas primeiras décadas do século XX. Portanto, nessa época estariam lançadas as bases mais fortes da “questão regional” brasileira.

Por sua vez, a tese de Leonardo Guimarães Neto sobre o Nordeste³ faz uma periodização que acho muito importante. Guimarães Neto diz que esse momento, pela natureza das articulações entre as diversas regiões, deve ser chamado de momento da “articulação comercial”. As regiões começam a se articular, mas, como o grosso da produção industrial estava centrada no Sudeste, e sobretudo em São Paulo, a natureza principal das relações econômicas desse pólo dinâmico com as outras regiões é uma relação de natureza tipicamente comercial.

A produção se faz no pólo dinâmico e as mercadorias circulam pelas outras regiões. Então, o autor chama esse grande momento de um processo de integração via articulação comercial, ou seja, o movimento mais importante era o da circulação das mercadorias. Qual é a consequência desse momento e desse processo para a questão regional? É que a intensificação das relações entre a principal região industrial do país e as outras tem, inicialmente, um impacto negativo na maioria das regiões e vai definir o que se chamará de “questão regional”. As regiões eram qualitativamente muito diferenciadas até o século XIX, mas essas diferenças não apareciam. Na medida em que se vai internalizando a vida econômica, se vai fazendo essa articulação interna, e uma região vai assumindo esse papel de comando, as diferenças de produtividade, por exemplo, vão ficando muito claras. No Nordeste tinha-se um antigo parque têxtil – e os dados de Wilson Cano mostram que, até determinado momento, ele era maior do que o parque têxtil de São Paulo –, só que as bases do novo parque têxtil montado em São Paulo são muito mais produtivas, eficazes, muito mais competitivas do que as da velha indústria têxtil nordestina. A rodovia Rio–Bahia teve, nesse contexto, papel arrasador para a indústria têxtil do Nordeste. Quando Juscelino Kubitschek, com a esta rodovia, liga o mercado do Nordeste com o mercado do Sudeste, nos anos 50, a produção têxtil de São Paulo invade o Nordeste. Nessa hora, a competição inter-regional passa

a ser destrutiva em relação ao Nordeste. Esta região vai viver uma profunda crise têxtil até que surge a Sudene e faz um poderoso programa de modernização que reduz metade do emprego têxtil e a maioria das empresas são fechadas. O caso da indústria têxtil é só um exemplo. O que ocorria é que, então, os diferenciais regionais de competitividade se expressavam com clareza.

A questão regional, na verdade, vai surgir com força na literatura, nas nossas discussões, nesse momento. Nos anos 50 é que essa questão vai se apresentar com muita força e é o Nordeste que vai liderar esse debate. A região estava sofrendo os impactos da intensificação da concorrência inter-regional, coincidindo essa conjuntura com uma grande seca, uma das maiores que o Nordeste viveu. Ao mesmo tempo, a zona da mata nordestina estava passando por um processo também muito importante, que era a expulsão dos “moradores” para as periferias das cidades, o que fez florescer o movimento social, muito intenso naquele momento. Stefan Robock, cientista social norte-americano contratado pelo Banco do Nordeste, escreveu um pequeno livro⁴ nessa época em que dizia que o Nordeste era “um caldeirão prestes a explodir”. Naquele momento, a tensão social estava instalada nas diversas partes da região: no semi-árido, com a seca, na zona da mata e nos centros industriais, onde estava a indústria têxtil. Então, a imagem criada por Robock era esta. Nesse momento emerge com força a discussão da “questão regional”.

Celso Furtado e a “questão nordestina”

Agora recorro ao professor Celso Furtado pela primeira vez. A entrada em cena de Furtado para discutir essa questão se faz com duas contestações muito importantes. O professor ousa, naquele momento, fazer dois alertas fundamentais e que se confrontam em nível nacional e em nível regional com as idéias dominantes. O que diz Furtado em nível nacional? Ele ousa dizer que a política de industrialização de Juscelino Kubitschek era ótima para o Brasil, mas vista da dimensão espacial era ampliadora das desigualdades regionais. Portanto, era portadora, em si, do germe da ampliação da “questão regional” brasileira. Ele bate de frente com o que era mais exaltado na época – o núcleo da política juscelinista. Dizia também que a política de câmbio era ótima para pro-

mover a industrialização do país, mas para o Nordeste ela era trágica. A política comercial era ótima para fomentar a indústria, mas para o Nordeste ela era perversa; a política de investimentos era ótima para aumentar a dinâmica da economia nacional, mas para o Nordeste ela era quase inexistente. Assim, o conjunto da política juscelinista focava exageradamente o objetivo de consolidar o Brasil como país industrial. Só que a indústria concentrava-se no Sudeste. Por quê? Porque a política federal não incorporava a visão regional. Portanto, a médio prazo, ampliaria a “questão regional” brasileira. Então, Furtado faz um alerta, naquele momento, importantíssimo.

Do ponto de vista nordestino, ousa confrontar-se com as elites da região ao destruir a tese hegemônica da época. Até então se dizia que “o Nordeste vai mal por causa da seca”. Os textos da época apontavam somente neste sentido. Era esse o discurso das elites regionais. Furtado afirma o contrário: o problema do Nordeste não é a seca, é a reconfiguração do desenvolvimento brasileiro e como a região está se inserindo nela. E o segundo ponto: a seca não era a causa do problema do Nordeste, o que era também uma contestação de fundo. Furtado dizia o contrário: a seca, o fenômeno social das secas, é consequência dos problemas do Nordeste. A causa é a estrutura socioeconômica e política montada, há séculos, nessa região. A causa do atraso do Nordeste está na sua formação histórica. Ou se mexe nas estruturas, ou não se enfrenta a questão nordestina, dizia Furtado. Afirmar que a seca não é a causa do problema nordestino fazia Furtado se chocar com o núcleo da política regional, na época, mais importante para o Nordeste – que era a política hidráulica.

Este diagnóstico está no Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN)⁵, que é atual em muitos dos seus aspectos. Num de seus capítulos, o relatório do GTDN mostra que a política hidráulica, em vez de atenuar as consequências econômicas e sobretudo as consequências sociais da seca, as exacerbava. Na medida em que salvava o gado e protegia a pecuária, que era a atividade hegemônica dos grandes proprietários da região, e não tocava na produção familiar e nem era destinada à maioria da população da região, constituída de pequenos produtores rurais sem terra que viviam nos grandes latifúndios agropecuários, e cuja tendência demográfica era de crescimento, ampliava o impacto social de cada seca. Portanto, a cada seca se

tinha mais gente nas frentes de trabalho destinadas aos “flagelados”. Então, Furtado faz uma denúncia de fundo, invertendo a tese das oligarquias regionais, alertando que ou se mexia na estrutura que as oligarquias comandavam, ou não se iria a lugar nenhum. Ou seja, foram invertidos os termos da discussão, e as teses de Furtado se chocam com as das oligarquias nordestinas. Não é à toa que suas propostas vão ter que ser levadas à frente com o apoio das elites de outras regiões.

Sua tese subvertia, sobretudo naquele ano de terrível seca, a visão que as oligarquias tentavam passar para o país. Acho que Furtado tem uma contribuição importantíssima, que não pára aí. Além da análise, ousa sugerir. Indica o que, naquele momento, e no caso do Nordeste, se devia encaminhar como solução para a “questão regional” que se exacerbava. Passa, então, do campo da análise para o da proposição, apresenta suas sugestões de política no próprio relatório do GTDN, base para a constituição da Sudene, no final do governo Juscelino.

A atenuação da questão regional

Quando se olha para os acontecimentos dos anos 70 a 90, tem-se um segundo momento. Ele vai de meados da década de 1960 até mais ou menos metade dos anos 80, para ser mais precisa. O país passa por um processo que se chama, na literatura recente, de “modesta desconcentração”. Quer dizer, tem-se um fato novo importante, e aquele processo intenso de concentração, portanto de exacerbação da questão regional, se atenua. Começa-se a viver uma tendência à desconcentração. Os dados estatísticos mostram o fenômeno com clareza. A base agrícola se desconcentra, e a própria base industrial do país também se desconcentra.

Para compreender este momento, a tese de Leonardo Guimarães Neto é muito interessante, porque define essa época como um segundo período também. O país passa da articulação comercial entre as regiões para uma “integração produtiva” inter-regional, afirma ele. Não se trata mais de produzir em São Paulo para vender no mercado do Brasil. Trata-se de produzir nas diversas regiões brasileiras. É um momento novo, vai haver uma migração de capitais. Parte dos capitais que estavam no espaço mais dinâmico do país vai deixar este espaço para ir a outras regiões. Esse é o momento em que se tem uma mudança qualitativa

importante. Não só porque se interrompe aquele fantástico movimento de concentração e se passa para um processo de desconcentração, que a médio prazo tenderia a atenuar a questão regional, na medida em que seriam difundidas, pelas diversas regiões do país, as bases produtivas antes muito concentradas. Esse fenômeno remodelaria a própria concorrência inter-regional. E muitos estudos que se faziam no Nordeste eram interessantíssimos quanto a isso. Via-se por exemplo, que o novo parque têxtil da região não tinha sido montado para atender à demanda do Nordeste, mas sim tendo em vista o mercado do Brasil. Chegava-se no Ceará, por exemplo, e constatava-se que a indústria de fiação daquele estado não vendia só para a indústria de tecelagem ou para a confecção local, que antes comprava o fio no Paraná. Havia uma integração do mercado e aqueles estabelecimentos eram localizados à luz das estratégias das grandes empresas.

O Nordeste passou a importar muito fio têxtil e a exportar muito também. Não era uma indústria para o mercado nordestino. Era uma indústria montada para o mercado brasileiro, localizada no Nordeste. Neste ponto, acho feliz a afirmativa de Francisco de Oliveira: o país passa a ter uma economia nacional regionalmente localizada, mas a dinâmica é nacional. Então, essa é uma mudança muito importante que se vive, sobretudo, entre as décadas de 1970 e de 1980.

A proposta de Celso Furtado para a Sudene, por exemplo, não se realiza. Um dos núcleos centrais da proposta de industrialização do GTDN era fazer uma indústria para o mercado do Nordeste, com empresários do Nordeste. Um dos sonhos de Furtado era criar no Nordeste uma burguesia industrial que pudesse estrategicamente se confrontar com as oligarquias agrícolas, que tinham um peso muito grande. As discussões sobre a criação dos incentivos mostravam essa intenção. Furtado resistiu muito à criação dos incentivos. E negociou quando da inclusão do artigo 34, na lei que aprovou o II Plano Diretor da Sudene. Por exemplo: pelo artigo 34, o empresário que apresentava o projeto à Sudene não podia ser o mesmo optante pelo não-pagamento do Imposto sobre a Renda. Quer dizer, o investidor tinha que ser uma figura diferente da figura do optante. O que Furtado queria com isso? Na verdade, queria que o investidor fosse empresário do Nordeste. Queria criar, na região, uma burguesia industrial que pudesse, politicamente, ter força diante do peso fantástico da oligarquia rural. E o que aconte-

ceu não foi isso, mas sim que frações do capital produtivo industrial das outras regiões, sobretudo do Sul e do Sudeste, migraram para o Nordeste, ou seja, os optantes eram também os investidores, como permitiria logo em seguida o artigo 18, do II Plano Diretor. Quem fazia a opção para o sistema de incentivo apresentava um projeto à Sudene, era aprovado, e esse optante fazia uma filial da sua indústria no Nordeste.

Diferentemente do restante da região, os empresários do Ceará patrocinaram o processo de industrialização do seu estado. Fortaleceram-se internamente e, fortes, conseguiram derrubar a oligarquia e se tornaram hegemônicos no estado. Conseguiram fazer o que Celso Furtado sonhou. Quer dizer, os empresários urbanos ficaram relativamente mais poderosos e puderam bater na oligarquia com mais força, tomar o poder no estado e manter esse poder ao longo de tanto tempo. Mas o Ceará é uma exceção. Quando se olha para a Bahia não é assim, quando se olha para Pernambuco não é assim, porque a tendência mais forte foi a outra, foi a de transferir para o Nordeste frações do capital industrial que estavam na região mais industrializada do país. Mas não foi só no Nordeste – estou dizendo isso porque enfoco a questão a partir do Nordeste. Processo análogo ocorreu, na mesma época, também com a Zona Franca de Manaus. Quer dizer, havia um processo de desconcentração que terminou lidando com um vultoso conjunto de incentivos. A Zona Franca de Manaus, que tem dimensão importante, chega a ser o segundo pólo nacional de produção de material elétrico, eletrônico e de transporte, só perdendo para São Paulo. Então, trata-se de um processo de peso que muda a dinâmica da região e tem representatividade em âmbito nacional. Essa passagem é essencialmente produzida pelo Estado brasileiro. Não foram as iniciativas do setor privado que fizeram essa mudança. Quando se faz um exame e se vê por que foi possível fazer esse processo, encontra-se com nitidez por trás dele políticas regionais explícitas trabalhando naquela direção. Os incentivos, por exemplo, são uma delas. Não teria havido Zona Franca de Manaus sem os grandes incentivos que foram direcionados para aquela região. Não teríamos tido o tamanho da indústria que se fez no Nordeste se não fossem os incentivos do 34-18/Finor e as isenções do Imposto de Renda. Enfim, as economias desses espaços regionais não teriam tido a dinâmica que tiveram se não fossem as políticas regionais explícitas implantadas com a determinação de enfrentar a questão regional brasileira.

Teve também papel importantíssimo, sobretudo no caso do Nordeste, o investimento das empresas estatais. Não eram só políticas regionais do governo federal, eram também políticas das grandes estatais brasileiras, com investimento de peso, que contribuíram, e muito, para esse processo de desconcentração. Essas políticas alteraram dinâmicas locais com muita força. Estou falando da Vale do Rio Doce no Maranhão, da Petrobrás no Rio Grande do Norte, em Sergipe e na Bahia. São grandes empresas nacionais que fazem investimentos de peso em outras regiões do país que não na região onde a economia estava mais concentrada. Então, o papel do investimento público por meio das empresas estatais também tem um peso muito importante. Quer dizer, há uma presença importante do Estado, contra-arrestando a dinâmica do mercado, trabalhando na direção oposta à lógica do mercado para enfrentar a questão regional.

A resultante dessa ação foi a atenuação das diferenças regionais e sobretudo a integração das regiões periféricas à dinâmica nacional. Neste ponto, uma das principais teses de Furtado e um dos pilares do GTDN é desmontado: o Sudeste vai bem e o Nordeste vai mal. Uma das principais teses dos anos 50 não pode mais ser escrita nos anos 80. A partir daquele momento, não era mais possível essa dessincronia, pois os dados começavam a desmenti-la. As tendências eram semelhantes nas duas regiões, podendo as taxas ser um pouquinho maiores, um pouquinho menores. Mas o movimento passou a ser o mesmo. O Nordeste ia bem quando o Sudeste ia bem. O Nordeste ia mal quando o Sudeste ia mal, e é assim que acontece até hoje. Esse comportamento, essa herança, veio para ficar. Esse processo de soldagem é muito forte, até hoje. Quando o Brasil explode no Plano Cruzado 1, o Nordeste explode; quando o Brasil afunda logo depois do Cruzado 1, o Nordeste afunda. Quando a dinâmica do Brasil declina no pós-Plano Real, a dinâmica do Nordeste também declina. Não há mais possibilidade de se dizer o que se dizia antes: uma região vai bem e a outra vai mal. A dinâmica das regiões foi soldada pelo processo de integração e se tornou uma dinâmica nacional. Claro que as regiões não se homogeneizaram. Tem-se, ainda, uma presença relativa de um setor maior num espaço que em outro, resultando em algumas diferenciações. Mas a dinâmica geral é a mesma. Há uma atenuação das desigualdades e uma soldagem da dinâmica das diversas regiões como um resultado importante dessa fase.

Furtado reexamina a “questão nordestina”

Quando Celso Furtado volta do exílio e redescobre o Brasil, faz algumas observações que merecem ser enfatizadas nesse momento. Primeiro, vê de frente a modernização conservadora que se tinha feito nos anos da ditadura, e em um dos seus primeiros depoimentos – no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro – há uma frase muito interessante do ponto de vista do Nordeste, quando diz que essa região é “o espelho em que a imagem do Brasil se reflete com brutal nitidez”. Quer dizer, o que se fez no Brasil foi a modernização conservadora, e na região mais problemática do país o Brasil se apresentava com enorme nitidez. Ou seja, o país tinha conseguido dar saltos, modernizar-se, o Nordeste tinha conseguido se agarrar na dinâmica nacional, industrializar-se, mas a miséria continuava intacta. A “cara” do Brasil estava refletida com muito mais força no Nordeste do que em outros lugares do país pela natureza do processo então em curso.

Como também observa em muitos dos seus escritos da época, ocorrera a derrota das suas propostas reformistas. A própria proposta da Sudene tinha sido derrotada com o golpe de 1964. Todo o conteúdo reformista da proposta da Sudene tinha sido engavetado. É por isso que a industrialização ganhara tanta hegemonia e que o Finor ganhara tanta visibilidade, e não eram as peças-chave da proposta original. Eram propostas importantes, mas não eram únicas. Outras propostas centrais tinham sido engavetadas. Na zona da mata, o sonho do GTDN era diversificar, incentivar outras atividades ao lado da cana-de-açúcar. O que tinha acontecido? A cana tinha ficado mais hegemônica do que era antes, depois do Pró-Álcool. Então, em vez de Pernambuco ter 250 mil hectares plantados de cana, tinha 500 mil. Havia dobrado a superfície ocupada por cana no Nordeste, seguindo a direção oposta do que era o sonho do GTDN. Em vez de diversificar, se havia consolidado a monocultura da cana em lugares inadequados a essa cultura, com produtividades completamente absurdas e com proteção estatal insustentável. E ocorrera o contrário, porque a proposta inicial, para ser implementada, implicava a reforma agrária. Implicava mudar o padrão de uso e propriedade da terra na zona da mata nordestina. E o regime militar não permitia essa transformação. Fez-se uma modernização, a produção se ampliara, mas uma modernização conservadora.

Por sua vez, o estado do Maranhão, que Celso Furtado trouxe para o Nordeste para resolver o problema do semi-árido, havia seguido caminho contrário ao que ele tinha proposto. O Maranhão não fazia parte do Nordeste, o Maranhão era Meio-Norte nas classificações anteriores à criação da Sudene. Furtado o tinha trazido para a região Nordeste como integrante da “região plano” da Sudene. Outra virtude de Celso Furtado foi a coragem de dizer nos anos 50 que o semi-árido no Nordeste era muito densamente povoado. E não é fácil dizer uma verdade dessas, dizer que um dos problemas do semi-árido do Nordeste é que o adensamento humano ali existente é muito grande para a capacidade de suporte e para as condições de tecnologia da época. Uma das propostas centrais do GTDN era retirar gente do semi-árido e levá-la para o Maranhão. Não estava dito com essas palavras, obviamente, mas o bom leitor percebia. Tinha-se que estimular a migração espontânea, que já existia, de nordestinos na direção da fronteira maranhense, e para que isso acontecesse puxava-se o Maranhão para a região Nordeste – para estimular esse processo de migração organizada. Quando volta ao país, Furtado descobre que o Maranhão não é mais fronteira agrícola e nem é mais Nordeste. O Maranhão é parte da fronteira Centro-Oeste do Brasil. Quer dizer, na época dos militares, como não era para fazer reforma agrária, era para se adentrar pela fronteira, esse processo de adentramento da fronteira atinge o oeste do Nordeste. Então, o lado oeste do São Francisco, o sul do Piauí e o Maranhão eram espaços penetrados pela agricultura que tinha subido do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste naquela direção. E não havia nordestinos, havia predominantemente “gaúchos” ocupando aqueles espaços. Os nordestinos tinham ficado nos espaços do semi-árido e os “gaúchos” tinham subido naquela direção, expulsos de suas terras. E tinha-se reproduzido na fronteira a estrutura fundiária perversa das áreas já ocupadas. O conteúdo essencial da proposta reformista não tinha sido aplicado, mas a ocupação tinha sido feita, uma ocupação conservadora, no padrão do que era o desenvolvimento do país na época.

Então, Furtado percebe com muita clareza o que ocorre e nesse momento faz uma autocrítica. E é muito difícil encontrar intelectuais do seu porte que tenham coragem de fazer a autocrítica que ele fez ao voltar para o Brasil. Quando observa o Nordeste e diz que ele é o espelho em que o país pode melhor se ver, Furtado afirma o seguinte: pensá-

vamos que com o investimento se resolveria a questão regional. Quer dizer, por dentro da proposta da Sudene existia uma pressuposição, a de que se a economia do Nordeste fosse dinamizada, se o fluxo de evasão de capitais se invertesse, se se conseguisse jogar capitais no Nordeste, se a sua economia crescesse, estaria enfrentada a questão regional. De fato, foi atenuada a questão regional, mas não se resolveu o drama da região, sua grave problemática social. Nesse sentido, Furtado tira uma conclusão fundamental: fez-se tudo isso, mas quem pegou o essencial do que foi trazido foram as elites do Nordeste, não chegando o resultado dessas ações a grande parte da população da região. E diz, com toda clareza, que as ações realizadas não foram suficientes, que erramos. No Nordeste, para enfrentar mesmo a questão regional, tem-se que distribuir dois ativos importantes, ou não adianta. E os ativos que sugere distribuir são: terra e educação. Enquanto não se mexer na estrutura fundiária, enquanto não se promover o acesso da população ao conhecimento, não será equacionada a tragédia regional. O investimento realizado é apropriado pelas elites, não chega à população. Pode-se até modernizar o Nordeste, mas não se vai nunca inserir a população nordestina na dinâmica socioeconômica do país. Considero também muito corajosa essa conclusão, porque é uma autocrítica importante ao que era uma das propostas essenciais que tinha ele apresentado nos anos 50.

A dinâmica regional recente

Vou chegar, agora, aos anos 90. Com tudo o que aconteceu, mudaram as bases, o padrão da questão regional. O que acontece na fase mais recente, para chegar à segunda parte de minha intervenção? Acho que existe uma primeira mudança fundamental, que é a crise do setor público dos anos 80 e 90. Como a dinâmica anterior vinha sendo construída por políticas públicas, a crise do setor público é definitiva para mudar a nossa rota. No caso do Brasil, o “choque dos juros”, promovido pelos Estados Unidos, no final dos anos 70 bate de frente no setor público brasileiro, e o leva a uma crise financeira da qual não saiu até hoje. Tem-se duas décadas de profunda crise financeira do setor público. Uma crise que se instala ao nível da União e depois vai descendo para as esferas dos estados e municípios, constituindo-se, hoje, em uma crise financeira generalizada dos diversos níveis da esfera pública do

país. Esse quadro de crise muda a natureza da presença do setor público nas duas décadas recentes.

O Estado desenvolvimentista, superavitário, patrocinador ou da desconcentração, ou da concentração, dependendo do momento, perde essa capacidade. Endividado, o Estado brasileiro é hoje refém dos seus credores e muda a natureza da sua presença na cena nacional. E assim, em vez de patrocinar o desenvolvimento das forças produtivas, ou concentradas em São Paulo, ou desconcentradas em outras regiões, é hoje, de fato, patrocinador do rentismo. É patrocinador da acumulação dos agentes econômicos na esfera financeira da economia brasileira, distorcendo inclusive iniciativas da esfera produtiva. Atualmente, vai bem quem tem êxito na esfera financeira. Essa é a situação atual, a bem da verdade.

Então, esse novo papel assumido pelo Estado muda a nossa temática, porque não se tem mais esse ator relevante na cena das políticas regionais. O Estado, agora, está dedicado a outra tarefa. Centra sua intervenção na esfera financeira, enquanto a questão regional é vista a partir da dinâmica da esfera produtiva. E no meio da crise vêm as reformas. Não existe apenas crise, dá-se também a reformatação desse Estado, e um padrão de reformas que segue a lógica da acumulação financeira. Reforma comandada pelo déficit público, influenciada pelas teses liberais. Reformas pressionadas pelos aplicadores, e que tendem a ter uma natureza que não tem nada a ver com a nossa discussão, a questão regional. Estão sendo feitas para atender a outras demandas, a outras pressões. É um padrão de reforma que beneficia poucos. José Luís Fiori deu uma entrevista à revista *Carta Capital*⁶ em que fala da “Revolução silenciosa de FHC”. Ele mostra, por exemplo, como é concentrador e seletivo o benefício do programa de privatização e como, na verdade, se está redesenhando a hegemonia dos grupos econômicos a partir do processo de reforma do Estado. Esse processo de reforma tem outra lógica, que não tem nada a ver com o tema que se está discutindo aqui.

Por outro lado, outros processos importantes, como a política de abertura da economia do país, a abertura financeira e a abertura comercial, têm impactos regionais diferentes. Há um trabalho muito interessante do professor João Policarpo Lima, da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em que ele estuda a política comercial dos anos 90,

faz uma análise a partir de uma perspectiva regional e mostra como em relação ao Nordeste a política de abertura tem impactos diferenciados⁷. Com dados macros mostra que a participação do Nordeste nas exportações brasileiras era até o final da década de 1970 de quase 15%, e hoje é de menos de 10%. O Nordeste perdeu mais de cinco pontos percentuais quando o Brasil se abriu ao mercado externo. As exportações nordestinas não eram as mais competitivas e a região perdeu importância relativa no valor das exportações do país. Policarpo faz também uma análise detalhada em relação às alíquotas e mostra, por exemplo, como o regime automotivo preserva um grau de proteção para o Sudeste, onde esse segmento está fortemente instalado. No Nordeste, a maioria dos setores não tem força para assegurar uma proteção maior, enfrenta forte queda de alíquotas e termina por sofrer impacto mais forte da pressão competitiva que se instala com a política de abertura.

Apesar da integração ocorrida na fase anterior, continuamos a ter diferenciações regionais expressivas. Portanto, não é verdade o que a equipe econômica do atual governo federal pensa, isto é, se for criado um ambiente macroeconômico geral favorável ao desenvolvimento das forças produtivas o crescimento se reproduzirá homogeneamente no Brasil inteiro. Não se reproduzirá, porque o Brasil é muito diferenciado e essas macropolíticas continuarão a ter impactos diferenciados, região por região.

Do ponto de vista do setor privado, há um processo de reestruturação produtiva nos anos recentes muito importante. São novos paradigmas tecnológicos na produção, na gestão etc. Fez-se uma pressão fantástica sobre o setor privado com a abertura econômica, o câmbio valorizado etc. Tem-se uma pressão enorme dentro do mercado interno e isso tem impactos regionais diferenciados. Os lugares onde o avanço tecnológico foi maior, como é o caso da cidade de São Paulo, pegam de frente a mudança do paradigma tecnológico, em alguns casos muito importantes. Enquanto isso ocorre, o grau de competitividade médio do aparelho produtivo do Nordeste é mais baixo. Em muitos lugares do espaço nacional, inúmeras empresas desapareceram nos anos recentes. Há mudanças que estão vindo em decorrência de novos arranjos tecnológicos e organizacionais na esfera produtiva, determinando a valorização de novos fatores de localização. O professor Clélio Campolina Diniz, da UFMG, tem trabalhado muito bem essa questão e está identifi-

cando os novos fatores de localização desses novos paradigmas e procurando examinar como é que estão se expressando regionalmente. Ele está mostrando que esses novos fatores não estão distribuídos igualmente no território brasileiro. Gente qualificada, boa oferta de acessibilidade, boa articulação universidade–empresa, boa oferta de serviços especializados, por exemplo, são requisitos dos novos paradigmas e estão muito mais presentes no Sudeste em geral – nas cidades médias desta região –, do que no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste. A presença desses elementos tem uma força muito importante na definição de localização do reduzido investimento novo que está sendo feito nos anos recentes. A hipótese é que se tem uma mudança regional importante. Clélio Campolina Diniz⁸ está tentando acompanhar essa mudança e está chamando a atenção, também, para a dinâmica das cidades médias. É que há uma mudança recente também no interior, nas diversas regiões, que é muito importante. Não é mais a mega São Paulo que puxa a nova dinâmica brasileira. É um conjunto de cidades médias, no interior de São Paulo, descendo para o Paraná, para o Rio Grande do Sul, e subindo na direção do triângulo mineiro, a área que atrai mais os investimentos novos. Campolina Diniz a chama de “polígono dinâmico”. Há uma mudança no padrão de localização das atividades, em função do que existe de dotação desses novos elementos requeridos pelos novos padrões tecnológico e produtivo.

Por outro lado, tem-se que levar em consideração a natureza da nossa inserção internacional. Acho que para a questão regional, que é nosso tema, é muito importante essa natureza. Claro que o Brasil sempre esteve inserido internacionalmente. O nosso problema não é a falta de inserção, mas a natureza da inserção. A macroopção que se fez, nos anos recentes, tem sido chamada de “inserção submissa”, de “inserção passiva” no ambiente mundial dos anos 80 e 90. Essa inserção está conectada especialmente às políticas públicas que se refletem com muita clareza, na minha visão, no conteúdo dos projetos “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, do governo federal. Qual é a grande opção que está na base desses projetos? É o que chamam de “integração competitiva”. Ou integração competitiva dos “pedaços competitivos” do Brasil na economia mundial. Dei-me ao trabalho de mapear os investimentos chamados da área econômica, tanto do “Brasil em Ação” como do “Avança Brasil”, que, na sua maioria, são investimentos em infra-estrutura. E

onde estão os investimentos em infra-estrutura que têm capacidade de alterar a dinâmica regional brasileira? Grande eixo de estrada, grande eixo de ferrovia, hidrovias, gasodutos, entre outros. E é muito fácil observar que esses investimentos foram direcionados para as áreas dinâmicas do Brasil. Quer dizer, direciona-se o investimento, fortalece-se a infra-estrutura de acessibilidade, melhora-se a competitividade dessas frações do espaço nacional para articulá-las à economia mundial. Essa é a grande lógica do pouco que se tem de iniciativa federal em termos de ação com impacto regional. Ela atua no sentido de levar melhorias de condição de competitividade para os pólos dinâmicos, para os focos de dinamismo do país.

Quando se observa o Nordeste, nos investimentos do “Brasil em Ação”, destacam-se apenas os vales úmidos da fruticultura, o oeste graneleiro e o litoral do turismo. Ou seja, as áreas mais competitivas da região. É lá onde se estão construindo aeroportos, onde está a hidrovia do São Francisco e outros projetos. Quando se mapeiam os investimentos para o Nordeste, vê-se que estão nas áreas dinâmicas. Portanto, o pouco que se tem de política de investimento é uma política direcionada para as áreas dinâmicas. Qual é o problema que se apresenta do ponto de vista da questão regional? É que as áreas não-dinâmicas são abandonadas, e como resultado se terá um redesenho regional a partir das áreas dinâmicas. As áreas dinâmicas contam, têm apoio, têm alguns projetos, enquanto as áreas não-dinâmicas não os têm. E não é uma política só do governo federal. No caso do Nordeste, o Banco Mundial tem um grande projeto chamado “Iniciativa para o Nordeste”, em que foram listados dez segmentos da economia para dar prioridade. Os estudos começaram por quatro e, destes, três são de fruticultura, de turismo e de grãos. O quarto é o emergente pólo de *software* do Recife. Na verdade são três, e os mesmos que são priorizados na ação federal. Do ponto de vista do que interessa neste debate, essa política vai criando, a médio prazo, a seguinte tendência: fortalecer a dinâmica dos mais fortes e deixar de fora os espaços menos competitivos, os espaços em reestruturação, e aqueles com dificuldades de se desenvolver. Por exemplo, a zona cacauieira na Bahia é, hoje, uma área em profunda dificuldade. A zona canavieira do Nordeste também é uma área em grande dificuldade. Por sua vez, a zona do semi-árido nordestino é uma área perplexa. Neste grande espaço foram desmontados os dois pilares básicos de sus-

tentação da sua economia. Acabou o algodão e a ausência deste arrasou a pecuária. Ficou a agricultura de subsistência, que sempre teve papel complementar. Então, tem-se um desmonte do que foi a estrutura produtiva de séculos, e que se desestruturou dos anos 80 para cá. E, dentro da lógica da política oficial, não existe nenhuma proposta de reestruturação da base produtiva do semi-árido, ela simplesmente não está na agenda de discussão. Esses espaços estão fora da agenda de discussão, não se debate o que se vai fazer com essas regiões.

Exemplos como esses se encontram em todas as macrorregiões brasileiras. Tanto que, quando se olha a dinâmica regional, o analista está sendo obrigado a fazer uma análise mais fina. Estamos sendo obrigado a descer na escala de observação. A escala macrorregional é cada vez mais insuficiente como foco de observação. Não dá para analisar o Nordeste como se fosse homogêneo, porque o Nordeste já tem áreas dinâmicas, que recebem esse tipo de investimento seletivo. Há outros tipos de áreas. Não dá mais, também, para analisar só o Sul, que tem áreas dinâmicas mas tem áreas perplexas como as do Nordeste. O Sudeste tem áreas dinâmicas e tem áreas em dificuldades. Para Minas Gerais, esse tipo de exame foi feito recentemente, olhando a dinâmica regional de Minas e os investimentos do “Brasil em Ação”. E chegou-se à mesma conclusão: os investimentos estão sendo feitos nas áreas dinâmicas⁹. A integração do eixo dinâmico do sul de Minas com a região mais dinâmica do Brasil está sendo feita, mas as áreas menos desenvolvidas de Minas estão fora das prioridades do bloco de investimentos federais. O vale do Jequitinhonha está fora, o vale do Rio Doce está fora, o que é área problemática está fora. O analista chega à mesma conclusão quanto à escala de observação em Minas Gerais, que é um estado bom de se estudar, porque é bastante diferenciado internamente. Então, tem-se para Minas a mesma visão que, aqui, estamos percebendo para o país. Minas é muito representativa dessa heterogeneidade do Brasil.

Essa heterogeneidade contém uma mudança importante que, na minha visão, pode estar redefinindo o que se está chamando de “questão regional”. Vamos ter questões regionais em várias macrorregiões do Brasil. Não vai dar mais para discutir somente na escala macrorregional. A grande questão regional brasileira é o Nordeste, como a gente dizia nos anos 50? Não é. Há questões regionais importantes nas outras regiões, como no extremo sul do Rio Grande do Sul. Ao visitá-la numa

pesquisa, a sensação que tive, quando entrei na região, foi a de que estava no semi-árido do Nordeste. Por que era a mesma sensação? Porque vi o mesmo quadro de desmonte, só que era o da pecuária tradicional associada à rizicultura tradicional. Ali também está uma região perplexa, os empresários não sabem o que fazer. Acho que essa é uma mudança que está ocorrendo e que se dá, sobretudo, pela ação seletiva do governo federal, pela ausência de uma política nacional para as regiões brasileiras. Essa ausência, hoje, é um elemento marcante.

Como o Estado brasileiro foi um ator importante no momento anterior – agente relevante de articulação, promotor de desconcentração –, a ausência dele, atualmente, é importante e tem que ser considerada. Além da pouca presença do investimento público – uma presença seletiva no “Brasil em Ação” e no “Avança Brasil”, pois concentrada nos focos de dinamismo –, tem-se a ausência do Estado na coordenação. Não é só a ausência nos investimentos, é a ausência na coordenação. Porque a tarefa do Estado não era só investir diretamente, mas coordenar, de forma articulada, um conjunto de investimentos em várias regiões. Substituindo sua presença coordenadora tem-se, hoje, as regiões se digladiando na “guerra fiscal” que o país tem vivido, sobretudo nos anos 90. Nesse contexto que fragmenta e dispersa iniciativas, conclui-se que, na verdade, a dinâmica de cada região é comandada pelos agentes do setor privado, pelas decisões que eles tomam. O Nordeste viveu uma cena inusitada há uns dois anos, depois da privatização da Vale do Rio Doce, quando Benjamin Steinbruch disse que ia implantar uma siderúrgica na região, comunicando que a colocaria no estado em que o governador conseguisse que a Petrobrás fornecesse o gás natural pela metade do preço. E viu-se os governadores dos quatro estados mais importantes do Nordeste irem à Petrobrás levando aquela proposta. Todos receberam “não” como resposta. E não existe siderúrgica nova no Nordeste até hoje. Então, essa é uma situação diferente, e esse um quadro que está redefinindo e moldando o perfil futuro das regiões brasileiras.

Para voltar ao nosso tema, de acordo com essas novas tendências o que se tem percebido é que a questão regional se redefine em outro rumo e em outras escalas. E tem-se uma macrotendência importante, que é a tendência à fragmentação. Quer dizer, além da tendência à crescente diferenciação interna que se identifica ao descer na escala de observação, quando se sobe à escala macrorregional percebe-se uma outra

macrotendência – a tendência à fragmentação, que não é uma tendência desprezível¹⁰.

O quadro atual e a visão de Furtado

No debate atual, a questão regional – fora da pauta oficial – tem sido tratada nas discussões da academia e da sociedade.

No documento mais recente do governo federal, o programa “Avança Brasil”, a abordagem regional é feita por meio dos chamados “eixos nacionais de integração e desenvolvimento”. Embora se pretenda, aparentemente, abordar o conjunto da diversa e heterogênea realidade regional brasileira, sua concepção permanece presa ao objetivo hegemônico de atrelar as áreas dinâmicas do país à dinâmica do mercado mundial. Permanece próxima à abordagem dos “corredores de exportação” dominante no “Brasil em Ação”. Uma abordagem seletiva que não dá conta da diversidade das situações existentes. O conceito de eixo nacional, nova forma de orientar a ação espacializada do governo federal, só permite, como ele mesmo define, “induzir a interiorização do desenvolvimento em direção às áreas potencialmente mais dinâmicas e, ao mesmo tempo, concentrar esforços em áreas e segmentos capazes de gerar efeitos mais significativos sobre o resto da economia”. Por isso os eixos são organizados em torno de grandes vias, estruturando áreas que apresentam vantagens competitivas, valorizadas por uma maior acessibilidade aos portos do país. A questão regional, ou seja, a estratégia de tratamento das áreas não-dinâmicas, em crise, em reestruturação, é secundarizada.

E onde, portanto, a questão regional aparece? Na verdade, ela está fora da pauta de discussão no debate sobre os rumos do país. E aí reaparece a contribuição de Celso Furtado recolocando, na minha visão, “o dedo na ferida”. Ao voltar ao tema, ele não parte da questão regional. Com propriedade, sua abordagem se faz pelo ângulo da questão nacional.

Furtado parte da macrotendência da fragmentação para fazer a denúncia: o que está acontecendo, na fase recente, não é nem redução nem exacerbação da questão regional, o que está acontecendo é a desconstrução do país. É a interrupção do processo de construção nacional. Portanto, há um desafio, que está em outro nível, para se discu-

tir. Para encarar este desafio é que se vai discutir como será enfrentada essa nova realidade das diversas questões regionais que estão sendo criadas, porque, sobreposta à problemática regional, se tem uma questão mais grave que Celso Furtado recoloca passando para outra escala, a nacional. E está muito clara no seu livro *Brasil: a construção interrompida*¹¹, quando diz que em um país ainda em formação como o Brasil, que na verdade ainda está se construindo, a predominância da lógica das empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas sobre o território conduzirá, quase necessariamente, a tensões inter-regionais. Furtado subordina o debate da questão regional a uma discussão mais ampla. A exacerbação de rivalidades corporativas e a guerra fiscal estão aí presentes.

Por sua vez, Carlos Vainer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem uma abordagem muito interessante ao analisar os novos regionalismos e mostra como essa fragmentação termina, nessas “ilhas de dinamismo”, por criar o que ele chamou de “paroquialismo mundializado”¹². Ao achar que está na ilha dinâmica, a população desse espaço não se identifica mais com o resto do Brasil. Sente-se parte da economia global e se descola do Brasil. Ele mapeou vários exemplos de cidades médias brasileiras que se sentem no padrão mundial e negam o resto do Brasil. Então, destacou um novo tipo de regionalismo que não se conhece no país. O regionalismo dos ricos, negam o chamado Brasil pobre e querem é inserir sua “ilha” dinâmica na economia mundial. É a exacerbação de rivalidades e a formação ampliada de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilização do país como projeto nacional.

Nesse novo contexto, deixo para o debate uma reflexão retirada de livro recente do professor Celso Furtado:

“Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, a um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a ser ameaçada. E nos falta, também, um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades e, principalmente, de nossas debilidades. Mas não ignora-

mos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós”.

Essa é a principal denúncia que Celso Furtado volta, corajosamente, a fazer. Vamos refletir sobre ela. Obrigada.

Notas

1. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, Hucitec, 1990.
2. MELO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1998.
3. GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife, Massangana, 1989.
4. ROBOCK, Stefan H. *O desenvolvimento econômico do Nordeste do Brasil*. Fortaleza, Banco do Nordeste/Etene, 1959.
5. *Uma política para o desenvolvimento econômico do nordeste*. Recife, Sudene, 1967, 2ª Edição.
6. A dança da cadeiras. *Carta Capital*, São Paulo, Carta Editorial, nº 55, 20 ago. 1997.
7. LIMA, João Policarpo. A abertura comercial, rebatimentos regionais e o planejamento: o Nordeste em realce. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 16, nº 29, mar. 1998.
8. CAMPOLINA DINIZ, Clélio. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, IPEA, 1994 e CAMPOLINA DINIZ, Clélio e CROCCO, Marco Aurélio. *Restruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira*. *Nova Economia*, Belo Horizonte, UFMG, v. 6, n. 1, jul. 1996.
9. BRANDÃO, Carlos Antônio *et alii*. “Brasil em Ação”: os possíveis impactos sobre Minas Gerais. *Economia – Ensaios*, Uberlândia, Departamento de Economia, v. 12, n. 2, v. 13, n.1, 1998.
10. PACHECO, Carlos Américo. *Fragmentação da nação*. Campinas/São Paulo, UNICAMP/IE, 1998.
11. FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
12. VAINER, Carlos. Regionalismos contemporâneos. In: *A Federação em perspectiva: ensaios selecionados*. São Paulo, FUNDAP, 1995.

Celso Furtado e a questão regional no Brasil

Wilson Cano

Professor titular do Instituto de Economia
da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

A temática dos desequilíbrios regionais no Brasil está presente em muitas das obras (publicadas ou não) de Celso Furtado, comumente associada à discussão do subdesenvolvimento econômico. Sua dimensão histórica abarca todo o período de nossa formação econômica, desde a Colônia, e suas proposições de diagnóstico e formulação de políticas de desenvolvimento regional surgem a partir da década de 1950. Tal como o grupo cepalino precursor (no qual teve papel importante), suas análises do subdesenvolvimento, associadas ou não à questão regional, partem do momento de maior inserção externa na grande expansão do comércio internacional decorrente da Revolução Industrial, no século XIX, e têm como centro nevrálgico as relações entre o setor primário exportador, o setor de subsistência e a forma como os benefícios do progresso técnico penetram na economia nacional e são repartidos, setorial, regional e pessoalmente.

No caso brasileiro, contudo, ele nos adverte de que as raízes desse processo antecedem aquele momento, situando-se, no caso do Nordeste-

te brasileiro, no século XVI, quando ali foi implantada uma *empresa agrícola de exportação*. Embora, repito, a temática tenha sido tratada em muitas de suas obras, vou me restringir àquelas que considero mais relevantes para este propósito: *Formação econômica do Brasil*, *A Operação Nordeste*, o famoso documento (não assinado) do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, *Dialética do desenvolvimento*, *Análise do “modelo brasileiro”*, *A fantasia desfeita* e algumas passagens de *O longo amanhecer*.

Na primeira parte deste texto, retomo a importante discussão que Furtado faz sobre a agricultura nacional (e regional) de exportação e de subsistência, eixo central de sua análise da formação e do subdesenvolvimento da economia brasileira (e do Nordeste), numa perspectiva histórica que vem desde a Colônia¹. Na segunda, a temática específica é sobre o diagnóstico e a política de desenvolvimento regional, e a última contempla algumas considerações finais.

A agricultura e o subdesenvolvimento brasileiro (*agricultura itinerante*)

Embora seu enfoque esteja centrado na implantação e na dinâmica da chamada *empresa agrícola açucareira* no Nordeste, a partir do século XVI, Furtado vai incorporando o surgimento e a evolução de outras agriculturas posteriores em outros espaços, como as que resultaram das articulações e da crise da mineração (século XVIII), da cafeicultura (séculos XIX e XX), das economias de pequena propriedade do Espírito Santo e do Sul e da agricultura capitalista diversificada de São Paulo, que surge no século XX, e de alguns de seus desdobramentos espaciais.

Embora essas agriculturas tenham apresentado processos diferenciados em vários aspectos (pecuária-algodão-açúcar; escravismo-trabalho assalariado etc.), vão resultar naquilo que Furtado chamou de *agricultura itinerante*, que molda a formação da maior parte de nossas estruturas sociais.

No início, aponta para o fato de que a abundância de terras e a rarefação da população livre não só permitirão a implantação da *plantation* escravista mas também um histórico processo de alta concentração da propriedade fundiária, que seria ainda mais incentivado pela instituição da Lei de Terras, a partir de 1850. À sombra dessa agri-

cultura mercantil-exportadora, desenvolveu-se o latifúndio pecuário, sempre empurrado em direção ao interior, à medida que a atividade exportadora se expandia.

Esta, mesmo diante da profunda depressão causada pela crise açucareira (séculos XVII e XVIII), podia reproduzir-se, em grande parte de forma *natural*, ocupando novos espaços vazios ou nos já ocupados pela pequena agricultura de subsistência, que, por sua vez, também era empurrada mais adiante, ou então incorporada pela pecuária, passando os pequenos produtores a viver sob o *manto protetor* do latifundiário, como *agregados ou moradores de condição*. O domínio da terra, com sua estrutura de propriedade e de renda, estabelecia, assim, a concentração do poder econômico e político regional. Dito de outra forma, a dilatação da fronteira agrícola reproduzia o padrão de concentração da propriedade, da renda e do poder, a “oferta elástica” de mão-de-obra sem propriedade e sem posse, e também a estrutura das relações sociais predominantes: patrimonialismo, submissão e marginalidade social.

No caso nordestino, vinda a abolição da escravatura em 1888, a passagem para o trabalho livre foi apenas formal, dada a negação do acesso à terra aos ex-escravos, que apenas engrossariam o exército de agregados da agricultura de subsistência e os fluxos emigratórios rumo a novas terras vazias, aqui na qualidade de posseiros ou, em outros latifúndios, como parceiros, multiplicando os bolsões de ineficiência produtiva e de pobreza. Fatos semelhantes ocorreram com o declínio da mineração em Minas Gerais, com o deslocamento da população para novas frentes pecuárias ou para a subsistência. Também o café escravista do Vale do Paraíba empurrou a produção de subsistência de antigos homens livres e da pecuária, criando novos bolsões de marginais².

Mesmo nas agriculturas de pequena propriedade (as “colônias”) do Espírito Santo e do Sul do país, embora livres do jugo latifundiário, a dominação do capital mercantil teve forte presença, inibindo a introdução de doses maiores de progresso técnico e estimulando práticas degradantes da agricultura, obrigando-a, assim, a também ser itinerante. Aqui, entretanto, a propriedade dos meios de produção permitiu níveis mais amenos de concentração de renda e melhores condições sociais.

Dessa forma, a grande extensão da propriedade escravista e da pecuária e a pauperização da pequena produção agrícola foram responsáveis pelo baixo nível de progresso técnico nelas introduzido, causan-

do baixa produtividade e predação de recursos naturais, reforçando assim a *circularidade* da pobreza na agricultura de subsistência. Furtado faz ainda uma comparação com o feudalismo europeu, lembrando que nele o servo tinha acesso a terras individuais e coletivas e o senhor tinha certas limitações para fixar a renda da terra, ou seja, para extrair o excedente de seus servos. Dessa forma, ainda que servos, eram regulados por *direitos*. No Brasil, os direitos serviram para impedir o acesso à propriedade e assim impedir a formação de comunidades agrícolas e manter as concentradas estruturas sociais³.

A agricultura cafeeira capitalista de São Paulo, a partir da década de 1880, apresentaria importantes diferenciações em relação às outras. Teve, além da fronteira móvel – por indução da ferrovia –, uma “oferta elástica” de mão-de-obra graças, basicamente, à imigração do exterior e submissível ao trabalho, em virtude do não-acesso à propriedade da terra. Expandiu-se, incorporando novas terras, mão-de-obra, infra-estrutura, gerando nível mais alto de produtividade, diversificando a estrutura produtiva (a partir da primeira década deste século) por estimular o surgimento de uma dinâmica agricultura mercantil (de alimentos e matérias-primas) na mesma região e por avançar sua urbanização⁴.

Contudo, essa crescente ocupação do território paulista provoca em Furtado a seguinte pergunta: “Uma vez estabilizada a fronteira, continuaria a expandir-se a produção agrícola?”. Em seguida, chama a atenção para o fato de que a “extroversão” do modelo argentino-paulista gerou ilações de vários autores, fortemente estimuladas pelas análises de T. W. Schultz sobre a agricultura norte-americana, em que concluía que “dada a baixa elasticidade-renda da demanda de produtos agrícolas, a agricultura só pode expandir-se se o sistema econômico em que está inserida apresentar uma taxa de crescimento superior ao dela mesma”⁵.

E aqui Furtado polemiza com a Cepal e com vários autores que concluíram que a agricultura brasileira teria *respondido* ao crescimento da demanda nacional de produtos agrícolas. Sua crítica crucial reside em que a conclusão acima implica passar

“para segundo plano o saber se agricultura que *responde* a uma demanda dinâmica se está realmente desenvolvendo, isto é, se eleva o seu nível técnico, se permite a melhoria qualitativa do fator humano, se acarreta elevação do nível de vida da população rural”⁶.

A análise de Furtado é clara: a *falsa resposta* esconde que o aumento da demanda de produtos agrícolas seria muito maior se fosse melhor a distribuição da renda e os salários do próprio meio rural, além dos urbanos, e que os preços mais altos dos produtos protéicos constroem essa demanda e diminuem o padrão nutricional do país. Afirma ainda que, enquanto o aumento da oferta agrícola se der em função da expansão da fronteira (e, portanto, menos por aumento do progresso técnico e mais pelo da área), serão baixos os rendimentos físicos da terra e a agricultura continuará *itinerante*, dando continuidade aos processos já comentados.

Com efeito, entre 1930 e 1970 os dados oficiais mostram que apenas 29% da expansão da área de lavouras apresentavam rendimentos físicos mais altos em 1970 do que em 1930, enquanto 43% apresentavam cifras mais baixas. O mapeamento regional da produção também apontava o deslocamento parcial de culturas menos capitalizáveis (arroz de sequeiro, feijão, mandioca etc.) para as áreas mais atrasadas ou de fronteira, onde também se apresentavam os rendimentos físicos menores. O fluxo migratório acumulado nacional (pessoas que viviam fora de seus estados de nascimento), que em 1940 fora de 2,8 milhões de pessoas (das quais 800 mil nordestinos e outro tanto de mineiros), representava 6,7% da população nacional e dirigia-se não apenas à “meca” paulista, mas também à fronteira em expansão (Paraná, Centro-Oeste e Maranhão). Em 1970 o fluxo acumulado era de 11,2 milhões, e agora os nordestinos somavam 4 milhões, os mineiros 3,2 milhões, os paulistas 1,3 milhão e os gaúchos 700 mil pessoas⁷.

Por outro lado, a persistência de uma superpopulação rural implica a manutenção de baixos salários no campo. E sua conclusão só poderia ser a da indispensabilidade de uma *reforma agrária*, com assistência técnica, financiamento e progresso técnico adequados, que pudessem aumentar a produtividade rural e garantir melhor apropriação de seus frutos pelos trabalhadores rurais, o que resultaria em maior demanda de seus produtos no próprio setor rural. Contudo, chama a atenção que isto exige também uma expansão da economia urbana, acompanhada de redistribuição progressiva da renda, que resulte em aumento do emprego e do salário urbanos, estimulando também maior consumo de produtos agrícolas.

Como resultado das dinâmicas dessas agriculturas, todas as regiões do país passam a apresentar “questões regionais”, isto é, setores

com baixa eficiência produtiva (ainda que operando ao lado de outros eficientes), baixos salários, péssima distribuição pessoal da renda e indicadores sociais deprimentes. Ainda que o Nordeste exiba os piores indicadores econômicos e sociais do país, mostrando com isto que é ali que se manifesta de forma mais marcante a *questão regional* no Brasil, esses fatos revelam cabalmente sintomas e sinais evidentes de que o subdesenvolvimento permeia todo o território nacional.

Esse texto de Furtado é de 1972, momento em que se iniciava um processo de modernização (conservadora) da agricultura, graças ao novo e generoso crédito rural subsidiado e centrada em uso intenso de produtos químicos e mecanização, mas basicamente voltada (direta e indiretamente) para os produtos “exportáveis” (soja, milho, trigo, carnes, laranja e rações)⁸. Essa política, embora tenha atingido alguns dos alvos a que se propôs (notadamente metas de exportação e aumento de produtividade), incentivou o aumento da concentração da propriedade fundiária, permitindo a continuidade da reprodução das estruturas sociais vigentes.

O conservadorismo e a enorme especulação de terras (notadamente no Centro-Oeste e na Amazônia) para reserva de valor impediram a oportunidade de, naquele momento, se fazer a reforma agrária⁹. Com efeito, as elevadas taxas de crescimento da renda e do emprego urbanos que se davam naquele momento (1967-1980) teriam possibilitado os suportes urbanos imprescindíveis, segundo Furtado, para o sucesso de uma reforma agrária. Assim, a miséria no campo não diminuiu, e tanto a agricultura (em busca de terra barata) como o trabalhador (em busca de sobrevivência) continuaram a ser itinerantes: é a partir daí que cresce ou se inicia (no caso do Norte) a apropriação de terras (vazias ou já ocupadas) no Centro-Oeste, na Amazônia, e em certas áreas anteriormente ocupadas de Minas Gerais e do Nordeste.

Vistas as estatísticas entre 1970 e 1996, a modernização conservadora conseguiu elevar os rendimentos físicos das principais culturas (de novo, notadamente das exportáveis e das passíveis de maior capitalização, como a do arroz irrigado), desta vez inclusive reconvertendo o uso de parte das pastagens naturais de baixa eficiência. Os deslocamentos geográficos de produtos incluíram também produtos exportáveis, cana-de-açúcar e milho, em busca de maiores extensões de terra, a preços mais baixos e, portanto, com renda maior. A reconversão do uso de

terras nas *fronteiras internas* do Sul e de São Paulo não evitou, entretanto, que a área de lavouras quase triplicasse no Centro-Oeste e na Amazônia, quintuplicando nesta última a área de pastagem. Os fluxos migratórios acumulados somavam 22 milhões de pessoas em 1995 (13,7% da população do país), dos quais os nordestinos eram agora 8 milhões, os mineiros 4,2 milhões, os paulistas 2 milhões e os gaúchos 1 milhão de pessoas¹⁰.

Formação do complexo nordestino

Embora o Nordeste esteja presente em várias partes da *Formação econômica do Brasil*, é nos capítulos 8 a 12 que Furtado apresenta o processo histórico da formação do complexo nordestino, em várias passagens de *A Operação Nordeste* e no capítulo III do documento do GTDN, todos pela primeira vez publicados em 1959.

Mostra que as estruturas econômicas e sociais da região se formam desde a ocupação inicial (século XVI), com a implantação da empresa comercial açucareira, em base escravista, latifundiária e com rígido controle produtivo e mercantil pela Metrópole. Embora essa atividade principal gerasse mercado de *grande dimensão* (para a época), os interesses do comércio exportador-importador (e acrescentaríamos, os do *exclusivo comercial luso*) reduziam os efeitos que sua demanda poderia gerar sobre a própria região, determinando assim um alto coeficiente de importações (de bens de consumo e de capital). Dessa forma, era modesto o fluxo de renda restante destinado à aquisição local de insumos (madeira principalmente) e animais (para carne e tração), e de pagamento de salários aos poucos homens livres que ali trabalhavam.

O açúcar empregava basicamente o escravo africano e pequeno contingente de homens livres. Assim, a estrutura social dominante, embora não majoritária, era a do tipo *senhor-escravo*. A elevada concentração da propriedade e da renda e o trabalho escravo definiam assim uma rígida estrutura econômica, social e de poder.

Além do poder econômico e político, o açúcar também exigia determinadas condições ecológicas, tomando para si as melhores terras da região, a chamada faixa úmida contígua ao litoral. À medida que se expandia, empurrava para o interior (as zonas do agreste e do sertão) as atividades locais de subsistência: a pequena produção (alimentos e al-

godão) e, mais internalizada, a pecuária e o algodão. Estas atividades, embora constituídas por homens livres, tinham basicamente na economia do açúcar seu mercado monetário para seus possíveis excedentes. Por outro lado, a pecuária se formou de forma extensiva, latifundiária e, assim, sua expansão significava maior penetração no interior semi-árido e aumento da concentração da propriedade fundiária.

A saída do invasor (1630-1654) holandês possibilitou-lhe o transplante do conhecimento técnico da produção açucareira para as Antilhas, ali implantando essa atividade. Bastaram poucos anos para a efetiva quebra do monopólio luso, caindo à metade os preços e as quantidades exportadas pelo Nordeste, provocando violenta regressão real e mercantil do açúcar, transmitindo-se a regressão mercantil às atividades de subsistência da região. Contudo, a atrofia mercantil não impediu que a pecuária continuasse a se expandir, num processo de *acumulação natural*.

A regressão, que se estenderia pelo restante do século XVI até o início do XIX, fez com que grande parte da população migrasse para o interior, notadamente para a região ocupada pela pecuária. Os homens livres que aí foram admitidos tornaram-se dependentes (agregados ou moradores de condição) dos latifundiários, praticando relações sociais de produção pré-capitalistas, como a parceria ou a cessão de tempo parcial de trabalho ao latifundiário. A reprodução natural do gado, geralmente combinado com o plantio de algodão (via parceria) e a expansão da pequena produção de alimentos permitiram que a população também se reproduzisse em escala crescente, perfazendo, já no século XIX, pouco mais de 40% da população nacional.

Vinda a abolição (maio de 1888), as frágeis condições econômicas regionais e o não-acesso à terra, para os libertos, fizeram com que essa passagem para o trabalho livre, no Nordeste, fosse apenas formal, engrossando, na verdade, o enorme contingente de homens sem propriedade e sem mercado de trabalho. A rígida estrutura social e política obstaculizou e impediu a transferência de parte desse enorme excedente populacional para a cafeeicultura, que então se expandia no Centro-Sul e que a partir de 1850, com o término do tráfico negreiro, passava a crescer crescentemente de mão-de-obra. O chamado *problema da mão-de-obra*, em que se constituiu a crise do escravismo, só viria a ser resolvido, como se sabe, com a imigração maciça de trabalhadores europeus, marginalizando-se, assim, a mão-de-obra nacional.

Foi preciso uma longa e calamitosa seca (1877-1879), que causou forte dizimação de gado e a morte de 100 mil a 200 mil pessoas, para que o *mandonismo* local não pudesse reter a migração, que crescia, para a atividade extrativa de borracha na Amazônia, então no auge: para lá teriam rumado 250 mil nordestinos nas décadas de 1870 e 1880 e outro tanto no primeiro decênio do século XX¹¹. Seriam “necessárias” novas secas graves para “liberar” parte do excedente populacional nordestino, que passaria, a partir da década de 1920, a engrossar seus fluxos migratórios em direção ao Rio de Janeiro e a São Paulo.

A grande lição que Furtado nos dá sobre o Nordeste é deduzida da análise econômica que fez da região, no clássico *Formação econômica do Brasil*, ao demonstrar a extraordinária *estabilidade das estruturas econômica, social e política* do complexo açucareiro nordestino. Ou seja, a de uma sociedade que mesmo sofrendo aquela longa regressão e depois transitando do trabalho escravo para o livre manteve os pilares básicos com que foi construída: alta concentração da propriedade, da renda e do poder político e uma implacável estrutura de dominação social.

Outra grande lição decorre de sua competente *análise econômica e ecológica* da economia do semi-árido, feita em época em que a degradação ambiental ainda não estava em moda. Suas conclusões – presentes em *A Operação Nordeste* e no documento do GTDN – foram fundamentais para a elaboração do diagnóstico socioeconômico que faria sobre a região.

Furtado mostra o anacronismo da expansão açucareira, empurrando a economia de subsistência para o agreste e para o semi-árido (onde predomina o latifúndio pecuário) e, com isso, aumentando o desmatamento, tornando cada vez mais precário o regime de precipitação das chuvas e, assim, diminuindo ainda mais a capacidade produtiva do solo para a produção alimentar. Excetuam-se a isso as plantas xerófilas, as quais, contudo, são cultivadas em solos pobres, com baixo nível técnico e suscetíveis de substituição por outros produtos similares não-xerófilos, produzidos em outras regiões¹².

Em situações de secas breves e pouco intensas, o regime de precipitação e a estrutura de acumulação de água (em açudes, por exemplo) permitem a sustentação das três atividades, porém com menor rendimento: a policultura alimentar, as xerófilas e o gado. Contudo, quando

a seca é mais intensa e mais longa, os grandes proprietários preservam seu gado com seus açudes ou mudando-o para espaços regionais mais amenos (vales e manchas úmidas), mas a agricultura alimentar plantada no latifúndio (em parceria) ou a pequena produção de subsistência não resistem, ocorrendo forte redução na produção local de alimentos e grandes perdas para os pequenos produtores. Passa a ocorrer, em síntese, a *fome, o êxodo e a perda da pequena propriedade*.

Vista a questão numa perspectiva histórica, a população e o gado foram se reproduzindo em escala ampliada, aumentando o adensamento de gente e de gado numa região de precárias condições ecológicas para a prática de uma agricultura tradicional de alimentos. As perdas desta, nas secas mais fortes, causam a fome e o êxodo, justamente porque é a população de mais baixa renda a mais afetada pela perda do plantio. Logo, nos espaços do agreste e do semi-árido onde a irrigação não puder ser implantada (por razões técnicas ou econômicas), a agricultura de alimentos é contraditória com a ecologia, ainda mais quando há grande adensamento populacional.

Dessa forma, a conclusão inexorável era que a pequena produção de alimentos, no agreste e no semi-árido, sem irrigação, era improdutiva e altamente vulnerável diante do quadro ecológico local. Mas Furtado não concluía, obviamente, como se a concentração fundiária então vigente fosse adequada, e sim pela necessidade de adequar a dimensão da propriedade e o adensamento demográfico às condições ecológicas. Este problema será retomado no tópico seguinte.

Diagnóstico e proposição de uma política de desenvolvimento regional para o Nordeste

*Conscientização política e teórica da questão regional*¹³

O regionalismo brasileiro faz parte de nossa história política e social, tendo se manifestado, sobretudo, em vários movimentos revolucionários regionais do século XIX, em debates parlamentares desde o Império, na vasta produção literária regional e, já em fins do século passado, diante do agravamento do problema das secas no Nordeste. Contudo, o problema ganhou maior destaque na discussão política nacional em fins da década de 1950. Até essa data, a questão regional estava parcialmen-

te circunscrita – no âmbito do discurso político e da tomada de decisões – às chamadas medidas de combate às secas do Nordeste. Não é difícil atinar com as principais razões que estimularam o amplo debate em torno do tema.

No plano internacional, recordemos que o final da Segunda Guerra Mundial desencadeou um conjunto de políticas de reconstrução e de desenvolvimento de reflexões teóricas, que resultaram na criação de instituições internacionais (como o BIRD – Banco Mundial), em planos de ajuda (como o Plano Marshall) e no aprofundamento dos estudos sobre desenvolvimento econômico, desenvolvimento regional e urbano e planejamento econômico. De acordo com esse espírito, na América Latina, a Cepal nos advertia para o enorme e crescente hiato entre as nações ricas e as pobres, diante dos resultados de nossa inserção no sistema de divisão internacional do trabalho, com o que, se não fossem tomadas medidas urgentes e concretas, “as nações ricas tornar-se-iam cada vez mais ricas e as pobres, cada vez mais pobres”. Dela surgiram proposições concretas que objetivavam a superação de nosso subdesenvolvimento (nacional e regional).

É nesse processo que também ocorre o desenvolvimento da chamada “ciência regional” (escola neoclássica de economia regional), formulada principalmente pelas escolas americana e francesa, basicamente durante a década de 1950, que, muito embora incapazes de explicar nossa problemática – porque teoricamente inadequadas –, contribuíram para que muitos se interessassem pelo seu estudo, ampliando a discussão sobre os problemas dos desequilíbrios regionais¹⁴.

Entre a influência da *regional science* e a da Cepal, felizmente foi a desta última que prevaleceu. Embora parcialmente inadequada, ampliou o nível de conscientização política para o tema. Seu principal problema teórico, no que se refere às tentativas de aplicá-lo à dimensão regional de uma nação, consiste em que a concepção “centro-periferia” é válida quando aplicada ao relacionamento entre Estados-nações, mas não o é plenamente entre regiões de uma mesma nação.

Nestas, a diferenciação de fronteiras internas não pode ser formalizada por medidas de política cambial, tarifária e outras, salvo as relacionadas às políticas de incentivos regionais. As regiões, quando muito, guardam marcadas diversidades culturais e históricas, além de estruturas econômicas diferenciadas. No Brasil, a influência cepalina tam-

bém foi grande, entre pessoas e instituições progressistas, e praticamente todas as regiões e seus estados imaginaram nas técnicas de planejamento o antídoto para seus problemas, passando a elaborar enorme quantidade de planos de desenvolvimento regional.

No plano interno, alguns fatos anteriores foram importantes para aquela conscientização: as pressões decorrentes da grande seca de 1877-1879, que resultaram, desde fins do século XIX, em medidas para seu combate, principalmente em termos de construções de açudes e de estradas; a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909, transformada em 1945 no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); em 1946 a Constituição Federal reintroduzia a obrigatoriedade (que constava da Constituição de 1934) de vincular 3% da receita federal ao combate às secas do Nordeste, atribuindo-lhe, nas disposições transitórias, mais 1%; em 1948 eram criadas a Comissão do Vale do São Francisco, com o objetivo de desenvolver aquele vale fluvial, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para produzir e distribuir energia elétrica; as grandes secas de 1951 propiciaram a criação do Banco do Nordeste do Brasil, em 1952.

Cabe destacar que as secas de 1951, 1953 e principalmente a de 1958 tiveram marcada importância nessa tomada de consciência, ao ampliarem consideravelmente o número de “retirantes” nordestinos, que se dirigiam principalmente ao Sul, em busca de sobrevivência. As migrações internas tiveram extraordinária importância para as decisões políticas que seriam tomadas sobre a “questão regional”¹⁵.

Contudo, não foram apenas as secas que desencadearam todas as pressões. Em 1951 e 1952, eram divulgadas as contas nacionais e regionais do Brasil, que continham dados sobre as disparidades das rendas regionais. Pelos censos industriais de 1919 e de 1949, podia-se constatar que as taxas médias anuais de crescimento industrial foram de 7,9% em São Paulo e de 5,4% para o resto do país e que São Paulo concentrava entre 50% e 70% do valor adicionado pelas indústrias produtoras de bens de produção. Em suma, ficava cada vez mais claro que os desequilíbrios regionais tendiam a se acentuar e que poderiam aumentar, diante dos maciços investimentos em infra-estrutura e em indústria pesada decorrentes do Programa de Metas, que se concentravam principalmente em São Paulo, e isto desencadeava pressões políticas das demais regiões, reclamando tratamento prioritário de desenvolvimento.

O arcabouço institucional de apoio regional não se limitaria ao Nordeste. Em 1953 fora criada a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), transformada em 1966 na Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). Em 1956, era criada a SPVERFSP (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País), transformada em 1967 na Sudesul; em 1961, criava-se a Codeco (Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste), em 1967 transformada na Sudeco, e, finalmente, também em 1967, criava-se a Suframa, instituindo-se a Zona Franca de Manaus¹⁶. O sistema de incentivos fiscais, basicamente centrado na isenção total ou parcial do imposto sobre a renda, para subsidiar o investimento privado no Nordeste, a partir da criação da Sudene, seria estendido, em 1963, à região amazônica, tutelada pela Sudam.

O diagnóstico e a política para o desenvolvimento do Nordeste

Embora suas obras mais relevantes para o exame deste tópico sejam *A Operação Nordeste* e o documento do GTDN, é em *A fantasia desfeita* que Furtado, fazendo uma autobiografia do período, revela fatos e detalhes impossíveis de serem percebidos nas duas outras obras.

A formulação da política surgiria em decorrência das pressões políticas já mencionadas, que aumentam a partir da segunda metade da década de 1950. Essas pressões decorriam: das secas, da concentração industrial em São Paulo, dos elevados recursos federais alocados na construção de Brasília, do intenso debate nacional em torno do problema do subdesenvolvimento nacional e regional e do crescimento de vários movimentos sociais reivindicativos (em especial o das Ligas Camponesas). Elas foram canalizadas para o presidente da República (Juscelino Kubitschek), que, também envolvido no debate desenvolvimentista que lastreou sua campanha eleitoral em 1955, havia formulado uma proposta para a América Latina (a Operação Pan-Americana), à semelhança de um “Plano Marshall”, que, entretanto, não sensibilizou suficientemente os Estados Unidos. Assim nasceria a Operação Nordeste.

Furtado havia renunciado a seu cargo na Cepal em 1958, assumindo uma das diretorias do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico), condicionada a que pudesse pensar a questão Nordeste e propor uma política para a região. Ao mesmo tempo, contudo, JK havia criado uma assessoria, junto ao BNDE, para preparar a referida política, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN). Porém, diz Furtado:

“Não havia no Grupo nenhuma pessoa com conhecimento de conjunto da região, e menos ainda economistas especializados em desenvolvimento. Uma equipe assim improvisada, e sem direção competente...”.

Decidiu então elaborar o referido estudo, sem informar ninguém do GTDN, mas sem esperança contudo de aproveitá-lo ainda no mandato de JK, que terminava em 1960.

Com o aumento das pressões e dos conflitos sociais no Nordeste, JK chamou algumas pessoas (entre as quais Furtado) para discutir a questão, e, diante da exposição feita por este, determinou o lançamento da Operação Nordeste em janeiro de 1959. Por decreto, criou o Codeno (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste) ainda em abril e enviou ao Congresso o projeto de lei de criação da Sudene.

O documento básico que sustentava a proposta de uma nova política para a região era o produzido por Furtado (*Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*), que, entretanto, não explicitava sua autoria, atribuindo-a ao GTDN, cuja composição técnico-política era conservadora e, portanto, tolerada pela elite regional. Furtado tinha a certeza de que se assinasse o documento o Congresso não aprovaria a Sudene, finalmente instituída no final de 1959, tendo Furtado sido nomeado superintendente, a despeito das pressões contrárias da bancada legislativa federal nordestina.

A visão que a Sudene apresentava para o Nordeste era distinta daquelas formas oportunistas e assistencialistas até então vigentes, com Furtado imprimindo-lhe a nova visão do desenvolvimento econômico. Como tais, os demais órgãos federais da região, que antes eram incumbidos do atendimento ao “combate às secas”, passavam agora a ser coordenados pela Sudene, enfrentando a chamada “indústria das secas”. Agora os investimentos federais na região seriam objeto de *planejamento plurianual*, ameaçando com isso parte do poder das oligarquias locais. A luta foi feroz, e a vitória foi obtida com o apoio da burguesia

industrial de fora da região, que rapidamente entendeu a proposta reformista e as novas oportunidades de investimento que ela abriria.

Diante do temor da perda de poder pelas várias burocracias que exprimiam a articulação entre os grandes interesses locais e o governo federal, aqueles tentaram impedir a instituição da Sudene no Congresso Nacional, justamente por representantes parlamentares da própria região. A luta maior, contudo, seria para a aprovação do Primeiro Plano Diretor da Sudene, só sancionado em 1961, após longa e dura batalha política.

A política de incentivos ao investimento privado seria, em grande medida, centrada no subsídio ao capital, mediante incentivos fiscais, cambiais e outros, de início só permitidos às empresas de capital nacional, benefício estendido em 1963 também às de capital estrangeiro. A crescente tomada de consciência a que me referi faria com que política semelhante fosse, a partir de 1963, estendida à Amazônia, diversificando a “carteira regional” de investimentos e beneficiando também os investidores dos estados do Sul, que são os maiores detentores das isenções fiscais do imposto sobre a renda.

O diagnóstico contido no documento GTDN tem uma abordagem histórica, realçando o enorme desnível entre a região e o Centro-Sul, apontando o grave fato de que esse processo de diferenciação era cumulativo, tendendo pois a perpetuar e ampliar as diferenças. Concluía, ainda, que as razões fundamentais desse processo – além daquelas inerentes à própria estrutura nordestina – eram:

- a política cambial e a de controle das importações vigente no período subsidiaram fortemente a industrialização do Centro-Sul, punindo as exportações internacionais nordestinas, aliás de débil crescimento;
- dado que o Nordeste praticamente exportava as mesmas mercadorias (açúcar e algodão, principalmente) para o Centro-Sul, decorriam, do câmbio e do comércio inter-regional, perversas relações de troca para a região;
- regressividade maior da carga tributária federal na região; teria ocorrido transferência de capitais privados nordestinos em direção à outra região, só em parte compensados por transferências federais;
- a frágil política de combate às secas, chamada de “solução hidráulica”, que consistia, fundamentalmente, na construção de obras públicas

– notadamente açudes –, beneficiando mais os grandes proprietários e não atuando sobre as causas estruturais.

Além dessas questões, o diagnóstico analisa profundamente as baixas condições produtivas da agroindústria açucareira na zona úmida, o anacronismo ecológico do semi-árido; as possibilidades de deslocar a fronteira agrícola para o Maranhão; a expansão da irrigação nos vales úmidos (São Francisco, principalmente) e na zona da mata; e a débil estrutura industrial, em parte sofrendo de grande obsolescência.

Em seguida apresenta as seguintes proposições:

- *semi-árido*: redução da atividade produtora de alimentos, com o deslocamento de cerca de 1 milhão de pessoas, que seriam assentadas em projetos de colonização no Maranhão, em projetos de irrigação em vales úmidos e na reforma agrária da zona da mata. O documento enfatizava duas questões importantes: 1) que o problema ecológico impunha a necessidade de aglutinação de pequenas propriedades e não a fragmentação; que a produção alimentar só se viabilizaria, com segurança, por meio da irrigação, de enormes custos e dificuldades no semi-árido; 2) que a área deveria, portanto, ser dedicada mais à expansão das culturas xerófilas de exportação (como o algodão arbóreo) e à sustentação da pecuária; 3) o deslocamento humano propiciaria sensível diminuição nos graves efeitos sociais da seca sobre a população mais pobre e melhoria das condições de vida desta, nas novas áreas assentadas;

- *zona da mata*: a baixa produtividade regional do açúcar (30 t/ha ante 50 t/ha em São Paulo) poderia ser substancialmente modificada com melhorias técnicas e apoio financeiro do governo e, com isto, liberar apreciável quantidade de terras para um projeto de reforma agrária. Esta, além de seu objetivo social, era pensada para ampliar a oferta regional de alimentos, cuja demanda (que era precariamente atendida pela agricultura regional) cresceria ainda mais, se realizado o programa de industrialização;

- *irrigação*: elaboração de projeto de lei de irrigação voltado para os interesses sociais, que desse base à política de colonização e de produção alimentar. O item contemplava futuro projeto no vale do São Fran-

cisco (mais tarde realizado) e a contratação de estudos técnicos com empresas internacionais, para diagnosticar o potencial hídrico e de irrigação da região;

- *industrialização*: concebia a instalação de um Centro Autônomo Manufatureiro, para implementar uma *política de substituição regional de importações*. O projeto contemplava quatro objetivos: 1) implantação da pequena siderurgia, com decisivo apoio financeiro oficial, para estimular a atividade da metalurgia de produtos de consumo e de produção; 2) estimular a implantação de indústrias mecânicas simples, com reconhecida demanda local para mecânica simples, implementos agrícolas, móveis metálicos etc.; 3) aproveitamento de matérias-primas locais (notadamente minerais), como cimento, adubos fosfatados e outros, que possibilitassem, inclusive, criar canais de exportação para o mercado nacional; 4) recuperação de indústrias tradicionais (notadamente a têxtil).

Estavam explícitos, nas propostas, outros objetivos gerais, como criar uma mentalidade empresarial na região; introduzir maior quantidade de progresso técnico na economia; criar uma estrutura industrial menos dependente de importações (regionais ou não) e, portanto, com maior encadeamento local; eliminar o atraso agrícola e ampliar suas relações capitalistas de produção; adequar o conhecimento científico da base de recursos naturais aos requisitos do programa; ampliar os níveis de educação e saúde da população etc. No tópico seguinte tentarei fazer um balanço dos resultados, lembrar os percalços sofridos por Furtado e reapresentar algumas observações críticas à proposta.

Alguns problemas e impasses sofridos pela proposta

Estas *considerações finais* contemplam comentários e críticas a três tipos de questões referentes ao tópico anterior, presentes nos documentos citados, sobre: principais fatos que explicariam o crescente distanciamento do Nordeste em relação ao Centro-Sul; o diagnóstico e as propostas; as alterações da política regional após o golpe de 1964.

Mecanismos que teriam agravado a diferenciação Nordeste/Centro-Sul

Antes de entrar nesta questão, cabe advertir que não nego que tais mecanismos, no todo ou em parte, podem se manifestar dentro dos parâmetros da relação de tipo “centro-periferia”, entre nações politicamente organizadas. Diversos trabalhos da Cepal já comprovaram o fenômeno, tanto para o período que vai da crise de 1929 ao imediato pós-guerra como para os anos mais recentes da década de 1970¹⁷.

Dentro de uma nação, sem fronteiras políticas ou alfandegárias internas, esse problema se torna complexo e não se pode apontar um suposto “imperialismo interno” sem precisar seus termos. Mas há que se entender que o verdadeiro problema do chamado “imperialismo interno” é o da concentração automática de capital, por meio da concorrência capitalista que se processa em forma livre, num espaço econômico nacional unificado, onde os interesses privados de maior porte não são efetivamente regionais. Há, em síntese, a concentração em um centro dominante, que imprime os rumos decisivos do processo de acumulação de capital à escala nacional.

Sobre os fatos apontados pelo GTDN para o agravamento da diferenciação entre o Nordeste e o Centro-Sul – principalmente com São Paulo –, resumo aqui a seguinte argumentação¹⁸. No que se refere a possíveis *transferências inter-regionais privadas de capital no sistema financeiro* (em termos de depósitos, aplicações, empréstimos e outras), lembro que o sistema bancário nacional até o final da década de 1950 era precário e não dispunha de grande flexibilidade de aplicações inter-regionais, como hoje. Por outro lado, o exame da relação “empréstimos/depósitos” nas diferentes unidades da federação não apresentou sinais de desequilíbrios importantes, ao mesmo tempo que o Banco do Brasil sempre canalizou para muitas regiões recursos financeiros superiores às disponibilidades locais.

Os argumentos referentes aos *problemas cambiais, de importações subsidiadas* para a indústria e, portanto, prejudiciais aos preços das exportações nordestinas para o exterior e para o resto da nação procedem, mas cabe em relação a eles algumas ressalvas importantes. Ocorre que seria impraticável utilizar taxas cambiais regionalmente diferenciadas, as quais, entretanto, se aumentassem o preço do algodão e

do açúcar exportado pelo Nordeste, provavelmente os tornariam mais caros para o resto do país e, portanto, pouco competitivos com a produção daquelas regiões ou mesmo do exterior. O subsídio às importações industriais não era restrito a nenhuma região e, assim, caberia inquirir por que razões o Nordeste dele não se beneficiou, mas isto nos leva a outras razões que não a cambial. No que tange ao argumento de que as diferenças de câmbio provocaram uma *transferência implícita* de renda para o Centro-Sul, de US\$ 167 milhões entre 1948 e 1956, o fato é correto, mas o próprio Furtado esclareceu que:

“A transferência [de recursos] a que se faz referência nos parágrafos anteriores é do mesmo tipo da que decorre de uma perda na relação de preços de intercâmbio. Portanto, não se expressa em fluxo monetário. A rigor, não se trata de uma transferência de renda e sim de uma baixa de produtividade de caráter econômico”¹⁹.

Contudo, outros trabalhos avaliaram saldos positivos de US\$ 143 milhões para o período 1956-1963 e de US\$ 122 milhões para o período 1948-1968²⁰. Ou seja, a política cambial não foi má para a região durante todo o tempo.

O fato ali apontado de que o comércio com o Centro-Sul (basicamente com São Paulo) tenha sido deficitário “compensando” o déficit externo dessa região também precisa ser mais bem avaliado. São Paulo, entre 1900 e 1950, sempre foi superavitário com o exterior e, em 1949, já detinha 48% da indústria nacional. Tomado o período 1951-59, quando aquela cifra salta para 55,6%, em cinco desses nove anos tanto São Paulo como o agregado “restante do país” foram deficitários, em um ano foram superavitários em suas contas externas, e nos três anos restantes o déficit de São Paulo foi muito maior do que o superávit da outra região. Assim, não são os superávits dos demais estados que explicam o avanço da concentração em São Paulo. Por outro lado, o financiamento do déficit nordestino com o resto do país certamente teve como fontes de financiamento o superávit de seu comércio externo, *mais* o saldo do gasto e das transferências governamentais federais excedentes à arrecadação local.

Sobre o diagnóstico e as propostas

Como o diagnóstico elaborado teve alto nível técnico, seus principais adversários assestaram a crítica no sentido político e ideológico, basicamente contra a reforma agrária, acusando-a de *comunizante*. Dado o momento de efervescência do debate político nacional em torno das reformas de base (agrária, urbana, educacional, tributária e outras) que ocorre entre 1959 e 1964, não é difícil entender a dureza do combate sofrido por Furtado. Ora, naquela época, no Nordeste, terra significava (ainda mais que hoje) *poder*, e as oligarquias locais, além de tentarem impedir a criação da Sudene e a aprovação de seu primeiro Plano Diretor, “torpedearam” Furtado junto à opinião pública e ao governo, mas este, entretanto, deu-lhe sustentação.

Em suma, e ao contrário do que afirmavam muitos de seus críticos, Furtado tentava criar aquilo que o Nordeste nunca tivera, de forma mais avançada: relações capitalistas de produção no campo, numa economia mais eficiente e internamente integrada. Seu projeto de reforma agrária (zona da mata) e de colonização (vales úmidos e Maranhão) era social e economicamente correto: expandir a oferta de alimentos para apoio à industrialização, incorporar ao mercado o homem rural e desconcentrar a renda rural, além de enfrentar a questão ecológica do semi-árido.

Nesta área, sua proposta fundiária era também correta: adequar o tamanho da propriedade (aglutinando as pequenas, em muitos casos) para compatibilizar a baixa produtividade da terra e tentar, de certa forma, especializar a produção agrícola local, de gado e xerófilas. Aqui, contudo, superestimou as condições mercadológicas para o algodão arbóreo, mas naquele momento não poderia prever a futura evolução tecnológica do algodão herbáceo (e de outras fibras químicas), que tornaria problemática a competitividade daquela xerófila.

No que tange à *questão da irrigação*, suas decisões foram igualmente corretas, ao programá-la nas áreas úmidas vazias ou de reforma agrária, diminuindo seu custo e ao mesmo tempo dando melhor condição de produtividade e de renda aos futuros assentados. Para isso elaborou um projeto de lei de irrigação, mas as bancadas regionais no Congresso Nacional tentaram trucidar o projeto e convertê-lo em mais uma sinecura para as oligarquias rurais regionais, obrigando o governo a retirá-lo. Ainda assim, o programa de irrigação teve resultados muito

positivos, seja com a grande quantidade de estudos técnicos de solos, seja com o projeto piloto (2.000 ha) no vale do São Francisco, que seriam extremamente úteis, mais tarde, para a implantação de agricultura moderna em algumas áreas do Nordeste²¹.

A proposta de melhoria técnica na cultura de cana-de-açúcar, que em princípio interessaria aos usineiros, também sofreria sério percalço a partir de 1962, pois os Estados Unidos, diante da crise cubana, fecharam o mercado americano a Cuba, o que causou a elevação do preço do açúcar, e os usineiros não só abandonaram qualquer intento de remodelação, mas, ainda, recrudesceram em seus ataques à reforma agrária na zona da mata.

A colonização no Maranhão também resultou em fracasso, porque quando os técnicos da Sudene chegaram na área pretendida para os assentamentos lá encontraram 50 mil a 60 mil pessoas vivendo em deploráveis condições de vida, com enorme quantidade delas desempregadas, famélicas, sífilíticas, e com prostituição em larga escala. Assim, a Sudene, em vez de executar a colonização, viu-se obrigada a ali instalar um grande acampamento de assistencialismo, para atender aqueles miseráveis e tentar pelo menos contornar a situação.

O projeto de industrialização teve maiores resultados, em que pese ter desconsiderado algumas questões que julgo relevantes, embora explicitasse o conhecimento da dimensão e do momento histórico de sua problemática. Primeiro, por tentar transpor para os marcos de uma região uma *política de industrialização por substituição regional de importações*, “visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira”²². Mas devo esclarecer que nem todas as indústrias programadas se enquadrariam no tipo “substituição regional das importações”, como, por exemplo, as de cimento, de adubos fosfatados ou de transformação de minerais não-metálicos regionais.

Essa tentativa de transplantar para o âmbito regional uma política cepalina de substituição de importações referida ao âmbito nacional era obrigada a compensar precariamente, por meio de incentivos fiscais, cambiais e financeiros, a inexistência de fronteiras políticas regionais protegidas por barreiras tarifárias e não-tarifárias.

A rigor, essa concepção industrializante do GTDN pode ser criticada por não se ter dado conta de que a industrialização que se processava no país, a partir de meados da década de 1950, já não guardava as mesmas

relações que predominaram no processo até então desenvolvido por “substituição de importações”. Em verdade, o cerne da questão da industrialização nacional não residia apenas na implantação de setores modernos (bens de consumo durável e de produção), mas em uma industrialização predominantemente comandada pelo capital estrangeiro ou pelo Estado, de caráter marcadamente oligopolista. Tanto é assim que a principal correção que se fez sobre a primeira formulação da política de desenvolvimento industrial do Nordeste foi, em 1963, a extensão, às empresas de capital estrangeiro, dos benefícios da isenção do Imposto de Renda para os investimentos no Nordeste, antes (1961) restritos às empresas de capital 100% nacional.

Uma outra questão reside no fato de que, desde a década de 1930, a industrialização passava a ser feita em escala nacional, comandada basicamente por São Paulo, que então iniciava o processo de integração do mercado nacional, condicionando-o portanto a uma complementaridade inter-regional ajustada às necessidades ditadas pela acumulação daquele centro dominante. Ou seja, não deu conta da inexistência, já naquela época, de uma oportunidade histórica “concreta” para a criação de um “Centro *Autônomo* (Regional) de Expansão Manufatureira” (o grifo é meu).

Em suma, as políticas de industrialização regional acabaram por apoiar a implantação de moderna indústria comandada por capitais de fora, em maior medida de São Paulo, de onde se originaram cerca de 50% dos investimentos incentivados no Norte e no Nordeste, sendo pequena a participação de capitais locais em ambas as regiões. Mais ainda, o tipo de indústria que ali se instalou pouco teve a ver com o mercado da massa populacional de baixa renda que lá predomina, não solucionando o problema de emprego e muito menos o da concentração da renda urbana²³.

Independentemente do acerto nas escolhas setoriais (metalurgia, minerais não-metálicos, química, recuperação da indústria têxtil e aproveitamento de outras matérias-primas locais), o programa de industrialização teve de conciliar os interesses do grande capital oligopolizado.

O pós-1964

O golpe militar de abril de 1964 liquidou com as proposições reformistas de caráter progressista. Furtado não escaparia à implacável perseguição exercida contra os que professavam aquelas reformas ou que as punham em prática, ou, simplesmente, os “suspeitos”. Destituído da Sudene, teve ainda seus direitos políticos cassados na primeira lista de atingidos, saindo do país com passaporte diplomático.

Com o golpe, a proposta do GTDN foi profundamente atingida, mais nas políticas agrárias e agrícolas do que nas de infra-estrutura e de indústria. Daí em diante, reformas institucionais e de normas de política econômica causariam enorme pulverização do sistema de incentivos regionais fiscais, cambiais e creditícios, que até 1964 estavam concentrados, basicamente, na política de desenvolvimento regional da Amazônia e do Nordeste. A começar, em 1965, pelo novo Sistema Nacional de Crédito Rural, subsidiando principalmente os modernos segmentos voltados para a exportação, basicamente localizados na moderna agricultura de São Paulo e do Sul do país²⁴.

A partir de 1967, ocorreriam várias modificações na política de incentivos fiscais, ampliando-se, consideravelmente, as alternativas para investimentos, que, além daquelas opções regionais, passavam também a contar com opções setoriais, muitas delas sem maiores restrições de localização regional do investimento e algumas rígida ou fundamentalmente localizadas nos próprios centros mais desenvolvidos do país. Assim, a política de incentivos, a partir de 1967, seria estendida à indústria da pesca; em 1968, se incluíriam o turismo, o reflorestamento e a compra subsidiada de ações de sociedades de “capital aberto”; em 1970, seria incluída a indústria estatal aeronáutica (Embraer); e em 1975 o Programa do Alcool.

Isso não quer dizer que tenha desaparecido a perspectiva regional, dado que, para isso, foram instituídos programas especiais, como o Programa de Integração Nacional, o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, e outros, parte deles utilizando também recursos dos incentivos fiscais. Contudo, tais programas estimularam ainda mais a concentração da propriedade rural, tal como o novo Imposto Territorial Rural, ao final da década de 1970, tornando praticamente inócua sua utilização.

O elenco de estímulos seria ainda integrado com as isenções e os créditos tributários concedidos pela política de expansão de exportações de manufaturados. A partir de 1969, seriam estendidas as isenções dos impostos de importação, de produtos industrializados e de circulação de mercadorias aos bens de capital e determinadas matérias-primas (importados ou nacionais), desde que vinculados a projetos de investimentos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial. Por paradoxal que possa parecer, estas isenções eram concedidas com grande liberalidade na alocação regional dos investimentos, fossem implantados em São Paulo, no Nordeste ou em qualquer outra região. Isto fez com que o elenco de isenções, que já havia proporcionado maiores alternativas *regionais* de inversões, passasse também a oferecer maiores opções *setoriais*.

Entretanto, à medida que se pulverizava o montante de recursos provenientes de financiamentos e de incentivos voltados especificamente ao Norte e ao Nordeste, e que, portanto, a política de desenvolvimento regional esmorecia, e com ela suas principais instituições (Sudam e Sudene), paradoxalmente elevou-se substancialmente o crescimento econômico periférico. A razão fundamental para isso, à parte questões específicas de decisão sobre investimentos estatais, como os da Petrobrás e da Telebrás, foi o excepcional crescimento industrial decorrente da política industrial da década de 1970, que tinha como idéia central a de converter o país em um *Brasil potência* e como objetivo maior o de completar a matriz industrial brasileira²⁵.

Para isso era necessário acelerar as exportações agroindustriais modernas e industriais, porque teríamos problemas sérios de balanço de pagamentos, e aprofundar a ampla base regional de recursos naturais, adequando a infra-estrutura. Grande parte desses investimentos (inerentes ao II Plano Nacional de Desenvolvimento) teve que ser localizada na periferia nacional, produzindo o citado alto crescimento do período. Contudo, dois grandes e velhos conhecidos problemas do nosso capitalismo tardio – a estreiteza do financiamento de longo prazo interno e externo – explicitaram seus efeitos negativos. O *sonho* terminaria com a crise da dívida, mas aqueles investimentos maturariam até 1985, esticando ainda o fôlego econômico periférico.

O elevado crescimento industrial aumentou fortemente o emprego urbano e a agricultura itinerante expandiu ainda mais a fronteira agríco-

la. Estes dois efeitos absorveram os enormes fluxos migratórios que saíram da periferia (principalmente do Nordeste e de Minas Gerais), amortecendo, no período, grande parte das tensões sociais e com isso evitando o dissabor que é para as elites a justa distribuição da propriedade. A nação perdeu, mais uma vez, a oportunidade de fazer uma reforma agrária concomitante a um período de alto crescimento do emprego urbano.

Notas

1. O tema desta primeira parte está contido, fundamentalmente, no capítulo 2 de *Análise do “modelo” brasileiro* e ao longo de sua obra magna, *Formação econômica do Brasil*.
2. Ver a respeito o clássico livro de Maria S. de Carvalho Franco *Homens livres na ordem escravocrata*.
3. O debate sobre a questão agrária no Brasil e suas relações de produção no campo constitui importante tema para se aquilatar melhor a profundidade do problema fundiário do país. Uma síntese do pensamento dos principais debatedores desse tema (Alberto P. Guimarães, Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel) encontra-se em KAGEYAMA (1993). Ver também GONÇALVES (1999).
4. Sobre o desenvolvimento do complexo cafeeiro capitalista de São Paulo, ver CANO (1998 A).
5. Furtado está se referindo ao trabalho de Shultz, *Agriculture in an Unstable Economy*, New York, 1945. Uma análise e um resumo dessas posições contrárias e favoráveis estão em CASTRO (1969), p. 77-144. Embora esse autor também conclua pela “resposta adequada” da agricultura, inclui em sua análise a questão da distribuição de renda (que, entre outras razões importantes, também será levantada por Furtado).
6. As citações encontram-se em FURTADO (1972), p. 112-113.
7. Sobre o movimento dessas agriculturas e das migrações, ver CANO (1998 B), capítulo 5.
8. Para um balanço regional da agricultura brasileira do período, ver PAIVA, SHATTAN e FREITAS (1973).
9. Por exemplo, entre 1972 e 1976, na região Norte, a expansão da área agrícola privada foi de 75%, mas, enquanto seu uso com culturas cresceu 46% e o com pecuária 35%, as áreas inexploradas cresceram 70%. O preço de venda de

terras aumentou, entre 1974 e 1976, na região, de 150% no Acre a 180% no Amazonas, enquanto a inflação do período acumulava 50%. Cf. GRAZIANO DA SILVA (1979).

10. Para o movimento no período 1970-1995, ver CANO (1998 B), capítulo 6.

11. O problema da mão-de-obra no século XIX é analisado por FURTADO (1961), capítulos 21 a 24.

12. É o caso, por exemplo, do algodão arbóreo (xerófila) antes cultivado no semi-árido nordestino, que foi perdendo mercado para novos tipos de algodão herbáceo, graças ao desenvolvimento tecnológico deste. Para uma discussão detalhada das condições de operação da agricultura do semi-árido, diante dos problemas da seca e da possibilidade de irrigação, ver CARVALHO (1988).

13. Este tópico constitui, em grande medida, adaptação de partes introdutórias de dois trabalhos anteriores: CANO (1998 A e B).

14. A influência dessa escola na América Latina, e particularmente no Brasil, constituiu forte entorpecimento, principalmente na academia, à correta compreensão de nossos problemas regionais, porque decorrentes dos nossos processos históricos de desenvolvimento capitalista.

15. HIRSCHMAN (1965) apresenta um resumo das principais secas e as medidas políticas adotadas para a questão no período de 1877-1959.

16. Para referências e bibliografia sobre as políticas de algumas dessas instituições, ver CANO (1998 B).

17. Para o primeiro período, ver os citados trabalhos de Prebisch e da Cepal. Para os anos mais recentes, ver PINTO e KÑAKAL, 1971.

18. Atenho-me aqui às razões contidas no GTDN. Em CANO (1998 B), p. 17-44, faço críticas mais detalhadas a um conjunto maior de questões, tanto a algumas das formuladas nesse documento como a outras, de diversos autores. Esse conjunto de *razões* (corretas ou não) se insere na discussão das relações *centro-periferia* entre o Nordeste e o Centro-Sul, mais centradas, contudo, em São Paulo.

19. Cf. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste* (GTDN), 1967, p. 30. Infelizmente, o aparelho estatístico impede o levantamento de um balanço de pagamentos regionalizado com o qual se poderia efetivamente estimar os fluxos de serviços e de capital inter-regionais e os de cada região com o exterior, com o que se poderia esclarecer melhor a questão.

20. Cf. GUIMARÃES (1965), p. 6-12, e ALBUQUERQUE e CAVALCANTI (1976), p. 48-50.

21. Sobre a questão das xerófilas, dos problemas das secas e da irrigação, ver o excelente trabalho de Carvalho (1988).
22. Cf. GTDN (1967), p. 14, 83-86. Mais tarde, na programação da Sudam, também se repetiu a tentativa “substituidora de importações regionais”.
23. Para uma discussão mais ampla sobre o GTDN e as políticas que lhe sucederam, ver: ARAÚJO (1979), ALBUQUERQUE e CAVALCANTI (1976), GOODMAN e ALBUQUERQUE (1974), GUIMARÃES (1989) e MOREIRA (1979).
24. Sobre o papel desse novo sistema de financiamento, ver DELGADO (1986).
25. Para uma análise da questão regional brasileira entre 1970 e 1995, ver Cano (1998 B), capítulo 6.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, R. C. & CAVALCANTI, C. V. *Desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília, IPEA, 1976.
- ARAÚJO, T. B. de. *La Division Interegionale du Travail au Brésil et le Exemple du Nord-Est*. Paris, Université de Paris, 1979, mimeo.
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Unicamp/IF, Campinas, 1998 (A), 4. ed.
- _____. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial em São Paulo*. Campinas, Unicamp/(bana)-IE, 1998 (B), 2. ed.
- CARVALHO, O. de. *A economia política do Nordeste*. Campus, Brasília, 1988.
- CARVALHO FRANCO, M. S. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, IEB-USP, 1969.
- CASTRO, A. B. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro, Forense, 1969, v.1
- DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- FURTADO, C. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, ISEB, 1959.
- _____. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste. Recife, Min. Interior-Sudene, 1967, 2. ed. (texto não assinado pelo autor mas de autoria confessa).
- _____. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961, 4ª ed.

- _____. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, 3ª ed.
- _____. *A fantasia desfeita*. São Paulo, Paz e Terra, 1989, 3ª ed.
- _____. *O longo amanhecer*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- GONÇALVES, J.S. *Mudar para manter: Pseudomorfose da agricultura brasileira*. São Paulo, Gov. Estado de São Paulo/Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1999.
- GRAZIANO DA SILVA, J. F. *A porteira já está fechando?* Rio de Janeiro, Ensaio de Opinião, 1979, v. 11.
- GOODMAN, D. E.; ALBUQUERQUE, R. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1974.
- GUIMARÃES, L. *Evolução do setor externo nordestino*. Sudene, Recife, 1965.
- _____. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife, Massangana, Recife, 1989.
- HIRSCHMAN, A. O., *Política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.
- KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. *Reforma Agrária*, Campinas, ABRA, n. 3, v. 23, set./dez. 1993.
- MOREIRA, R. *O Nordeste brasileiro: uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- PAIVA, R.M., SCHATTAN, S. e FREITAS, C. F. T. *Setor agrícola do Brasil*. São Paulo, IEA, 1973.
- PINTO, A. e KÑAKAL, J. *El sistema centro-periferia 20 años despues*. Santiago, CEPAL, 1971, mimeo.
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *Boletín Económico de América Latina*. Santiago, set. 1962, v. 7.

Subdesenvolvimento: fênix ou extinção?

Francisco de Oliveira

Professor titular de sociologia do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP), diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, professor-visitante da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Uma elaboração original

Apesar de todos os possíveis predecessores que possam ser apontados como inspiradores da teorização cepalina do subdesenvolvimento, de que Celso Furtado é um dos fatores, há poucas dúvidas de que o conceito do subdesenvolvimento como uma formação singular do capitalismo – e não como um elo na cadeia do seqüenciamento que vai do não-desenvolvido ao desenvolvido – é uma criação cuja densidade e cujo poder heurístico explicativo da especificidade da periferia latino-americana só foram plenamente alcançados com os trabalhos da Cepal e sua mais abrangente e aprofundada elaboração pelo nosso homenageado. Além das influências teóricas localizadas a partir da bibliografia de que se serviu, Furtado reconheceu explicitamente no seu conhecido quarteto memorialístico os autores que mais o influenciaram. Haveria que acrescentar, talvez, os nomes de Hans Singer, de Paul Rosenstein-Rodan e de W. Arthur Lewis; os dois primeiros, em seus estudos para a

Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa – que logo se extinguiu com a reconstrução –, pela primeira vez utilizaram o termo “subdesenvolvido” referindo-se à Espanha, a Portugal e à Grécia, e o terceiro em seu clássico trabalho sobre a formação dual da economia em países com oferta elástica de mão-de-obra. Na acepção de Singer e Rosenstein-Rodan, o subdesenvolvimento seria uma etapa do desenvolvimento, o que a Cepal rejeitará.

A economia clássica não formulou, propriamente, uma teoria do desenvolvimento capitalista, embora suas matrizes possam ser reconhecidas no interior dos clássicos. Marx dispõe de uma teoria do desenvolvimento, mas a influência da obra marxiana no pensamento sobre as origens das desigualdades de ritmo e de aceleração que marca a história do capitalismo não chegou a ser importante, depois da derrota da social-democracia nos anos 30. A hegemonia da III Internacional produziu a conhecida “teoria” das etapas, sustentada por Stalin, com o que a capacidade interpretativa do marxismo sumiu pelo ralo. Trotski, mais insistentemente, e Lenin, de forma menos acentuada, colocaram o acento no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo como sistema, mas a elaboração marxista posterior esqueceu-se dessa originalidade e esteve sempre subordinada, na teoria e na prática do movimento comunista internacional, ao etapismo de Stalin. Lenin mesmo produziu o *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, obra esquecida que, a rigor, pode ser considerada a inauguradora dos estudos concretos em torno de uma formação capitalista periférica, que influiu nas estratégias políticas bolcheviques a partir das especificidades do capitalismo russo. De todo modo, essa obra não inspirou nada muito eficaz, teórica e praticamente, no campo marxista, que seguiu abraçando, para propósitos políticos, o etapismo stalinista.

A economia neoclássica-marginalista, hegemônica desde o final do século XIX, tampouco elaborou qualquer teoria do desenvolvimento, façanha praticamente impossível com o absoluto reinado de teorias do equilíbrio. No máximo, difundiu amplamente a teoria ricardiana do comércio internacional para explicar as diferenças entre países, com o que, na verdade, obscureceu o caráter subordinado das desigualdades para transformá-las em atributos dos próprios países “atrasados”.

Todo o pensamento em torno da questão nacional e regional de países “atrasados” mudou a partir dos trabalhos da Cepal. A concepção

ricardiana das vantagens comparativas, que sustentava a tese do desenvolvimento equilibrado, foi contestada com a discussão do que chamei em “A navegação venturosa” de “desvantagens reiterativas”. A trajetória dos termos de intercâmbio entre países industrializados e produtores de matérias-primas e bens primários demonstrou, à saciedade, a falsidade do teorema ricardiano. A Cepal abriu as portas para uma rica produção teórica, que se pode tomar verdadeiramente como um paradigma, nos termos de Kuhn, ou como um vastíssimo programa de pesquisas, tal como Imre e Lakatos propuseram. Mais além: a teorização da Cepal, e de Celso Furtado, transformou-se em ideologia no sentido gramsciano, já que passou a orientar a agenda de discussão e as pautas dos programas econômicos dos países da periferia capitalista, particularmente os da América Latina e, mais tardiamente, na África, pelas contribuições adicionadas por Samir Amin e Arghiri Emmanuel. Sua influência estendeu-se também até a Ásia dos “tigres”. Assim, a teorização sobre o subdesenvolvimento tornou-se, durante cerca de 30 anos, hegemônica no sentido de ter produzido uma interpretação eficaz, moldando as políticas, o comportamento dos atores, chegando até a área cultural, na busca das formas específicas de uma produção que colocasse em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo. A força semântica do conceito tornou-se formidável: os últimos 30 anos da história brasileira e latino-americana foram gastos, pelas ditaduras militares e pelos organismos internacionais na tentativa de destruí-lo. Hoje, as mesmas instituições e a mídia em geral referem-se a países e mercados “emergentes”.

Redefinindo o subdesenvolvimento

Essa original construção teórica não estava isenta de problemas. A complexidade do subdesenvolvimento era mais profunda do que sua abordagem inicial percebia. De fato, embora onexo externo se constituísse mesmo no núcleo da nova formulação, essa percepção era falha no sentido de que custou a ver que o nexo externo era não apenas o núcleo da produção do subdesenvolvimento, mas também o de sua reprodução. Em outras palavras, a dependência, que veio a ser um dos programas de pesquisa – menos que uma teoria – fruto do próprio conceito de subdesenvolvimento, era deliberadamente provocada pelas políticas do nú-

cleo dinâmico do sistema, para além de qualquer teoria conspiratória. Hoje, nas discussões sobre a chamada globalização, esse sentido de uma estratégia fica bastante claro. Mesmo a proposta da dependência não atingia o núcleo do problema; a rigor, ficou-se numa espécie de sociologização do subdesenvolvimento, sem radicalizá-lo no sentido da dominação de classe, que passava necessariamente pelo plano internacional. Também o debate travado a respeito não foi suficiente para deslindar e recuperar a potência explicativa ao conceito cepalino-furtadiano.

Será com Florestan Fernandes que o próprio subdesenvolvimento será redefinido, no sentido de que essa forma do desenvolvimento desigual do capitalismo presente na sua periferia se produz, sobretudo, por uma modernização conservadora cujo processo é caracteristicamente o da “revolução passiva” gramsciana, ou uma modalidade da “via prussiana” na interpretação marxista clássica. O que quer dizer isso? Em primeiro e mais claro lugar, por ser uma modernização comandada pelas antigas classes dominantes agrárias – e aqui o exemplo do Brasil cabe como uma luva –, com uma industrialização regida pela combinação do PSD (Partido Social Democrata) com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Em segundo e necessário lugar, porque a resolução da “questão social”, vale dizer, da criação e do reconhecimento da nova classe social criada pela própria “modernização conservadora”, se dá sempre na forma de uma tutela repressiva, com o que a dominação dificilmente transita para formas democrático-representativas. Toda a história da América Latina, em alguns casos desde as independências, contam essa tragédia sociopolítica, apesar do êxito econômico da empreitada modernizadora, de que, outra vez, os casos da Argentina, de forma mais radical, e do Brasil são exemplares. A redefinição do conceito poderia ser resumida na proposição de que o subdesenvolvimento é a forma de modernização econômica sem revolução burguesa.

A crítica de que os casos de “via prussiana” impuseram, sempre, reforma agrária e intenso programa de educação, ausentes na modernização conservadora brasileira – neste seminário, Maria da Conceição Tavares reiterou essa crítica à minha abordagem –, toma o tipo-ideal weberiano como historicamente real e não como aproximações sucessivas, e se esquece de que no caso italiano não houve reforma agrária, permanecendo o Mezzogiorno como calcanhar-de-aquiles da economia,

nem programa de educação, permanecendo o analfabetismo como uma chaga que apenas o programa do PCI (Partido Comunista Italiano) tomou a sério resolver. O caso japonês também é eloqüente, pois foi tão-somente com a ocupação norte-americana do segundo pós-guerra, sob o general MacArthur, que se impôs, a ferro e fogo, a reforma agrária. Outra vez, assim, o conceito recupera força heurística, capaz de abrir novos caminhos de pesquisa e de ação política. Vale dizer que essa redefinição teórica não teve eficácia política prática, isto é, não foi apropriada pelas classes dominantes no Brasil nem na América Latina, já que a última forma do subdesenvolvimento na exasperação da crise de sua primeira fase desemboca rapidamente em ditaduras militares, com o que sua qualidade hegemônica será fortemente contestada.

O preço pago pelo otimismo cepalino-furtadiano, ao desconhecer a questão operária, obscureceu também a forma autoritária de que necessariamente se revestiria a modernização capitalista; nos termos de Florestan Fernandes, subestimou-se a radical impossibilidade utópico-revolucionária da dominação burguesa na periferia. O impressionante é que o vulcão estava sob seus pés, mas, como ocorre freqüentemente, a teoria, mesmo a mais inovadora, não teve capacidade de percebê-lo, talvez por um excessivo economicismo e por não ter centrado nunca a teorização em torno das formas de Estado que a dominação periférica “requer” para sua realização. Furtado o perceberá, tardiamente, quando nos anos imediatamente anteriores ao golpe militar de 1964 adverte para as virtualidades que a crise dos anos 60 abria para os países. Pôs um dos acentos, a meu ver equivocadamente, no risco de uma revolução “soviética”, por um lado, e, por outro, acertadamente, nas possibilidades de soluções autoritárias pelo lado da direita. Talvez a própria ruptura dos acordos de classe já o impedisse de perceber a qualidade radical do conflito e a forma nova da “revolução passiva” sobredeterminada pelo nexos externo.

Qual é o novo enigma: subdesenvolvimento globalizado?

Embora a adesão acrítica às teses da globalização deva ser posta em xeque, faz-se necessário reconhecer que se tem pela frente uma difícil tarefa de elaboração teórica para dar conta do enigma de uma nova

complexidade – Marramao, recuperando a sugestão teórica da “revolução passiva”, buscou entender o capitalismo contemporâneo por meio do conceito de “complexidade do tardo-capitalismo” –, a qual aparece sobretudo nos processos de financeirização, em escala mundial, da própria produção capitalista. Estudos críticos já realizados, na linha de Paul Hirst e Graham Thompson, Giovani Arrighi, François Chesnais e, entre nós, Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, Luiz Gonzaga Belluzzo, José Carlos Braga e Paulo Nogueira Batista Junior, apontam certamente para a “globalização” – vá lá, usemo-lo por economia – como um sistema fortemente hierarquizado e fechado, no topo do qual os Estados Unidos determinam o comportamento da economia capitalista mundial, e até mesmo o de sistemas nacionais que renitentemente ainda se reclamam do socialismo, como é o caso da China. Assiste-se à rendição, ainda que parcial, da China, buscando ingressar na OMC (Organização Mundial de Comércio), uma espécie de “beijo da morte”, provavelmente, para a autonomia da economia e da sociedade chinesas.

A primeira e mais marcante característica do subdesenvolvimento ancorava no que, em Caio Prado Júnior, era uma espécie de “contemporaneidade defasada”, que Ignácio Rangel chamou, com seu gosto pelo barroco, de “contemporaneidade do não-coetâneo”. Vale dizer, tanto as colônias como o subdesenvolvimento são produções do núcleo dinâmico do sistema – contemporâneos, pois – quanto se afastam dele pelo estatuto escravo da força de trabalho no começo e, em seguida, pelo antiestatuto de liberdade da força de trabalho (mesmo que fosse aquela à qual se referia Marx), isto é, a defasagem. Agora talvez estejamos numa contemporaneidade coetânea, para permanecermos no barroquismo de Rangel, isto é, talvez pela primeira vez na história “nós que nos amávamos tanto” como subdesenvolvidos estejamos no mesmo andamento do núcleo dinâmico – no sentido de que não há mais mediações nacionais que fizeram a especificidade do subdesenvolvimento. A principal mediação suprimida, aquela que controla o próprio sistema, que é *ele*, é a moeda nacional, vetor da violência privada, nos termos de Aglietta e Orléans, o meio de imposição do monopólio legal da violência, base do Estado moderno. Todos os demais traços são inteiramente subsidiários do centro desse furacão: privatizações, destruição do mercado e das empresas nacionais, desemprego, desregulamentação da economia, imediatividade do progresso técnico – o que não

quer dizer dominá-lo nem produzi-lo. A metáfora, por enquanto apenas metáfora, dessa desterritorialização localizada – que corresponde ao simulacro do Estado nacional – é que se trata de províncias do império, em que o nexos externo não é mais filtrado ou mediado por nenhuma força interna, em que não há mais, sequer, subordinação: há apenas ordenação. Creio que o conceito de subdesenvolvimento, para recuperar capacidade explicativa a serviço, evidentemente, das classes sociais nacionais que ainda aspirem à autonomia, deveria reter as características da nova complexidade, para lograr inspirar não apenas teóricos mas um amplo conjunto de forças políticas que assumam a tarefa da transformação. O trabalho teórico-prático de Furtado continuará a ser um dos nossos pontos de partida.

Bibliografia

- AGLIETTA, Michel e ORLÉANS, André. *La Violence de la Monnaie*. Paris, PUF, 1983.
- ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- _____. *A fantasia desfeita*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- _____. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- _____. *Os ares do mundo*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HIRST, Paul e GRAHAM, Thompson. *Globalização em questão*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1999.

- KUHN, Thomas. *A estrutura da revolução científica*. São Paulo. Perspectiva, 1979.
- LENIN, Vladimir I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Moscou, Editorial Progreso, 1979.
- MARRAMAO, Giacomo. A complexidade teórica do “tardo-capitalismo”. In: HOBBSAWN, Eric J. *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, s/d.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes, 1985.
- _____. A navegação venturosa. In: FURTADO, Celso. *Obra*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1983.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Brasiliense, 1970.
- RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957.
- RODRIGUEZ, Octávio. *A teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. São Paulo, Forense Universitária, 1983.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís (orgs.) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, Coleção Zero à Esquerda, 1998.
- TROTSKY, Leon. *A revolução permanente*. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes

Maria da Conceição Tavares

Professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
professora associada da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
e conselheira da Fundação Perseu Abramo

Introdução

Celso Furtado tratou do conceito de subdesenvolvimento – da forma clara e rigorosa que é própria do seu método histórico e analítico – em seu clássico *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, de 1961. Não o definiu como uma etapa necessária pela qual teriam passado todos os países desenvolvidos, mas como um processo histórico particular, resultante da penetração das empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas, constitutivo da expansão desigual do capitalismo. Teoricamente, sua concepção é semelhante ao esquema centro-periferia de Prebisch (1949), mas sua visão é mais completa porque contempla a análise de nossa estrutura subdesenvolvida e a dinâmica da sua articulação interna-externa. Nesta articulação, a composição da demanda preexistente – em

particular o consumo das elites – é formada por indução externa, o que se mantém também no processo de industrialização substitutiva de importações, orientando a penetração do progresso técnico em forma desigual. Assim, apesar do avanço do desenvolvimento industrial, sua auto-sustentação e sua endogenia não estão garantidas, recriando-se periodicamente tanto a restrição externa ao crescimento como a heterogeneidade estrutural de nossa economia e de nossa sociedade.

Sua visão do que é o subdesenvolvimento representa um enorme avanço sobre a dicotomia atraso/modernização e, em particular, sobre a visão “etapista” que predominava nos centros de pensamento hegemônico e também no debate acadêmico e político. Aborda, além disso, o tema da dominação internacional a partir da situação de dependência, recriada permanentemente por meio dos elementos de dependência tecnológica, financeira e cultural que marcam o comportamento das classes dominantes brasileiras e de suas elites dirigentes. Assim, da sua teoria do subdesenvolvimento desprende-se uma teoria da dependência, muito antes das versões divergentes – e pretensamente mais acabadas – de Gunder Frank e de Cardoso e Falleto.

Suas preocupações recorrentes com o tema da construção da nação diante das diversas formas de dominação internacional e do pacto interno de dominação estão presentes em quase todos os seus escritos desde 1964. A separação, para fins analíticos, entre as dimensões econômicas, políticas e sociais do nosso subdesenvolvimento nunca o impediu de ter uma visão histórico-estrutural capaz de abranger as três dimensões, desde *Formação econômica do Brasil* (1959) até *Brasil: a construção interrompida* (1992).

Continuando sua luta incansável pela verdadeira emancipação nacional, marca de sua vida como pensador e homem público, escreveu no duro ano de 1999 dois textos sintéticos que resumem o esforço intelectual de uma vida altamente produtiva: *Brasil: opções futuras e E agora Brasil?*. No primeiro, reflete novamente sobre o que considera a fonte primeira da dominação mundial: o controle das inovações tecnológicas. No segundo, aponta como elemento central de resistência e de possível superação da fratura social a própria formação e o desenvolvimento de uma cultura nacional.

Furtado não desiste nunca da idéia da necessidade de um projeto nacional capaz de animar a reconstrução do Brasil, mesmo quando a

atual conjuntura de desmantelamento do país parece deslocar os resultados desse processo para um horizonte cada vez mais longínquo, como em seu *O longo amanhecer* (1999). No Manifesto da Frente de Esquerda *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho* (1999) – que ele assinou, como a maioria dos intelectuais que ainda continuam na luta de resistência às políticas neoliberais –, a epígrafe é uma frase sua, esclarecedora do estado de espírito do mestre: “Em nenhum momento da nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”. Esta mágoa, que compartilho com paixão, decorre de nosso sentimento comum quanto à situação da nação em matéria de destruição das forças produtivas e da própria desorganização da sociedade.

A visão de Furtado pode ser chamada clássica, na perspectiva dos grandes pensadores brasileiros (marxistas ou não), como ele próprio, Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, que trabalharam, com abordagens distintas, mas, até certo ponto, convergentes, sobre a formação da nação. O foco analítico principal de todos eles esteve centrado no desenvolvimento desigual do capitalismo – com especial ênfase de Furtado no progresso técnico –, tendo em vista explicar tanto a falta de “autonomia” da nossa burguesia para promover o desenvolvimento sustentado do mercado interno como a nossa heterogeneidade social e a ausência de uma ordem interna verdadeiramente democrática. Esta visão continua a ser majoritária na esquerda, porém sem a força analítica do pensamento dos grandes mestres. Do mesmo modo, uma boa parcela da esquerda que se reivindica marxista perdeu a capacidade de repensar e atualizar as teorias do imperialismo, que datam das primeiras décadas do século XX.

Minha visão mais recente do desenvolvimento desigual do capitalismo mundial foi sendo construída como trabalho coletivo de um grupo de economistas políticos do Rio de Janeiro e de Campinas, com a colaboração indispensável do cientista social José Luís Fiori, que introduziu formalmente a geopolítica em nossas análises e reuniu os ensaios mais significativos nos livros *Poder e dinheiro* (1997) e *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (1999). Nosso ponto de partida difere do da escola cepalina: fizemos uma releitura do desenvolvimento do sistema capitalista e de seus esquemas de dominação dando ênfase maior ao dinheiro internacional – e não ao progresso técnico – como

expressão do nexo de dominação do capital financeiro sobre a periferia nos últimos 150 anos. Vale dizer: não usamos o esquema clássico da divisão internacional do trabalho porque ele só parece ter funcionado a contento até o último quartel do século XIX.

Acompanhamos nossa análise de uma visão geopolítica para entender melhor a formação dos centros hegemônicos, tentando reorganizar ao mesmo tempo o conceito de relação entre centro e periferia e o de capitalismo tardio, sem que a hierarquia geopolítica se sobreponha necessariamente à da geoeconomia. O fato de que estas duas hierarquias não se sobrepõem necessariamente pode ser exemplificado pelo caso da Rússia no fim do século XIX. A Rússia podia ser considerada, à época, um país capitalista subdesenvolvido tanto do ponto de vista da heterogeneidade estrutural das forças produtivas e das relações sociais de produção como de sua inserção na economia internacional. Entretanto, dificilmente poderia ser considerada um país periférico na ordem mundial da *pax* britânica, dada sua característica de grande potência européia. O mesmo ocorreu mais tarde com o Japão, na Ásia, do começo do século XX até o fim da Segunda Guerra Mundial.

Nosso debate teórico coletivo está apoiado no método histórico estrutural dos mestres latino-americanos, mas desenvolveu mais o tópico do dinheiro internacional, já utilizado por Prebisch em 1949, quando discutiu a mudança dos centros e a constituição do sistema de Bretton Woods. A questão do padrão monetário internacional não foi, porém, incorporada à escola latino-americana de economia política, que preferiu centrar-se no progresso técnico e na industrialização nacional como uma forma viável de resposta ao subdesenvolvimento. Como se verificaria mais tarde, a industrialização por substituição de importações não eliminaria nem as questões estruturais colocadas por Furtado, nem a situação periférica colocada por Prebisch.

Ao retomar o papel do dinheiro internacional, tentamos reinterpretar algumas visões clássicas do capital financeiro na constituição do sistema de dominação internacional a partir do século XIX. A sagrada aliança entre o poder dos banqueiros e o poder do Estado foi essencial para impulsionar a expansão da “economia mundial”, visão que aparece tanto em Braudel como em Hilferding, embora com distintas combinações espaço-tempo e arquiteturas do “sistema capitalista”. Ambas as abordagens contêm elementos analíticos que nos parecem essenciais para o

entendimento da expansão dos centros de poder mundial e de sua hierarquia. A nosso ver, hoje, mais do que nunca, a existência de um poder de Estado hegemônico central expressa-se tanto pelo “poder das armas” como pela integração global do padrão monetário dominante que permite ampliar o espaço do capital financeiro. O país dominante na organização do centro capitalista pode não estar mais na vanguarda do progresso tecnológico, como aconteceu com a Inglaterra a partir de 1870. No entanto, o seu poder militar foi tão importante para manter a sua hegemonia na *pax* britânica quanto o padrão libra-ouro, que permitiu o domínio internacional de seu capital financeiro. Ambos mantiveram a Inglaterra até 1914 como o centro hegemônico da ordem e do sistema capitalista internacional.

Esta abordagem permite recuperar a evolução das relações cambiantes de dominação dos dois centros hegemônicos sobre as periferias, bem como os esquemas de enquadramento das demais potências de capitalismo tardio. Permite-nos, também, entender melhor o atual estágio de hierarquia fortemente unipolar da ordem capitalista, que pode ser verificado principalmente a partir da retomada da hegemonia norte-americana, no início da década de 1980. A “diplomacia do dólar forte”, como a “diplomacia das armas”, torna mais fácil compreender os contornos da crise contemporânea e os seus impactos distintos sobre as periferias e a ordem mundial. A diplomacia das armas liquidou a potência soviética sem disparar um tiro e a diplomacia do dólar mergulhou a América Latina, ao contrário de alguns países periféricos da Ásia, numa crise de longa duração da qual até agora não conseguimos sair.

Os interesses anglo-saxônicos, atualmente sob o comando dominante do governo norte-americano, impuseram a desregulação sistemática dos mercados de câmbio e de capitais de quase todos os países capitalistas e conseguiram paralisar mesmo uma grande potência tecnológica como o Japão. As políticas imperiais das armas e do capital financeiro redefiniram os espaços das potências intermediárias na hierarquia do sistema capitalista, incorporando a China e a Índia nessa categoria. Esta incorporação, obrigada pelas políticas de desenvolvimento tecnológico-militar de ambos os países, retira-os, pelo menos temporariamente, da condição de países periféricos, apesar de manterem ainda a heterogeneidade econômica e social típica de países subdesenvolvidos. Já o Brasil não só fracassou na tentativa de tornar-se po-

tência intermediária empreendida na segunda metade da década de 1970 – quando muitos supunham, erradamente, que a hegemonia norte-americana tinha terminado – como continua subdesenvolvido e financeiramente mais submetido do que nunca, apesar do grau de desenvolvimento industrial já alcançado em 1980.

A meu ver, o subdesenvolvimento continua não se definindo hoje pela posição do Produto Interno Bruto (PIB) ou mesmo pela produção industrial no *ranking* da produção mundial – como Furtado havia esclarecido em sua teoria original de 1961 –, mas não pode mais ser caracterizado por referência a uma divisão internacional do trabalho clara, como no caso do esquema centro-periferia de Prebisch. A difusão do progresso técnico e a inserção comercial dos países subdesenvolvidos estão sendo sujeitas a um esquema rapidamente mutável, comandado pelas estratégias de concorrência das filiais das grandes empresas internacionais, desde o pós-Segunda Guerra Mundial. Esta estratégia pode ser apoiada, recusada ou modificada pelos países subdesenvolvidos – como demonstra a variedade de experiências na Ásia – por meio de políticas públicas nacionais. Isso vem em apoio do conceito originário de subdesenvolvimento de mestre Furtado e de sua proposta recorrente de um projeto nacional que permita realmente transformar por dentro o país por meio de estratégias nacionais de desenvolvimento. Que atualmente estas idéias tenham de levar em conta o fato novo da “divisão do trabalho intrafirmas internacionais” e o caráter mais acelerado da expansão do capital industrial e da difusão do progresso técnico no após guerra¹ significa apenas que as condições para vencer o subdesenvolvimento mudaram acentuadamente. Isto começou a ocorrer depois da mudança de centro hegemônico e, em particular, depois da retomada da dominação imperial norte-americana na ordem internacional que acentuou o processo de “globalização”, sobretudo dos mercados financeiros, além do controle crescentemente centralizado das comunicações e da informação.

No que se segue, não vou me deter na minha visão monetário-financeira da crise brasileira dos últimos 20 anos (que, no entanto, é importante para entender o que há de novo na nossa subordinação atual), mas tentar retomar algumas das preocupações estruturais de Furtado, não só em homenagem ao mestre, mas para retomar o meu próprio “fio da meada”. O meu caminho intelectual começa com ele, na *Formação econômica do Brasil*, passa pela leitura dos demais mes-

tres brasileiros e latino-americanos e continua com algumas reflexões de minha própria lavra sobre a dinâmica macroeconômica e macroestrutural do capitalismo brasileiro tanto industrial como financeiro. Minhas últimas reflexões vão além do debate entre estagnação e dinamismo e tentam retomar a perspectiva da “longa duração”. No meu último ensaio sobre o Brasil, “Território, império e dinheiro”, de 1999², ficaram pendentes uma série de pontos que considero cruciais para entender a natureza da nossa construção nacional. Estou particularmente interessada em retomar as questões do pacto de dominação interna e da luta de classes, para revisitar o núcleo duro da permanência da desigualdade e do subdesenvolvimento no Brasil. Não se trata, porém, de uma contribuição original a uma teoria geral do subdesenvolvimento ou da dependência, mas de uma releitura, se possível mais analítica, da reprodução de um certo tipo de dominação interna.

No ensaio “Brasil: da República oligárquica ao Estado militar”³, Furtado afirma logo no início que “a miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios”. Este é também meu ponto de partida, embora, a meu ver, não se trate apenas de privilégios, mas da própria forma estrutural em que se constituíram e reproduziram as classes no nosso país. A sua leitura analítica do desenvolvimento capitalista sob o regime militar nunca bateu com a minha, mas sua visão de longa duração das raízes do subdesenvolvimento continua de pé. Assim, a maior homenagem que posso prestar a Celso Furtado é continuar a entabular com ele o debate amigável e respeitoso que vimos mantendo permanentemente há mais de 30 anos. Para isso, devo sair do domínio estrito da dinâmica econômica e mesmo do campo mais radical da crítica à economia política e atrever-me a incursionar pelo território do mestre – o seu método histórico-estrutural –, incorporando na medida do possível o esforço analítico de outros grandes pensadores brasileiros, que também me são próximos intelectualmente, nas suas leituras da formação do Brasil.

Domínio do território e pacto de dominação

Apesar de levar em conta seriamente as determinantes geoeconômicas do desenvolvimento capitalista na formação do Brasil contemporâneo e

as “taras” do nosso passado colonial, sempre tão lembradas, continuo achando que são determinações estruturais insuficientes para explicar de forma satisfatória nossa evolução social e política como país independente. Por força mesmo das características da brutal desigualdade que se foi acumulando – apesar do enorme sucesso econômico do nosso “modelo primário-exportador” e do alto ritmo de crescimento industrial com difusão mais acelerada do progresso técnico nas três décadas do pós guerra até 1980 –, importa-me mais reavaliar o que retardou tanto a construção de uma nação democrática em nosso país. Que tipo de pacto de dominação é este que não nos permite responder à atual crise, ainda que de forma defensiva, sem regressão econômica e social, ao contrário de outros países periféricos de raízes autoritárias que começaram o seu “desenvolvimento capitalista” muito mais tarde? Ora, quase todas estas interrogações pedem respostas estruturais que vão além de qualquer “teoria da dependência”, mesmo na mais rigorosa versão centro-periferia.

Existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira. Assim, a ocupação mercantil e o domínio político do território tornam os “donos da terra” indispensáveis ao pacto de dominação nacional.

O recurso periódico a uma ordem política autoritária centralizada tem buscado também suas razões de Estado na preservação de um território nacional de dimensões continentais e não apenas de suas fronteiras externas. Em particular, quando se trata da expansão capitalista em novas fronteiras territoriais, tem cabido ao governo da União um movimento de centralização de poder para impedir a luta de classes aberta, entre as frações da burguesia agrária e da oligarquia política regional que a representa. Em geral, para as lutas de rebelião regionais da população oprimida, os senhores territoriais locais davam conta do problema. Já para resolver o conflito entre frações da burguesia agrária e de seus representantes políticos regionais foi frequente a intervenção do poder central, que em seguida tinha de renegociar o pacto oligárquico.

A dimensão do território e a sua forma de ocupação são também responsáveis por deslocamentos espaciais maciços da população, sobretudo de migrantes rurais. As mudanças radicais nas condições de vida e de exploração da mão-de-obra que acompanham as violentas migrações internas no século XX não permitiram, até recentemente, a formação de classes sociais subordinadas mais homogêneas e sedimentadas. Desterritorializados e “desclassados”, os trabalhadores brasileiros não tiveram representação política duradoura capaz de um enfrentamento sistemático que pudesse conduzir o pacto de dominação a uma ordem burguesa democrática, isto é, disposta a pactuar os conflitos fundamentais, e não apenas a propor sucessivos pactos conservadores.

Esquemáticamente, podemos enunciar o problema afirmando que a nossa peculiar “revolução burguesa”, começada há pelo menos 150 anos, em vez de permitir a passagem a uma “ordem competitiva”⁴, manteve um pacto de dominação social férreo entre os donos da terra, o Estado e os donos do dinheiro, que se caracterizou, do ponto de vista político, por uma oscilação permanente entre uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário. A explicação para a permanência desta sagrada aliança envolve três ordens de relações estruturais que sustentam o pacto de dominação, mudando apenas a hierarquia espacial da articulação política das elites territoriais, quando o pacto de compromisso oligárquico é desfeito, em geral em decorrência de uma crise de financiamento do Estado, quase sempre ligada ao endividamento externo.

O primeiro fator de natureza estrutural para manter o pacto de dominação é a apropriação privada e concentrada da terra como uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista. É isto que explica o papel permanente do capital agrário na acumulação de capital e na dominação burguesa. Assim, um fator fundador de nosso capitalismo tardio converte-se num elemento fundamental da dinâmica capitalista até nossos dias. A existência de novas formas de “acumulação primitiva”, sempre reinventadas na expansão da fronteira econômico-territorial – periodicamente fechada e reaberta mediante a exploração predatória de recursos naturais, a expulsão e a incorporação de populações locais e imigradas submetidas a todas as formas de exploração conhecidas –, só faz agravar o problema da exclusão econômico-social,

mesmo mais tarde, quando da urbanização metropolitana, que se deve muito mais a esse processo histórico do que à própria industrialização.

O segundo fator estrutural reside nas relações “patrimonialistas” entre as oligarquias regionais e o poder central por intermédio de sua representação política, quando se trata da distribuição e da apropriação dos fundos públicos, numa versão sempre renovada dos “donos do poder”⁵. Estas relações políticas de associação oligárquica alimentaram a formação e as crises periódicas do nosso pacto federativo, as crises de vários governos constitucionais e os sucessivos pactos de compromisso periodicamente refeitos entre as elites territoriais.

Finalmente, as relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional foram a moldura estrutural que enquadrou a formação de nossas elites “cosmopolitas” e o caráter mais ou menos dependente – ou associado – de nossa burguesia com o capitalismo financeiro internacional. Estas relações financeiras desiguais terminam em geral num processo de endividamento externo do Estado, que conduz periodicamente ao estrangulamento das finanças públicas e alimenta os conflitos do governo central com as elites locais por tornar escassos os “fundos públicos”. Por sua vez, essas relações de dependência financeira externa dificultam o processo de arbitragem pelo Estado do valor do dinheiro nacional, como forma de denominação e equivalência geral dos capitais particulares. O resultado histórico é que nossa moeda foi quase sempre inconversível e tende secularmente à depreciação, tornando vulneráveis várias frações da burguesia, além, naturalmente, de prejudicar as condições de vida do povo.

Qualquer que fosse a inserção internacional do capitalismo brasileiro – a primeira altamente expansiva do comércio internacional e a segunda mais restritiva do comércio exterior e mais dinâmica do ponto de vista da indústria orientada para o mercado interno, até chegar à crise das últimas duas décadas –, a importância do capital internacional em suas distintas formas foi indiscutível, exceto no período 1930-1955. Nesses longos 25 anos que se sucederam à moratória de 1931, o Brasil ficou afastado das correntes financeiras internacionais, não havendo entrada significativa de investimento direto estrangeiro, nem de financiamento externo líquido do setor público. Estas foram as duas formas de relações financeiras mais relevantes para explicar a natureza da

associação subordinada do nosso capitalismo tanto no Império como na República Velha e, mais tarde, do período JK em diante.

As crises econômicas mundiais, por sua vez, produziram sempre rupturas, não apenas no processo de acumulação de capital, mas também na estabilidade do domínio pactuado pelas elites políticas. As crises tendem a provocar mudanças na forma de governo e também na composição das forças políticas que dão suporte à “governabilidade”, mantidas, porém, as relações complementares no processo de acumulação de capital entre as frações mercantil-agrária, mercantil-industrial e mercantil-financeira.

O caráter oligárquico fundamental do pacto de dominação burguesa não foi alterado pelas crises sucessivas, mudando apenas a hegemonia política das oligarquias regionais e o peso relativo das frações de classe dominante, mas preservando – em qualquer tipo de regime de governo – as relações de domínio fortemente autoritário e politicamente excludente das “classes subordinadas”. Nossas “modernizações conservadoras” tampouco suprimiram o caráter rentista e patrimonialista de nossas oligarquias no processo de acumulação de capital e de poder. Este caráter, embora modificado, mantém-se tanto na dinâmica da expansão mercantil-agrária como no processo de acumulação urbano-industrial, marcando como característica fundamental os empreendimentos do nosso patronato nacional.

A meu juízo, estas são as raízes estruturais profundas da nossa impossibilidade de “completar a revolução democrática burguesa”, tão sonhada pelas nossas elites progressistas liberais, ou da hegemonia da burguesia industrial, como suposto por vários teóricos da esquerda durante o seu período de crença no “etapismo”. Retomando as evidências históricas que dão suporte a esta tese, podemos alinhar as seguintes considerações:

1) As raras passagens pela democracia política nunca conseguiram estabelecer um Estado de Direito com instituições capazes de conter dentro delas o seu próprio aperfeiçoamento e a moldura de regulação das lutas de classe, mesmo que fossem interoligárquicas, e muito menos tolerar a irrupção dos movimentos sociais urbanos e rurais. As sucessivas mudanças de regime político, da forma autoritária explícita para a forma mais branda de pactos constitucionais democráticos, jamais con-

seguiram incorporar os conflitos verticais das classes populares. A dizer a verdade, os pactos políticos democráticos não foram capazes de aceitar sequer a luta das classes médias e de seus intelectuais – radicalizados em sua indignação contra o arbítrio político das elites e a opressão do poder econômico – e quase sempre terminaram em golpe militar. Esta instabilidade política do pacto conservador deu bastante trabalho à imaginação criadora dos nossos bacharéis nas sucessivas revisões constitucionais a que se dedicam com afinco há mais de um século.

2) Nossas “transições democráticas”, além de periodicamente interrompidas, nunca alteraram o caráter concentrador da acumulação da riqueza capitalista, da distribuição de renda, ou a marginalização econômico-social permanente de uma parcela importante da população. Daí a impressão sistemática de que os ideais reformistas ou revolucionários estão “fora de lugar”, quando na verdade as idéias postas em prática pela chamada “sociedade civil” burguesa estiveram sempre no lugar que lhes competia: manter o poder econômico e político, nem que fosse abrindo mão dos seus princípios “liberais” em economia e, sobretudo, em política. Para manter em expansão o capital e assegurar a propriedade do território ocupado, nunca deixaram de recorrer ao intervencionismo de Estado e ao endurecimento político.

3) O Estado sempre foi chamado a intervir com o propósito de manter a segurança e o domínio das nossas classes proprietárias, ou tentar validar patrimonialmente o seu estoque de capital acumulado. Para isso foram aplicadas políticas macroeconômicas convencionais, qualquer que fosse a natureza da filosofia econômica (liberal, intervencionista, agrarista ou industrialista) das burocracias do poder. A rigor, a releitura das políticas econômicas dos últimos cem anos nos conduziria fatalmente a uma “macroeconomia da riqueza” e não a uma macroeconomia definida pela renda e pelo emprego. Assim, todas as tentativas reformistas visando à democratização da propriedade ou à ampliação dos direitos sociais encontraram sempre resistências ferozes e tenderam sistematicamente a extravasar os limites de tolerância do pacto oligárquico de dominação interna, estabelecido pelo famoso “pacto de compromisso” das elites locais e regionais. Foi preciso uma centralização forte de poder, no Estado Novo, e uma violenta mudança nos “ares do mundo”

para que se estabelecesse a primeira legislação social de enquadramento do mal chamado “mercado de trabalho”.

Creio que há evidências que apontam também para certas características das “rupturas políticas”. Os pactos políticos de governabilidade terminaram entrando em desagregação devido aos conflitos das elites políticas territoriais agravados pelos avanços, embora lentos, da luta de classes vertical. Ambos os conflitos se tornam mais fundos quando ocorre a ruptura periódica do elo frágil entre o dinheiro mundial e o nosso dinheiro local inconversível. Nesta situação, quer se trate de um pacto político liberal, quer seja ele garantido pela ordem interna das armas, é necessário restabelecer o pacto oligárquico mudando as alianças políticas regionais, sempre levando em conta, porém, que São Paulo continua a ser o centro econômico dominante, embora, em compensação, nem sempre esteja no comando do poder político central. É preciso também inventar periodicamente uma nova moeda para garantir o valor do capital privado, seja revalorizando o patrimônio bruto, seja depreciando as dívidas. As políticas monetária e cambial sempre foram, por isso, o instrumento mais usado de política econômica, já que permitem, em última instância, encaixar os passivos privados junto ao Tesouro Nacional, isto é, “socializar as perdas”.

A ideologia da ordem permeia o caráter autoritário que caracteriza os sucessivos regimes de governo depois da proclamação da República e “justifica” as periódicas intervenções militares como exercício de um “poder arbitral”. Ordem e progresso sempre significaram, em última instância, domínio sobre a terra e as classes subordinadas e acumulação “familiar” de capital e de riqueza, qualquer que fosse a inspiração ideológica – positivista ou liberal – das elites no poder. Nunca se conseguiu constituir, por isso, nenhuma espécie de consenso amplo que desse autonomia à chamada “sociedade civil” e permitisse governar de forma democrática e “republicana” o nosso país. As inúmeras Constituições nunca tiveram vida longa e, a rigor, o princípio republicano de que “todo poder emana do povo” foi sistematicamente atropelado pelas “elites” políticas que sempre optaram pelo proverbial “fora do Estado não há solução!”.

Entre a proclamação da República e a instalação do último regime militar, em 1964, as Forças Armadas foram se estruturando com a mu-

dança progressiva da doutrina e da forma de organização das escolas militares e dos estados-maiores, mas afirmando sempre o binômio Ordem e Segurança Nacional, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial. Em 1964, porém, já tinham alcançado uma visão geopolítica e geoeconômica diante da ordem mundial que pode ser sintetizada no binômio Segurança e Desenvolvimento, e que as converteu, de fato, no único “poder nacional”: não mais árbitro da luta política, mas mentor dos destinos do próprio desenvolvimento capitalista associado. Projetos explícitos de “grandeza nacional” só ocorreram, porém, com o Estado Novo de Vargas e com o projeto geiselista, coincidentemente em períodos de crise da ordem mundial. Ambos tinham como objetivo estratégico fazer do Brasil uma potência intermediária com certa autonomia de vô e hegemonia no Cone Sul da América Latina⁶.

Entretanto, nem os projetos “nacional-desenvolvimentistas” nem os sucessivos pactos oligárquicos liberais ou autoritários encontraram tempo, dinheiro ou razão suficiente para levar adiante a reforma agrária e o ensino básico universal, apesar de serem ambos recorrentemente considerados indispensáveis ao desenvolvimento de uma nação moderna, mesmo na voz de certas elites conservadoras mais lúcidas.

Em resumo, o fato de nossa “revolução democrático-burguesa” continuar “incompleta” não se explica cabalmente pelo caráter tardio e periférico do nosso capitalismo, nem pelo caráter atrasado ou de dependência cultural das nossas elites. Tampouco pode ser atribuído ao comportamento dos nossos burocratas de Estado, que sempre procuraram centralizar o poder, já que isso não impediu muitos outros países de capitalismo tardio e periférico de levar a cabo as reformas agrárias e de ensino requeridas pelas suas modernizações conservadoras. As nossas “revoluções pelo alto” sempre foram uma “falsa via prussiana”⁷, entre outras razões, porque as elites dominantes do país não tinham nenhum espaço geopolítico para conquistar nem tampouco estavam em condições de levar o capital monopolista nacional ao seu destino de sustentáculo do progresso técnico autônomo e de “potência”. Nem reformas de base (veto interno), nem potência militar (veto externo)!

Do ponto de vista econômico, o talento multipolar da dominação interna revelou-se, porém, extremamente eficiente, na forma desigual e combinada como foi conquistada e articulada a ocupação capitalista do território nacional, produzindo simultaneamente vários focos de expan-

são do mercado interno e excedentes exportáveis regionalmente diversificados. Produziu-se, com esse processo de expansão territorial, várias burguesias e oligarquias regionais que contrabalançavam a sua decadência econômica “cíclica” com um maior peso político relativo junto ao governo central, onde quer que ele estivesse. O Estado nacional brasileiro, por sua vez, sempre avançou em sua vocação centralizadora a partir de sucessivos conflitos e pactos das oligarquias regionais e destas com as elites de negócios internacionalizados.

A “ordem das elites de negócios”, sem mudar as leis básicas de propriedade (que datam de 1850), sempre foi capaz de mudar as “regras” de aplicação da lei e fazer “contratos de gaveta”, produzindo assim uma sociedade mercantil em constante busca de acumulação patrimonial. Desse modo, não se constituiu nunca uma ordem civil burguesa capaz de se auto-administrar nos marcos da universalização da lei e das “normas de mercado”, tão apregoados por nossas elites bacharelescas e por nossos ministros liberais. Recorrendo periodicamente a golpes militares ou a intervenções políticas salvacionistas, o férreo pacto de poder conservador das classes dominantes não permitiu, até hoje, uma acumulação política de forças populares que levasse a uma participação societária ampliada, capaz de produzir uma verdadeira ordem democrática.

A luta de classes no capitalismo brasileiro

Apesar de 150 anos de crescimento quase ininterrupto, o capitalismo brasileiro não conseguiu nunca completar a conversão das três “mercadorias especiais” – terra, trabalho e dinheiro –, transformando-as em mercadorias gerais “universalizantes”. Nenhum desses “mercados” – fundadores das relações sociais capitalistas de produção clássicas – funcionou a contento no Brasil até o final do século XX e, portanto, a própria constituição das classes é problemática, dando lugar a um sem-número de controvérsias sobre “modos de produção”, relações semifeudais, frações de classe etc.⁸

A luta de classes no Brasil é, portanto, um tema difícil de tratar; ela abrange vários problemas mal-resolvidos que vão da constituição econômica e social das classes até o “espaço” territorial e político do conflito dessas mesmas classes. Mas a dificuldade fundamental do ponto

de vista do avanço da luta das classes populares é o caráter heterogêneo das classes subordinadas.

O chamado “mercado” de terra sempre foi uma ficção, tanto do ponto de vista jurídico como do social. A ruptura das sesmarias portuguesas de 1824 foi consolidada em 1850 pela Lei de Terras, um dos primeiros diplomas que os senhores do Império brasileiro construíram como afirmação de sua condição simultaneamente burguesa e oligárquica. Base de poder territorial das oligarquias regionais, sua intenção “modernizante” é explícita na lei. Estabelece formalmente um “mercado” de terras, já que estas só podem ser obtidas por “compra e venda”, mediante escritura registrada em cartório. Assim nasceu um dos mais antigos e rentáveis negócios patrimonialistas do capitalismo brasileiro: os cartórios privados que dão “fé pública”, onde foram e são praticados verdadeiros estelionatos que geraram a fortuna súbita de vários aventureiros e provocaram a ruína e a expulsão de milhares de ocupantes, posseiros, assentados e trabalhadores da terra. O cadastramento das propriedades na União, nos estados e municípios continua até hoje sendo um verdadeiro novelo, tamanha é a quantidade de camadas sobrepostas de títulos falsos de propriedade. Estimativas recentes dos registros públicos indicam que mais de 80% das propriedades rurais e urbanas não possuem titulação legal.

A discussão sobre os direitos de posse e propriedade, bem como sobre o uso público e social da terra, arrasta-se desde o Patriarca da Independência até os nossos dias. Os “liberais progressistas” do século XIX foram sistematicamente derrotados; os reformistas do século XX tiveram um destino pior: muitos deles pagaram com a cadeia e o exílio suas pretensões de democratização da propriedade. Mas alguns dos que sobraram na década de 1990 esqueceram o que pregaram ao chegar ao poder em 1995: foram e são coniventes com esta “ordem natural” das coisas, invocando mais uma vez as “raízes” no nosso passado colonial.

A terra continua a ser hoje, depois de quase 200 anos da proclamação da Independência, um instrumento de domínio político e de valorização patrimonial privada e nem sequer se tornou – como pregavam Adam Smith e, depois, os economistas neoclássicos – predominantemente um fator de produção. Vejam-se as discussões intermináveis sobre “terra produtiva”, cujo sentido é protelar qualquer avanço sério da tese so-

bre uso social da terra expressa nas Constituições recentes, desde o Estatuto da Terra do governo Castelo Branco.

Sobre o “mercado” de dinheiro, sua permanente regressão, sua colagem e sua ampliação desmesurada e seu caráter eminentemente especulativo nas últimas três décadas têm sido minha obsessão desde 1978⁹. A criação do dinheiro indexado, iniciado na gestão Bulhões-Campos, ganhou foros de verdadeira “ciranda financeira” a partir da criação do mercado financeiro da dívida pública. Isto permitiu ao Estado arbitrar o valor do capital das várias frações burguesas nacionais, privilegiando o capital financeiro bancário, mas mantendo os demais protegidos contra a desvalorização da moeda. Com a colagem do dinheiro nacional ao mercado especulativo internacional, ocorrida depois de 1992, a arbitragem do valor da nossa moeda deslocou-se do poder público para as praças financeiras globais. Como o árbitro político-econômico não é mais o Estado, podemos dizer que terminou o “desenvolvimento nacional associado”, porque não há mais comando interno de decisões sobre a valorização privada do capital. A pergunta cabível não tem resposta, a não ser do ponto de vista político. Conseguirão as elites brasileiras recuperar para o controle do Estado nacional a flutuação do valor da moeda? Se não forem capazes, não haverá denominador comum da riqueza nacional. Afinal, tudo o que era sólido está se desmanchando no ar ou sendo apropriado pelo capital financeiro internacional. Esta é uma das questões que a esquerda tem enunciado com maior clareza.

Passemos agora ao problema da “mercadoria submetida” – o trabalho assalariado. A história da formação do “mercado de trabalho” foi lenta e dolorosa. A fuga para a frente das populações expulsas do território rural ou urbano deu lugar a formas de trabalho e ocupação que reproduziam, na fronteira de expansão da acumulação capitalista, as relações econômicas e sociais desiguais e combinadas que constituem a marca mais forte da heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira. O trabalho só tardia e parcialmente se constituiu como “trabalho assalariado” e, portanto, os trabalhadores, como classe incluída e submetida ao modo de produção capitalista, são apenas uma parte da população economicamente ativa. Uma parcela muito numerosa da população é excluída de forma permanente do chamado mercado de trabalho e empurrada para relações sociais que podem continuar mercantis, mas não

são especificamente capitalistas, alcançando inclusive a marginalidade completa.

O exemplo mais acabado, por sua longevidade, da heterogeneidade de relações sociais é o que aconteceu com a cana-de-açúcar. Trata-se de uma produção resistente e permanente, na qual as formas de exploração de mão-de-obra evoluíram da grande empresa mercantil-escravista predominantemente exportadora, passando pela regressão secular do binômio latifúndio-minifúndio – que se mantém localmente até hoje –, até chegar à agroindústria contemporânea, na qual as relações de produção capturam várias formas desiguais e combinadas de exploração do trabalho.

A precariedade das relações de trabalho dos “homens livres” nas brechas, sobras e resíduos da grande empresa mercantil-escravista repete-se sob mil formas nos períodos seguintes do desenvolvimento do trabalho assalariado, no complexo cafeeiro (integração-expulsão), e mesmo no processo de industrialização (rotatividade, informalidade, terceirização), para não falar da construção civil. O fenômeno continuado de migrações internas gigantescas não tem garantido um *território* comum que permita a contigüidade e a realimentação política da luta das classes subordinadas até o último quartel do século XX. Em verdade, nem sequer permitira, até o fim da década de 1970, o surgimento de uma classe trabalhadora com um partido politicamente unificado, capaz de tentar transformar as lutas locais em luta nacional, ou as lutas corporativas em luta social global. Desse modo, foi extremamente difícil enfrentar o poder concentrado do grande capital, que, apesar de heterogêneo, conseguiu sempre uma unidade conservadora, numa espécie de síntese pelo avesso das três modernidades seculares: a portuguesa, a inglesa e a norte-americana.

A emergência da luta de classes, do ponto de vista de uma “classe trabalhadora” nacional, deu-se lentamente no Brasil. As lutas populares que permeiam a passagem do Império à República ocorreram, com raras exceções, mais entre frações regionais rebeladas contra o chefe local – que encarnava o sistema de dominação dos senhores políticos territoriais – e menos contra a forma de exploração do trabalho, fosse já no grande domínio agrícola, passando pela grande empresa exportadora capitalista, cafeeira e mineradora, até alcançar a forma contemporânea dos grandes complexos agroindustriais e financeiros. Enquanto a

grande empresa capitalista tem pelo menos 150 anos de existência, a organização dos trabalhadores como classe só começou cerca de 80 anos atrás.

Os dois processos históricos que levaram a luta política de classes à colagem com as relações de produção estão ligados às questões agrária e sindical. O primeiro, passado o período dos movimentos espasmódicos de rebelião dos trabalhadores rurais, levou à organização sob a forma de sindicalismo rural, ligas camponesas e, mais recentemente, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). O segundo, ligado à questão sindical urbana, constituiu-se a partir da inserção capitalista assalariada nos portos, fábricas e em grandes empresas públicas e privadas do grande capital associado. Sua representação político-ideológica foi feita historicamente no século XX, em forma descontínua pelos anarco-sindicalistas, comunistas, trabalhistas históricos e mais tarde pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Dadas a brutalidade do sistema de dominação, a recorrência autoritária do sistema político e a exclusão social periódica de frações da população economicamente ativa já incorporada ao mercado de trabalho, as lutas sociais combinam, em várias conjunturas, movimentos sociais recorrentes de resistência à violência dos “senhores” – sejam eles civis ou militares –, com lutas de classe propriamente ditas, além de com movimentos de classes médias radicalizadas.

O periódico desmantelamento ou ilegalidade em que foram colocadas as forças políticas de esquerda tem dado lugar a oscilações frequentes na ideologia dos seus quadros intelectuais e dirigentes. Assim, os partidos de esquerda tendem a passar periodicamente por movimentos recorrentes de insurgência, marchas ou guerrilhas, alianças de classes subordinadas (operário-camponesa) contra todas as classes dominantes e frentes amplas (antiimperialistas e/ou antiautoritárias). Estas alianças se desfazem quando os conflitos se atenuam, quando são derrotados pelas forças da ordem ou quando a tarefa a que se propuseram (restauração democrática) parece terminada. A história é recorrente em todas as décadas, pelo menos a partir dos anos 30 do século XX.

Os partidos da esquerda organizada têm uma história dolorosa no Brasil porque, quase sempre, esta foi interrompida no nascimento. Tornam-se rapidamente ilegais ou, quando legais, não ultrapassam os “partidos de quadros”, com alianças mais amplas determinadas pela con-

juntura e com a maioria dos quadros dirigentes provenientes das classes médias radicalizadas e não dos movimentos populares. Foi assim com o PC (Partido Comunista) e suas dissidências, com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), com os movimentos sociais de estudantes de 1968 e com várias lutas contra a ditadura na década de 1970. No entanto, com o avanço do processo de industrialização e de exclusão social e com a longa duração da ditadura militar, que pôs fora da vida política nacional a geração de esquerda de 1968, surgiu a novidade histórica do Partido dos Trabalhadores, em 1980, que já leva 20 anos de existência legal.

A fundação do PT ocorreu no auge do movimento de massas e da luta pela redemocratização, depois de um longo período ditatorial. Juntou quadros dos movimentos sociais de base (trabalhadores rurais e urbanos), apoiou-se e foi dirigido por quadros do movimento operário renovado e só depois incorporou entre seus dirigentes intelectuais orgânicos provenientes de diversas frações dos partidos de esquerda (dissidências dos PCs, da Ação Popular e trotskistas). Nasceu com um programa de socialismo democrático, por oposição ao socialismo real, antes mesmo da sua derrota histórica, tentando manter a sua própria democracia interna no que tange à discussão ideológica e à organização de tendências. A representação proporcional de todas as tendências na direção nacional de quadros vai mudando de acordo com a sua força territorial, social e ideológica, embora a hegemonia dos quadros paulistas seja inegável, dada a maior concentração econômica e política do capitalismo em São Paulo.

O PT nasceu tardiamente no Brasil, no final da nossa Segunda Revolução Industrial, quando as condições econômicas e sociais sofreram rápida e grave deterioração, a partir da crise da dívida externa. Do ponto de vista das condições internacionais, afirmou-se contra a maré montante do liberalismo que começou a desagregar os partidos de esquerda europeus. A partir do agravamento do desemprego na década de 1990, a organização sindical não diminuiu, mas sofreu um duro golpe com o “desclassamento” de parte dos seus quadros provenientes dos grandes sindicatos urbanos da atividade privada (metalúrgicos e bancários), dos sindicatos rurais e de trabalhadores das empresas estatais.

Os movimentos sociais de base, apesar de sua expansão territorial e de possuírem quadros de organizações de esquerda, nasceram apoiados na Igreja Católica progressista, em franca decadência dentro da

hierarquia eclesiástica e, hoje, praticamente concentrada nos movimentos populares do campo. A maior parte da população marginalizada das grandes cidades tem tomado crescentemente dois caminhos de “socialidade”: as diversas formas de crime organizado e as várias igrejas cristãs não-católicas. Os trabalhadores sem carteira de trabalho assina-da mas altamente imbuídos dos valores da sociedade de mercado, numa espécie de “americanismo tropical”, expandem aceleradamente as igrejas do reino de Deus. Outra vez mais, e para tristeza de todos os iluministas, em particular os do falecido “departamento francês do ultramar”¹⁰, deixam de valer os “universais racionais” e voltam à baila a questão territorial e a questão teocrática, para não falar da proliferação de novos “dirigentes políticos” celerados, provenientes das grandes metrópoles e/ou de novos territórios onde campeia o tráfico de drogas.

O problema da atual crise do movimento dos trabalhadores e do socialismo democrático não é o fenecimento do operário industrial, nem a substituição da luta de classes pelos movimentos sociais – visão dos sociólogos contemporâneos, organizações não-governamentais etc. O problema central é o destino dos partidos de classe. Às dificuldades reais por que passam as classes trabalhadoras no mundo agregue-se, no Brasil, a necessidade de reformular a “questão nacional” diante do avanço do moderno imperialismo, sem voltar à tese cediça da “aliança com a burguesia nacional” para tentar chegar ao poder.

Não conheço nenhuma teoria da “revolução social” aplicável ao Brasil na atual conjuntura: nem a da revolução democrático-burguesa, nem a da revolução socialista, nem a da libertação nacional. O “clamor das ruas”, isto é, as gigantescas manifestações de massas do período de redemocratização, foi substituído pela violência surda ou aberta dos despossuídos, pela luta sindical setorial ou pelos movimentos sociais dos que foram “desclassados” ou desqualificados no período recente de afirmação truculenta das políticas neoliberais. A repressão organizada do Estado foi substituída pela repressão caótica das “forças da lei”, ou pelo terror celerado dos senhores de territórios, reais ou virtuais, da terra, do dinheiro e da droga. Assim, a reconstrução de um Estado democrático e republicano é provavelmente apenas uma aspiração consciente dos cidadãos, isto é, dos incluídos. Mas, e os excluídos da cidadania, como chegarão a ela sem a luta de classes? Esta é a pergunta a que só a evolução dos partidos de esquerda, sobretudo do PT, e das lutas

populares poderá dar resposta na prática. Talvez, por vários caminhos aparentemente divergentes, afinal se encontrem plataformas de luta institucional, social e popular que convirjam para a emancipação das classes oprimidas. Infelizmente as tendências políticas europeias, asiáticas e latino-americanas não nos ajudam muito como “modelo”, nem como apoio em nossas lutas. As tendências regressivas do capitalismo contemporâneo, sob forte hegemonia norte-americana, têm posto na defensiva desde os sindicatos até os políticos conservadores clássicos. O neoliberalismo, como doutrina e como prática, envolveu desde os democratas-cristãos até os social-democratas de todos os matizes que tentaram reagrupar-se sob o grande manto esfarrapado da Terceira Via.

Confusões ideológicas à parte, e mesmo aceitando que o regressismo conjuntural possa ser mais duradouro, só posso terminar este ensaio com as palavras de mestre Furtado na sua constante busca pela existência de uma nação brasileira: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, *o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país*” (grifo meu).

Para nós, militantes de esquerda, esta conclusão nos leva de volta às velhas discussões de mais de um século, oxalá reatualizadas. A primeira delas é a da representação e da participação direta popular nas decisões. Evidentemente, as experiências populares de participação no poder local são de natureza diferente das que afetam os centros de decisões do país. Podem, quando muito, ser um processo de aprendizado de cidadania e de democratização republicana na organização popular da sobrevivência e da vida cotidiana. Participar dos centros de decisão, isto é, dos poderes centrais, sobretudo do Executivo, não significa apenas ganhar a eleição; passa pelo problema das alianças políticas de sustentação para exercê-lo, mantendo a hegemonia das classes trabalhadoras.

Para os que sofrem a tentação da “tomada do poder revolucionário”, convém lembrar que a revolução socialista inspirada na idéia de “ditadura do proletariado” não se deu na tomada do Palácio de Inverno, mas com a derrota do exército branco pelo exército vermelho e, posteriormente, com a ditadura do partido sobre as duas burocracias, civil e militar, do Estado. Esta ditadura, por sua vez, deu lugar a desastres totalitários e posteriores regressões que se querem evitar. Por outro lado, é difícil definir socialismo democrático senão como um processo de

luta de classes que deve ser conduzido por partidos de trabalhadores abertos a todas as experiências de participação popular autônoma.

Finalmente, a “questão nacional” volta à tona com mais força que nunca nos países da periferia, porém, desta vez, dificilmente será vitoriosa a hipótese do populismo ou do autoritarismo nacionalistas. Não se trata, tampouco, de ressuscitar a tese da “burguesia nacional”, até porque os centros de decisão do país estão escapando ao controle do seu pacto de dominação interno, velho, de 150 anos. O imperialismo, em seu atual estágio de “globalização”, tornou mais destrutivo que nunca o poder do dinheiro internacional, retomando algumas das suas políticas clássicas, sem permitir, no entanto, a internacionalização do mercado de trabalho, nem a ampliação da luta de classes internacional, típicas do final do século XIX, ou as lutas bélicas interimperialistas do século XX. Assim, a luta capital *versus* trabalho e a luta nação *versus* império estão ambas na ordem do dia, mas se apresentam cruzadas de forma inusitada e não como enunciadas no marxismo clássico, ou mesmo na experiência prévia latino-americana.

O Brasil, por ser um país excêntrico à ordem capitalista central – embora submetido a ela –, nunca sofreu ameaça bélica externa a seu Estado nacional, mas tampouco conseguiu construir uma nação democrática e independente do ponto de vista dos interesses das classes subordinadas. Permeado por conflitos sociais de toda a natureza, dispõe, porém, de fortes organizações nacionais dos trabalhadores e do maior partido de esquerda da América Latina, tendo, portanto, condições de travar uma luta de classes original. A condição lógica, mas não “historicamente necessária”, é que os espaços de conflito populares de múltiplas dimensões possam tornar-se convergentes pela primeira vez em nossa história. Desse modo, as lutas da conjuntura, se orientadas por uma coordenação política nacional flexível, mas lúcida, podem ser capazes de alterar as tendências de longa duração do nosso capitalismo tardio e autoritário. Os avanços populares estão sendo conquistados palmo a palmo, mas a resistência popular está sendo acompanhada de mudanças estruturais não controláveis. Seja como for, a história está aberta, a luta está se espalhando e se aprofundando e o futuro já começou.

Notas

1. FAJNZYLBBER, Fernando. *Estratégia industrial e empresas internacionais: posição relativa da América Latina e do Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1971.
2. TAVARES, M. C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
3. FURTADO, C. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, C. (coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3ª ed.
4. ver FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
5. FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958.
6. Os dois projetos encontraram como limite o poder da potência dominante quando ela, completadas as suas “tarefas” na reorganização da ordem mundial, sempre retoma o seu projeto de domínio absoluto na região, expresso desde a Doutrina Monroe.
7. FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.
8. A literatura sobre o assunto é interminável, embora mais recentemente tenha predominado a escola de sociologia paulista, fundada sob a orientação de Florestan Fernandes, que afirma o caráter burguês do pacto de dominação. Embora as análises da dependência de F. H. Cardoso e do populismo de F. Weffort tenham perdido sua eficácia intelectual, o mesmo não aconteceu com a contribuição de M. S. C. Franco para o entendimento do lugar dos excluídos. O seu clássico *Homens livres na ordem escravocrata* pode ser estudado com proveito até hoje, embora sua análise sociológica das relações de violência familiar predominante de então tivesse de ser completamente reatualizada por causa das condições distintas que prevalecem nas “comunidades clausuradas” das grandes metrópoles contemporâneas.
9. A instauração de nossa ciranda financeira interna (na década de 1970) foi objeto de um capítulo da minha tese de titular (*Ciclo e crise*, 1978), do livreto que escrevi com J. C. Assis, *O grande salto para o caos*, de 1985, e, desde então, continuei sem parar, até quase me tornar uma “monetarista de esquerda”. Na verdade, minha volta às reflexões sobre desenvolvimento interno e “projeto nacional”, que mestre Furtado nunca abandonou, prende-se tanto à

minha situação de militância como ao impasse em que se encontram mergulhadas a economia e a sociedade brasileiras deste fim de século.

10. ARANTES, P. *Um departamento francês no ultramar*. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

Bibliografia

CARDOSO, F. H.; FALLETO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 1958.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

FIORI, J. L. Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia. In: FIORI, J. L. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro, Insight Editorial, 1995.

_____. e TAVARES, M. C. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

_____. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, IEB/USP, 1969.

FRANK, A. G. *Capitalismo e subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires, Signos, 1970.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

_____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

_____. Brasil: da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, C. (coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3ª ed.

_____. *Os ares do mundo*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

_____. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

_____. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. *E agora Brasil?* Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, nov. 1999.

- _____. Brasil: opções futuras. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, UERJ, set. 1999, v. 3, nº 2, jul./dez. 1999.
- TAVARES, M. C. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, Unicamp, IE, 1998. In: *30 anos de Economia – Unicamp*, nº 8. Originalmente apresentada como tese para o concurso de professor titular à FEA/UFRJ, 1978.
- _____. e ASSIS, J. C. *O grande salto para o caos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- _____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- WEFFORT, F. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, C. (coord.). *Brasil: tempos modernos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 3ª ed.

Cronologia

Celso Furtado

- 1920 – *26 de julho*: nascimento em Pombal, no sertão paraibano, filho de Maria Alice Monteiro Furtado, de família de proprietários de terras, e de Maurício de Medeiros Furtado, de família de magistrados. É o segundo dos oito filhos que terá o casal.
- 1927 – A família fixa residência na cidade da Paraíba, capital do estado.
- 1932 – Início dos estudos secundários, no Liceu Paraibano, e no Ginásio Pernambucano, no Recife.
- 1939 – Chega ao Rio de Janeiro, indo morar em pensões no Flamengo e na Lapa.
- 1940 – Entra para a Faculdade Nacional de Direito. Trabalha como jornalista na *Revista da Semana*.
- 1942 – *Semana Santa*: viagem a Ouro Preto, para reportagem com a equipe do cineasta Orson Welles.
- 1943 – Aprovado no concurso do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público) para assistente de organização, e no de técnico de administração do Departamento do Serviço Público do Estado do Rio, indo trabalhar em Niterói.
- 1944 – Cursa o CPOR (Corpo de Preparação de Oficiais da Reserva), no Rio de Janeiro. Escreve artigos sobre administração e organização para a *Revista do Serviço Público*, do DASP.

- Novembro*: conclui a Faculdade de Direito. É convocado para a Força Expedicionária Brasileira (FEB).
- 1945 – *Janeiro*: embarca para a Itália como aspirante a oficial da FEB. Acampado na Toscana, serve como oficial de ligação junto ao 5º Exército norte-americano.
- Agosto*: retorna ao Brasil.
- 1946 – Ganha o prêmio Franklin D. Roosevelt, em concurso promovido pelo Instituto Brasil–Estados Unidos (IBEU), com o ensaio “Trajetória da democracia na América”. Colabora para a revista *Ciência Política*. Publica, por conta do autor, seu primeiro livro, *De Nápoles a Paris – Contos da vida expedicionária*, sobre a presença brasileira na Itália durante a Segunda Guerra.
- Dezembro*: segue para Paris, onde se inscreve no curso de doutorado em economia da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (Sorbonne) e no Instituto de Ciências Políticas. Envia reportagens e artigos para a *Revista da Semana*, *Panfleto* e *Observador Econômico e Financeiro*.
- 1947 – Integra a brigada francesa de reconstrução de uma estrada na Bósnia, perto de Sarajevo. Com o pintor Carlos Sclier e a pianista Anna Stella Schic, participa do Festival da Juventude, em Praga.
- 1948 – *Junho*: doutor em economia pela Universidade de Paris, com a tese *L'économie coloniale brésilienne*, dirigida por Maurice Byé, obtendo a menção *très bien*.
- Agosto*: retorna ao Brasil, retoma o trabalho no DASP, em Niterói, e junta-se ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas, trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*. Casa-se com Lucia Tosi.
- 1949 – *Fevereiro*: instala-se em Santiago do Chile para trabalhar na recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas que se transformará na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo. Dedicar-se a pesquisas e elabora seus primeiros escritos de economia. Nasce seu filho Mário.
- 1950 – O economista argentino Raúl Prebisch assume a secretaria-executiva da Cepal e o nomeia diretor da Divisão de Desenvolvimento. Durante a permanência na Cepal, que se estende até 1957, será encarregado de missões em diversos países latino-americanos: Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica.

- Março*: a *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, publica seu primeiro ensaio de análise econômica, “Características gerais da economia brasileira”.
- 1951 – Visita universidades dos Estados Unidos para informar-se sobre o debate, que então se inicia, em torno dos aspectos teóricos do desenvolvimento.
- 1952 – *Setembro*: a *Revista Brasileira de Economia* publica “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, seu primeiro artigo de circulação internacional, traduzido para o *International Economic Papers*, órgão da Associação Internacional de Economia que veicula contribuições à teoria econômica apresentadas em outras línguas.
- 1953 – Instala-se no Rio de Janeiro para presidir o Grupo Misto Cepal-BNDE, com economistas das duas instituições, que elaborará um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, será a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.
- 1954 – Publica *A economia brasileira*, seu primeiro livro de economia, sobre a teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Com um grupo de amigos, cria o Clube de Economistas, no Rio de Janeiro, que lança a *Revista Econômica Brasileira*. Nasce seu filho André.
- 1955 – *Outubro*: de volta à sede da Cepal, recebe a incumbência de dirigir um estudo sobre a economia mexicana.
- 1956 – *Janeiro*: muda-se para a Cidade do México. Publica, no Brasil, *Uma economia dependente*.
- 1957 – Afasta-se da Cepal, com uma licença sem vencimentos por um ano. Profere uma série de dez conferências no ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Rio de Janeiro, sobre “Perspectivas da economia brasileira”, reunidas em livro no ano seguinte.
- Setembro*: segue para a Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde por um ano faz estudos de pós-graduação no King’s College. Aí escreve *Formação econômica do Brasil*, fruto de sua reflexão de dez anos sobre a realidade econômica brasileira.
- 1958 – Retorna ao Brasil, desliga-se definitivamente da Cepal e assume uma diretoria do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico).

É nomeado pelo presidente Juscelino Kubitschek interventor no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Econômico do Nordeste (GTDN). Elabora para o governo federal o estudo *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*, que dá origem ao Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno), constituído por representantes de órgãos do governo federal e pelos governadores de nove estados do Nordeste. É nomeado seu secretário-executivo.

1960 – O Congresso Nacional aprova a lei que cria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão com sede em Recife. É nomeado seu superintendente.

1961 – Encontro em Washington com o presidente John Kennedy, cujo governo decide apoiar um programa de cooperação com a Sudene.

Encontro com o ministro Ernesto Che Guevara, chefe da delegação cubana à conferência de Punta del Este, na qual se discute o programa da Aliança para o Progresso.

1962 – Nomeado, no regime parlamentar do presidente João Goulart, o primeiro titular do Ministério do Planejamento. Elabora o Plano Trienal, que é apresentado ao país pelo presidente por ocasião do plebiscito visando a confirmar o parlamentarismo ou a restabelecer o presidencialismo.

1963 – Deixa o Ministério do Planejamento e retorna à Superintendência da Sudene, no Recife. Concebe e implanta a política de incentivos fiscais para os investimentos na região.

1964 – *31 de março*: informado do levante militar, junta-se ao governador Miguel Arraes, no palácio do governo de Pernambuco.

4 de abril: está em Brasília quando é publicado pelo governo militar o Ato Institucional nº 1, que cassa os seus direitos políticos por dez anos.

Meados de abril: embarca no Rio de Janeiro para Santiago do Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (ILPES), ligado à Cepal.

Setembro: muda-se para New Haven, Estados Unidos, onde assume o cargo de pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Faz conferências em diversas universidades norte-americanas e participa de vários congressos sobre a problemática do Terceiro Mundo.

- 1965 – *Setembro*: a convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, assume a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico. É o primeiro estrangeiro nomeado para uma universidade francesa, por decreto presidencial do general De Gaulle. Permanecerá nos quadros da Sorbonne por 20 anos.
- 1968 – *Junho*: vem ao Brasil pela primeira vez após sua cassação, a convite da Câmara dos Deputados, para debater a economia brasileira. As conferências proferidas na Comissão de Economia da Câmara, em Brasília, são reunidas no livro *Um projeto para o Brasil*, lançado no Rio de Janeiro e São Paulo poucas semanas antes do AI-5.
- 1970 – No correr do decênio que se inicia, viaja para vários países da África, Ásia e América Latina, em missão de agências das Nações Unidas.
- 1972 – Passa um semestre como professor na American University, em Washington D. C.
- 1973 – *Setembro*: inicia seu ano letivo como professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, ocupando a cátedra Simon Bolívar. É feito *Fellow* do King's College.
- 1976 – Passa um semestre como professor na Columbia University, em Nova York.
- 1977 – Dirige um seminário sobre Problemas Brasileiros na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- 1978 – Integra o Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, fazendo por três anos uma série de viagens ao Japão.
- 1979 – Após a anistia, retorna com freqüência ao Brasil, reinserindo-se na vida política. Filia-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), e torna-se membro do diretório nacional. Casa-se com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar.
- 1982 – Como diretor de pesquisas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, dirige em Paris, durante três anos letivos, seminários sobre a economia brasileira e internacional.
- 1985 – *Janeiro*: é convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. *Agosto*: é designado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Européia, em Bruxelas, assumindo o posto em outubro.

- Integra a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição.
- 1986 – *Março*: é nomeado pelo presidente José Sarney para o cargo de ministro da Cultura, sendo o responsável pelo primeiro projeto de lei de incentivos fiscais à cultura.
- 1987 – Integra a *South Commission*, criada e presidida pelo presidente Julius Nyerere, e formada exclusivamente por países do Terceiro Mundo para formular uma política para o Sul.
- 1988 – Pede demissão do cargo de ministro da Cultura, retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior.
- 1993 – Nomeado membro da Comissão Mundial para a Cultura e o Desenvolvimento, da ONU/UNESCO, presidida por Javier Pérez de Cuéllar, cujo relatório é apresentado em 1995.
- 1996 – Integra a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO.
- 1997 – É organizado em Paris, pela *Maison des Sciences de l'Homme* e a UNESCO, o congresso internacional “A contribuição de Celso Furtado para os estudos do desenvolvimento”, reunindo especialistas do Brasil, Estados Unidos, França, Itália, México, Polônia e Suíça.
- Fevereiro*: é criado pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo, com sede em Trieste, o Prêmio Celso Furtado, a ser conferido a cada dois anos ao melhor trabalho de um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política.
- Agosto*: é eleito para a Academia Brasileira de Letras.
- 1999 – É promovido pela Fundação Perseu Abramo, pela PUC-MG e pelo Conselho Regional de Economia de Minas Gerais o seminário “Celso Furtado e o Brasil”.
- 2000 – Acontece, em Recife, o Seminário Internacional “Celso Furtado, a Sudene e o futuro do Nordeste”. A Universidade de São Paulo organiza o seminário “Novos paradigmas do desenvolvimento”.
- É Doutor Honoris Causa das universidades Técnica de Lisboa, Estadual de Campinas (Unicamp), Federal de Brasília, Federal do Rio Grande do Sul, Federal da Paraíba e da Université Pierre Mendès-France, de Grenoble, França.

Bibliografia de Celso Furtado

Livros

Contos da vida expedicionária – de Nápoles a Paris. Rio de Janeiro, Editora Zelio Valverde, 1946.

L'économie coloniale brésilienne. Paris. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris. Paris, junho de 1948.

A economia brasileira. Rio de Janeiro, A Noite, 1954.

Uma economia dependente. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura (Serviço de Documentação), 1956.

Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1959. (Obra preparada para o governo federal e que serviu de base à Operação Nordeste.)

Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959; São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965; Brasília, Editora Universidade de Brasília, coleção “Biblioteca Básica Brasileira”, 1963.

A Operação Nordeste. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

- Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- Subdesenvolvimento e Estado democrático*. Recife, Condepe, 1962.
- A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.
- Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967; Lisboa, Dom Quixote, 1971; São Paulo, Abril Cultural, coleção “Os Economistas”, 1983; São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1968.
- Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro, Lia Editora, 1969.
- Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974; São Paulo, Círculo do Livro, s.d.; São Paulo, Paz e Terra, 1996 (edição abreviada).
- A economia latino-americana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976.
- Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976; Lisboa, Dinalivro, s. d.
- Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; São Paulo, Círculo do Livro, 1978.
- Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.
- O Brasil pós-“milagre”*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- Não à recessão e ao desemprego*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- Transformação e crise na economia mundial*. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

- A fantasia desfeita*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- Abc da dívida externa*. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- Os ares do mundo*. São Paulo, Paz e Terra, 1991.
- Brasil, a construção interrompida*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- Obra autobiográfica de Celso Furtado*. São Paulo, Paz e Terra, 1997. 3. v.
- O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra, 1998.
- O longo amanhecer – reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Antologias

- El subdesarrollo latinoamericano, ensayos de Celso Furtado*. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.
- Obras escogidas de Celso Furtado*. Compilação de José Consuegra. Bogotá, Plaza & Janes, 1982.

Ensaio em livros (seleção)

- “Capital formation and economic development”, em *The economics of underdevelopment*. A. N. Agarwala e S. P. Singh (organizadores), J. Viner, P. Baran, W. W. Rostow, C. Furtado, V. Rao, P. Rosenstein-Rodan, R. Nurkse *et alii*. Nova York, Oxford University Press, 1958.
- “Förenta staterna och Latinamerikas framtid”, em *Latinamerikaner om Latinamerika*. P. Schori (organizador), J. Bosch, C. Fuentes, C. Furtado, F. Julião, F. Castro, E. Che Guevara, J. de Castro, J. Figueres *et alii*. Oskarshamm, Prisma, 1968.
- “Marx’s model in the analysis of the underdeveloped economic structures”, em *Marx and contemporary scientific thought*. R. Aron, M. Rodinson, C. Furtado, R. Garaudy, E. Hobsbawm, T. Adorno, A. Sauvy, A. Schaff, H. Marcuse, I. Sachs, J. Habermas *et alii*. Paris/Haia, Mouton, 1969.
- “Probleme der Industrialisierung in Lateinamerika”, em *Die Aktuelle Situation Lateinamerikas*. Hanns-Albert Steger (organizador), M. Berger, B. Kötting, C. Furtado, F. Fernandes, G. Freyre, F. H. Cardoso, C. Rama *et alii*. Frankfurt, Athenäum, 1971.
- “Da República oligárquica ao Estado militar”, em *Brasil: Tempos Modernos*. C. Furtado (organizador), H. Jaguaribe, F. Weffort, F. H. Cardoso, F. Fernandes, J. Leite Lopes, O. M. Carpeaux, J. C. Bernadet,

- A. Callado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968. (Tradução em espanhol: *Brasil hoy*, México, Siglo XXI, 1968; em alemão: *Brasilien Heute*, Frankfurt, Athenäum, 1971.)
- “Entraves ao desenvolvimento”, em *O Brasil na encruzilhada*. J. de Castro, M. Arraes, C. Furtado, F. Julião, M. Moreira Alves, D. Helder Câmara, S. Lafaurie *et alii*. Lisboa, Dom Quixote, s/d.
- “A global view of the development process”, em *Different theories and practices of development*. I. Alechina, C. Furtado, J. Galtung, *et alii*. Paris, unesco, 1982.
- “A política econômica de François Mitterrand”, em *O novo socialismo francês e a América Latina*. F. H. Cardoso e H. Trindade (organizadores), C. Furtado, G. Lavau, A. Rouquié, A. Touraine. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- “Transnacionalización y monetarismo” e “Dependencia en un mundo unificado”, em *La crisis internacional y la América Latina*. Sofia Méndez (organizadora), R. Prebisch, Ruy M. Marini, C. Furtado, A. Pinto, O. Ianni, M. Löwy, F. Fajnzylber, D. Caputo *et alii*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
- “Crisis y transformación de la economía mundial: desafíos y opciones”, em *La crisis de la deuda externa en la América Latina*. Miguel S. Wionczek (organizador), V. Urquidi, C. Furtado, D. Avramovic, F. Stewart *et alii*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987.

Traduções

1. Em alemão

Die Wirtschaftliche Entwicklung Brasiliens. Munique-Frankfurt, Wilhelm Fink Verlag, 1975.

Akkumulation und Entwicklung – zur Logik des industriellen Kommunikation. Frankfurt, Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 1984.

2. Em chinês

La economía latinoamericana (título do original que serviu à tradução). Beijing, 1983.

3. Em espanhol

- Formación económica del Brasil*. México, Fondo de Cultura Económica, 1962.
- Desarrollo y subdesarrollo*. Buenos Aires, Eudeba, 1964.
- Dialéctica del desarrollo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1965.
- Brasil en la encrucijada histórica*. Barcelona, Editorial Nova Terra, 1966.
- Subdesarrollo y estancamiento en America Latina*. Buenos Aires, Eudeba, 1966.
- Teoría y política del desarrollo económico*. Martí Soler. México, Siglo XXI, 1968.
- La economía latinoamericana – desde la conquista ibérica hasta la revolución cubana*. Santiago do Chile, Editorial Universitaria, 1969.
- La economía latinoamericana – formación histórica y problemas contemporáneos*. México, Siglo XXI, 1971.
- La hegemonía de los Estados Unidos y America Latina*. Barcelona-Madri, Edicusa, 1971.
- Los Estados Unidos y el subdesarrollo de America Latina*. Lima, Campodonico, 1971.
- Dos análisis de la economía latino-americana*. Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1971.
- Análisis del “modelo”brasileño*. Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1972.
- Breve história económica de America Latina*. Havana, Editorial Guairas, 1972.
- El mito del desarrollo económico y el futuro del Tercer Mundo*. Buenos Aires, Periferia Ediciones, 1974.
- El desarrollo económico: un mito*. México, Siglo XXI, 1975.
- Prefacio a una nueva economía política*. México, Siglo XXI, 1976.
- Creatividad y dependencia*. México, Siglo XXI, 1979.
- El subdesarrollo latinoamericano*. México, Fondo de Cultura Económica, 1982.
- Breve introducción al desarrollo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1983.
- El Brasil despues del “milagro”*. México, Fondo de Cultura Económica, 1983.

- No a la recesión y al desempleo.* Buenos Aires, Paz e Terra, 1984.
- La nueva dependencia.* Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1985.
- La fantasia organizada.* Buenos Aires, Eudeba, 1988; Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1989.
- Economía mundial – transformación y crisis.* Bogotá, Tercer Mundo Editores, 1990.
- Brasil, la construcción interrumpida.* México, Fondo de Cultura Económica, 1992.
- Los vientos del cambio.* México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- El capitalismo global.* México, Fondo de Cultura Económica, 1999.

4. *Em persa*

- Development and underdevelopment.* Teerã, 1980.

5. *Em francês*

- Le Brésil à l'heure du choix.* Prefácio de Pierre Massé. Paris, Plon, 1964.
- Développement et sous-développement.* Paris, Presses Universitaires de France, 1966.
- L'Amérique Latine – politique économique de l'Amérique Latine.* Paris, Sirey, 1970.
- Les Etats-Unis et le sous-développement de l'Amérique Latine.* Paris, Calmann-Lévy, 1970.
- Théorie du développement économique.* Paris, Presses Universitaires de France, 1970.
- La formation économique du Brésil.* Paris, Mouton, 1972; Paris, Publisud, 1999.
- Analyse du “modèle” brésilien.* Paris, Anthropos, 1974.
- Le mythe du développement économique.* Paris, Anthropos, 1976.
- Créativité et dépendance.* Paris, Presses Universitaires de France, 1981.
- Non à la recession, non au chômage.* Paris, Anthropos, 1984.
- Le Brésil après le “miracle”.* Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

-
- La fantaisie organisée*. Paris, Publisud, 1987.
Breve introduction au développement. Publisud, 1989.
Globalisation et exclusion – le cas du Brésil. Paris, Publisud, 1995.

6. Em inglês

- The economic growth of Brazil*. Los Angeles, University of California Press, 1963.
Development and underdevelopment. Los Angeles, University of California Press, 1964.
Diagnosis of the Brazilian crisis. Los Angeles, University of California Press, 1965.
Obstacles to development in Latin America. Nova York, Anchor Books-Doubleday, 1970.
Economic development of Latin America. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
Accumulation and development. Oxford, Martin Robertson, 1983.
No to recession and unemployment. Londres, Third World Foundation, 1984.

7. Em italiano

- La formazione economica del Brasile*. Turim, Einaudi, 1970.
Gli Stati Uniti e il sottosviluppo nell'America Latina. Milão, Franco Angeli, 1971.
L'economia latinoamericana dalla conquista iberica alla rivoluzione cubana. Bari, Laterza, 1971.
Teoria dello sviluppo economico. Bari, Laterza, 1972.
Introduzione alla nuova economia politica. Milão, Jaca Book, 1977.

8. Em japonês

- Formação econômica da América Latina*. Tóquio, Shinsekaisha, 1969.
Formação econômica do Brasil. Tóquio, Shinsekaisha, 1972.
A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento na América Latina. Tóquio, Shinsekaisha, 1972.

9. Em polonês

Mit rozwoju gospodarczego. Varsóvia, Państwowe Wydawnictwo Ekonomiczne, 1982.

Rozwój gospodarczy Brazylii. Varsóvia, Państwowe Wydawnictwo Naukowe, 1967.

10. Em sueco

Latinamerikas ekonomiska utveckling. Estocolmo, Rabén & Sjörgren, 1972.

Livros e teses sobre o autor

FORMIGA, Marcos, e SALLES GAUDÊNCIO, Francisco (orgs.). *Era da Esperança – teoria e política na obra de Celso Furtado.* São Paulo, Paz e Terra, 1995.

GUIMARÃES, Maria Eugênia. *Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado.* São Paulo, Universidade de Campinas, 1993. Tese de mestrado em sociologia.

_____. *Celso Furtado: a utopia da razão.* São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999. Tese de doutorado em sociologia.

MALORQUÍN, Carlos. *La idea del subdesarrollo: el pensamiento de Celso Furtado.* México, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais, Universidade Nacional Autónoma de México, 1993. Tese de doutorado em economia.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado – o subdesenvolvimento e as idéias da Cepal.* São Paulo, Ática, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de (org.), e FERNANDES, Florestan (coord.). *Celso Furtado.* São Paulo, Ática, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição, CORREIA DE ANDRADE, Manuel e RODRIGUES PEREIRA, Raimundo. *Seca e poder – entrevista com Celso Furtado.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

Ensaio sobre o autor em livros e publicações (seleção)

- BEAR, Werner. "Furtado on development: a review essay", em *Journal of developing areas*, nº 3, 1969.
- BEAUD, Michel e DOSTALER, Gilles. "Celso Furtado", em *La Pensée économique depuis Keynes – historique et dictionnaire des principaux auteurs*. Paris, Seuil, 1993.
- BETHELL, Leslie. "Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930", em *Cambridge History of Latin America*, v. 6. Cambridge, 1994.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, L. Felipe, REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo, Editora 34, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. "O pensamento de Celso Furtado", em *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.
- _____. "Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino", em *Revista de Economia Política*, v. 9, nº 4, São Paulo, 1989.
- FOREIGN Affairs. "No to recession and unemployment: an examination of the Brazilian economic crisis". v. 63, 1984.
- HIRSCHMANN, Albert. *Journeys toward progress*. Nova York, The Twentieth Century Fund, 1963.
- HUDDLE, D. "Furtado on exchange control and economic development: an evaluation and reinterpretation of the Brazilian case", em *Economic Development and Cultural Change*, v. 15, nº 5, abril de 1967.
- IGLESIAS, Francisco. "Introdução", em *Formação econômica do Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, coleção "Biblioteca Básica Brasileira", 1963.
- _____. "Celso Furtado, pensamento e ação", em *História e ideologia*. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- LOVE, Joseph L. *Crafting the Third World: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford, Stanford University Press, 1996.
- MALLORQUÍN, Carlos, LORA, Jorge. *Prebisch y Furtado: el estructuralismo latinoamericano*. Puebla Universidad Autónoma de Puebla, 1999.
- MANTEGA, Guido. "Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento", em *A economia política brasileira*. São Paulo-Petrópolis, Polis/Vozes, 1987.

MORAIS, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo e FERRANTE, Vera (organizadores). “Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro”, de Francisco de Oliveira, em *Inteligência brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

PAGE, Joseph. “Celso Furtado, SUDENE and USAID”, em *The Revolution that never was*. Nova York, Grossman Publishers, 1972.

SKIDMORE, Thomas. “Economic development of Latin America (review)”, em *The Hispanic American Historical Review*, v. 52, fevereiro de 1972.

Seminário

Celso Furtado e o Brasil

PROMOÇÃO:

- Conselho Regional de Economia de Minas Gerais – Corecon/MG
- Fundação Perseu Abramo – FPA
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG:
- Instituto Jacques Maritain – IJM
- Instituto de Relações do Trabalho – IRT
- Projeto Mercosul

COORDENAÇÃO:

Maria da Conceição Tavares

(professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, professora associada da Universidade Estadual de Campinas/Unicamp e conselheira da Fundação Perseu Abramo)

DATA:

22 e 23 de novembro de 1999

LOCAL:

Campus da Universidade Católica
Sala dos Conselhos – Prédio 4
Av. Dom José Gaspar, 500
CEP 30535-610 – Belo Horizonte – MG

CELSO FURTADO E O BRASIL

Além de merecida e oportuna homenagem àquele que é, sem dúvida, um dos maiores pensadores brasileiros do século XX, este evento pretende debater a atualidade da obra de Celso Furtado – vale dizer, a pertinência de seus diagnósticos e de suas propostas para a superação dos impasses imediatos e históricos do país.

PROGRAMA:

SEGUNDA-FEIRA – 22/11/99

09h30 – *Abertura*

- Pe. Geraldo Magela Teixeira (Reitor da Pontifícia Universidade Católica/MG)
- Luiz Soares Dulci (Presidente da Fundação Perseu Abramo)
- Maria Regina Nabuco Brandão (Presidente do Conselho Regional de Economia/MG)

10h00 – *A trajetória intelectual de Celso Furtado*

Coordenação:

- Patrus Ananias de Souza (ex-prefeito de Belo Horizonte, professor da PUC/MG)

Expositor:

- Juarez Guimarães (professor da UFMG)

14h30 – *Estado e projeto nacional – a construção interrompida*

Coordenação:

- Ronald Rocha (ensaísta e conselheiro da Fundação Perseu Abramo)

Expositores:

- José Luís Fiori (professor da UERJ e UFRJ)
- Maria Regina Nabuco Brandão (presidente do Conselho Regional de Economia/MG e Diretora do IRT/PUC/MG)

TERÇA-FEIRA – 23/11/99

09h30 – *A questão regional brasileira*

Coordenação:

- Luiz Soares Dulci (presidente da Fundação Perseu Abramo)

Expositores:

- Tânia Bacelar (ex-secretária de Planejamento e Fazenda do governo estadual de Pernambuco, professora da UFPE)
- Wilson Cano (professor da Unicamp)

14h30 – *Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes no Brasil*

Coordenação:

- Guy de Almeida (professor da PUC/MG)

Expositores:

- Francisco de Oliveira (professor da USP e professor visitante da UERJ)
- Maria da Conceição Tavares (professora da UFRJ e da Unicamp)

Anexo – Textos de Celso Furtado

1 – O Plano Trienal

Ao assinar, conjuntamente com os governos das Américas, a Carta de Punta de Leste, o Brasil reconheceu que o seu próprio desenvolvimento deveria obedecer às diretrizes de um Plano. Já se havia admitido, inclusive em países como os Estados Unidos, que o planejamento é uma técnica de governar e administrar imprescindível às economias subdesenvolvidas. Nestas, o crescimento somente se realiza mediante modificações na própria estrutura econômica, com investimentos intensivos de tipo infra-estrutural, criação de indústrias de base, substituição de importações por produção interna etc. Modificações desse tipo somente têm lugar através dos altos e baixos das crises, ou mediante uma coordenação das decisões impraticável sem o planejamento. Para evitar que os países subdesenvolvidos repitam a história do capitalismo no século passado, com seus cataclismos econômicos e comições sociais, apelou-se para o planejamento, tornado possível pelo grande avanço realizado na ciência econômica nos últimos dois decênios.

Ao decidir-se pelo planejamento, o governo do Brasil não o fez de forma improvisada, importando fórmulas. A experiência de nações irmãs latino-americanas estava aí, diante dos olhos, como uma advertência. Submetendo-se às receitas do Fundo Monetário Internacional, essas nações paralisaram o seu desenvolvimento, criaram-se novos problemas sociais e envidaram-se ainda muito mais no exterior. Não devemos esquecer que as agências internacionais às quais têm que apelar os países subdesenvolvidos – o Banco Mundial e o Fundo – foram criadas em 1944 quando muito pouco se sabia dos problemas específicos do subdesenvolvimento. O vício fundamental desses órgãos está em que eles obrigam a isolar, em toda política econômica, os problemas de longo prazo dos de curta duração. Daí a teoria – aplicada soberbamente por Alsogaray na Argentina – de que é necessário parar a economia para consertá-la. Cabe ao Fundo essa primeira tarefa de parar para conserto, devendo entrar em cena logo em seguida o Banco que dará a mão ao convalescente, evidentemente caso este sobreviva à operação.

O planejamento que vem de ser concebido para o Brasil e que o presidente João Goulart anunciará à Nação ainda hoje, baseia-se em concepção totalmente distinta. Em primeiro lugar não se considera o Brasil uma economia enferma, e sim um vigoroso organismo que por todos os meios vem procurando solucionar os seus problemas. Não se pode considerar enferma a uma economia que vem mantendo, por período já prolongado, uma das mais altas taxas de crescimento conhecidas em todo o Mundo. Em segundo lugar, não se parte da tese pessimista de que é necessário parar o desenvolvimento para eliminar a inflação. Esta será inicialmente controlada, a fim de que os seus efeitos anti-

sociais sejam anulados, para em seguida ser erradicada sem maiores transtornos. Em terceiro lugar, se supera a tese, remanescente da mentalidade de formação colonial que ainda perdura em grande parte de nossa elite, segundo a qual o Brasil somente poderá se desenvolver se for carregado nas costas pelos Estados Unidos. O desenvolvimento do Brasil é fruto do trabalho dos brasileiros e este trabalho poderá ser ainda muito mais frutífero se disciplinado por um autêntico planejamento. A técnica e o capital estrangeiros que vêm ao Brasil fazem-no atraídos pelo nosso desenvolvimento e nossas possibilidades. Cooperam conosco da mesma forma que nós cooperamos com eles, pois são adequadamente remunerados. Nenhum país, nem mesmo os Estados Unidos, prescinde totalmente do capital ou da técnica estrangeiros. Muito menos poderia fazê-lo o Brasil, país de economia em formação e tecnologia incipiente. Por último, o plano concebe a ação do Estado como orientadora do processo de formação de capital, mas supletiva na efetivação dos investimentos. Para que a economia alcance uma elevada taxa de crescimento com o mínimo desgaste de fatores, é necessário que todos os investimentos de alguma significação, em particular aqueles de mais longa maturação, sejam submetidos a alguma disciplina. Demais, é igualmente indispensável que o financiamento desses investimentos seja assegurado por meios não inflacionários.

A disciplina do setor público é, sem dúvida, a parte mais difícil é, sem dúvida, a parte mais difícil em qualquer planejamento de uma economia subdesenvolvida. Existe um conflito fundamental entre o muito que se pede e espera do poder público e o desejo de não pagar impostos, particularmente das classes de altas rendas. A solução deste problema foi dada de forma que o setor público mantenha a participação no produto nacional que efetivamente tem alcançado, garantindo-se o nível de atividade econômica. O financiamento dos gastos públicos foi esquematizado de forma a reduzir a pressão inflacionária ao nível considerado conveniente.

Ao preparar-se para planejar o seu desenvolvimento, o Brasil deu outra extraordinária demonstração da maturidade política que efetivamente já alcançou. Apresenta-se com um plano que é mais completo do que qualquer outro já elaborado na América Latina e, ao mesmo tempo, mais realista, pois orientado para a solução dos problemas de curto prazo dentro da diretriz do desenvolvimento a longo prazo de suas extraordinárias possibilidades. Nenhum presente de fim de ano dado ao Brasil poderia ser melhor do que este, fruto do idealismo e da competência da nova geração de técnicos que ascende na vida nacional.

Março, 1967.

2 – Carta ao marechal Lott

Rio de Janeiro, 20-2-60

Prezado Marechal Lott:

Acabo de receber uma mensagem reservada e urgente do Ministro da Economia de Cuba solicitando-me que tome contato com Vossa Excelência para informá-lo do seguinte: a) o sr. Jânio Quadros entrou em contato com o governo de Cuba indicando que gostaria de ser convidado para ir àquele país; b) caso Vossa Excelência tenha interesse, o convite será feito simultaneamente aos dois candidatos presidenciais brasileiros.

Desejo informar Vossa Excelência de que o fato de que eu esteja servindo de intermediário nessa demanda resulta da circunstância de ser o atual ministro de Economia cubano um velho amigo meu, que trabalhou durante cinco anos na ONU sob minhas ordens. Estou seguro de que o ministro cubano tem a melhor das intenções no caso, pois se trata de um homem que viveu no Brasil mais de um ano e que se fosse eleitor brasileiro votaria em Vossa Excelência.

Muito lhe agradeceria uma resposta que pode ser nos seguintes termos: considero convite conveniente ou impossível aceitar convite, e que pode ser transmitida ao major Paulo Junqueira, portador da presente.

Aceite os meus protestos de grande estima

Celso Furtado

3 – Telegramas

a) O senhor estaria interessado em aceitar um cargo como visitante do Departamento de Economia e Centro de Desenvolvimento Econômico da Universidade de Yale? O cargo envolveria tempo de pesquisa integral e ou participação no Seminário (ou grupo de pesquisa) Latino-Americano, à sua escolha. Esperamos por uma resposta afirmativa e mandaremos todos os detalhes, se estiver interessado. Gustav Ranis, diretor interino.

b) Solicitamos confirmar por telefone cargo de professor visitante de Economia, um ano 64-65. Salário regular mais despesas. Segue carta. Harvard.

c) A Universidade de Columbia o convida a ser seu professor visitante no ano acadêmico a ser iniciado em 15 de setembro de 1964, terminando em 1º de junho de 1965. Salário de 15 mil dólares mais 3 mil dólares para a viagem e outras despesas. Obrigações de ensino

(magistério): um seminário (ou grupo de pesquisa) para pós-graduação a cada semestre e conferências ocasionais sobre o desenvolvimento econômico latino-americano. Detalhes adicionais por carta. Charles Wagley, Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Columbia.

4 – Carta de Bertrand Russel

Prezado Sr. Celso Furtado

Há algum tempo, reúno provas a respeito do bombardeio de hospitais, escolas, sanatórios e leprosários no Vietnã do Norte realizado pela Força Aérea dos Estados Unidos. Ao lado disso, é muito claro, pelas provas ao alcance, que produtos químicos tóxicos e gás venenoso têm sido usados em todo Vietnã do Sul por tropas norte-americanas. Houve bombardeio de saturação com bombas especiais que contêm estilhaços de lâminas de aço afiados; cem milhões desses estilhaços caíram em uma província do Vietnã do Norte durante um ano. Napalm e fósforo acompanharam os bombardeios, tanto no Norte como no Sul. Esses dois produtos químicos queimam incessantemente e não podem ser apagados com terra ou água. Eles causam a supuração das vítimas.

É absolutamente evidente que os Estados Unidos estão envolvidos em uma série de crimes de guerra contra a população do Vietnã. Estou ansioso para que haja um tribunal internacional altamente representativo, independente e respeitado para analisar todas as provas a respeito desses crimes contra a humanidade cometidos pelo governo dos Estados Unidos. Considero da maior importância que o senhor participe como membro do tribunal. Teria prazer em enviar ao senhor todos os detalhes concernentes ao tribunal proposto. As pessoas que formaram o tribunal são: Jean-Paul Sartre, Simone de Beauvoir, o ex-presidente Cárdenas, Lelio Basso, Isaac Deutcher, Vladimir Dedijer, Günther Anders, Stokely Carmichael, Laurent Schwartz, Shoichi Sakata, Kinju Morikawa, Mahmud Ali Kasuri, Amado Hernandez, David Dellinger, Mehmet Ali Aybar, Wolfgang Abendroth e Lawrence Daly.

O tribunal decidiu em sua primeira reunião a estrutura básica, a declaração de objetivos, o esquema de atividades e outras questões essenciais. Documentos estão sendo enviados separadamente.

Por favor comunique-me, na primeira oportunidade, caso deseje tornar-se membro do tribunal.

Cordiais saudações,

Atenciosamente,

Bertrand Russell

Caso não encontre este livro nas livrarias,
solicite-o diretamente a:

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234

04417-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5573-3338

Correio Eletrônico: editoravendas@fpabramo.org.br

Na Internet: <http://editora.fpabramo.org.br>

A 1ª reimpressão de *Celso Furtado e o Brasil* foi feita na cidade de São Paulo em junho de 2001 pela Bartira Gráfica e Editora S. A. para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares. O texto foi composto em Times New Roman no corpo 10/13/110%. Os fotolitos da capa e do caderno de fotos foram executados pela Graphbox e os *laserfilms* fornecidos pela Editora. A capa foi impressa em papel Cartão Super 6 300g; o miolo foi impresso em Pólen Soft 80g e o caderno de fotos em papel cuchê 115g.